

**XII CONGRESSO NACIONAL  
DE LINGUÍSTICA E FILOGIA**

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos  
Em Homenagem a Othon Moacyr Garcia*

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
(de 25 a 29 de agosto de 2008)

**Cadernos do CNLF  
Vol. XII, N° 11**

**ANÁLISE DO DISCURSO**

**Rio de Janeiro  
CiFEFiL  
2009**

## **ANÁLISE DO DISCURSO**

### **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DEPARTAMENTO DE LETRAS**

Reitor

*Ricardo Vieiraves de Castro*

---

Vice-Reitora

*Maria Christina Paixão Maioli*

---

Sub-Reitora de Graduação

*Lená Medeiros de Menezes*

---

Sub-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

*Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron*

---

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

*Regina Lúcia Monteiro Henriques*

---

Diretora do Centro de Educação e Humanidades

*Glauber Almeida de Lemos*

---

Diretor da Faculdade de Formação de Professores

*Maria Tereza Goudard Tavares*

---

Vice-Diretor da Faculdade de Formação de Professores

*Catia Antonia da Silva*

---

Chefe do Departamento de Letras

*Márcia Regina de Faria da Silva*

---

Sub-Chefe do Departamento de Letras

*Leonardo Pinto Mendes*

---

Coordenador de Publicações do Departamento de Letras

*José Pereira da Silva*

---

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Rua São Francisco Xavier, 512 / 97 – Mangueira – 20943-000 – Rio de Janeiro – RJ  
[eventos@filologia.org.br](mailto:eventos@filologia.org.br) – (21) 2569-0276 – [www.filologia.org.br](http://www.filologia.org.br)

DIRETOR-PRESIDENTE

*José Pereira da Silva*

VICE-DIRETORA

*Cristina Alves de Brito*

PRIMEIRA SECRETÁRIA

*Délia Cambeiro Praça*

SEGUNDO SECRETÁRIO

*Sérgio Arruda de Moura*

DIRETOR CULTURAL

*José Mario Botelho*

VICE-DIRETORA CULTURAL

*Antônio Elias Lima Freitas*

DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

*Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto*

VICE-DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

*Maria Lúcia Mexias-Simon*

DIRETORA FINANCEIRA

*Ilma Nogueira Motta*

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

*Carmem Lúcia Pereira Praxedes*

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

*Amós Coêlho da Silva*

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

*Alfredo Maceira Rodríguez*

**ANÁLISE DO DISCURSO**

**XII CONGRESSO NACIONAL  
DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA  
de 25 a 29 de agosto de 2008**

COORDENAÇÃO GERAL

*José Pereira da Silva  
Cristina Alves de Brito*

---

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

*Amós Coêlho da Silva  
Ilma Nogueira Motta  
Maria Lúcia Mexias Simon  
Antônio Elias Lima Freitas*

---

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

*José Mario Botelho  
Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto  
Sílvia Avelar Silva*

---

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

*Laboratório de Idiomas do Instituto de Letras (LIDIL)*

---

SECRETARIA GERAL

*Sílvia Avelar Silva*

---

SUMÁRIO

0- Apresentação – <i>José Pereira da Silva</i> .....	07
1. A análise do discurso na linguagem hipertextual – <i>Silvia Maria Pinheiro Bonini Pereira</i> .....	09
2. A construção do discurso socialista cubano no século XXI: algumas considerações – <i>Joyce Palha Colaça</i> .....	16
3. Construções de movimento causado presumido: <i>olha aqui, olha ali, olha lá</i> – <i>Sandra Bernardo</i> .....	24
4. Discursividade e interdiscursividade nas capas de <i>Veja</i> – <i>Patrícia Ribeiro Corado</i> .....	32
5. Estratégias discursivas da construção do humor em cartuns educativos – <i>Maria da Penha Pereira Lins e Lorena Santana Gonçalves</i> .....	50
6. Estratégias linguístico-partidárias em foco: PT X PSDB no segundo turno das eleições presidenciais em 2006 – <i>Leilane Ramos da Silva</i> .....	65
7. O combate ao outro nas páginas do jornal: discurso midiático e a construção do “inimigo vermelho” no contexto brasileiro pré-1964 – <i>Pâmella Deusdará</i> .....	76
8. O mito da Amélia sob a ótica da análise crítica do discurso – <i>Fabiana Castro Carvalho</i> .....	87
9. O poder de persuasão do discurso do Presidente Lula – <i>Mariangélica de Lima Rodrigues e Luiz Antônio Ferreira</i> .....	98

## **ANÁLISE DO DISCURSO**

10. O processo discursivo da restrição – *Vanessa Barros de Lima* ..... 107
11. Othon Moacyr Garcia – Um precursor dos estudos de discurso no Brasil – *Vera Lúcia Paredes Silva* ..... 119
12. Um livro de receitas para ensinar a divulgar ciência? Uma análise discursiva – *Ângela Corrêa Ferreira Baalbaki* 132
- Instruções Editoriais..... 140

**APRESENTAÇÃO**

Temos o prazer de apresentar-lhe os quinze textos resultantes dos trabalhos apresentados no XII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, nos dias 27 e 29 de agosto de 2008, relacionados ao tema “Léxico e Semântica”, em que os artigos numericamente relacionados abaixo vão resumidos (extremamente resumidos).

8. Estudo linguístico para a averiguação motivação do nome e o próprio processo de nomeação em si, discutindo-se questões terminológicas relacionadas a isto e traçando as principais relações entre etnônimos, etnotopônimos e antropônimos em alguns sistemas de nomeação.

9. Um dos objetivos do processamento da linguagem natural é facilitar a relação entre o homem e a máquina e, para que essa interação seja mais eficaz, são desenvolvidos estudos sobre a descrição, formalização e codificação das línguas naturais, como o dicionário eletrônico, por exemplo.

10. A pesquisa tem como eixo condutor o saber/conhecimento como produto de consumo, com olhar voltado para as IES, através do discurso publicitário, linguagem de sedução com atributos das IES, cerne da investigação.

11. A Bahia se destaca pelas suas inovações musicais, rítmicas e artísticas. A partir do léxico de algumas manifestações culturais, buscou-se demonstrar um pouco da particularidade linguística desse povo mágico e repleto de axé: o baiano.

12. Descrição e cotejo dos dados de uma pesquisa semântico-lexical em duas regiões de São Paulo, tratando das lexias onomásticas utilizadas pelos respectivos grupos estudados para o conceito de "duas bananas que nascem grudadas".

## ANÁLISE DO DISCURSO

13. A pesquisa terminológica e sociolinguística teve como *corpus* ritmos como o frevo, o maracatu, os caboclinhos, o coco, a ciranda, próprios do litoral, como também os do interior, conhecidos pela denominação geral de forró, que incluem, o xote, o baião e o xaxado, entre outros, além dos cantares próprios do ciclo natalino.

14. Em sua *Comunicação em Prosa Moderna*, Othon M. Garcia nos dá a dimensão da importância da linguagem na educação, com destaque para a metáfora como eixo formador de polissemia.

15. O conteúdo das aulas de Língua Portuguesa precisa cuidar das regras gramaticais que regem a língua e as práticas que enfatizam o desenvolvimento do vocabulário, dispondo o aluno de palavras suficientes e adequadas à expressão do pensamento.

Todos esses textos, estão disponibilizados na página virtual [http://www.filologia.org.br/xiicnlf/textos\\_completos.htm](http://www.filologia.org.br/xiicnlf/textos_completos.htm) para serem utilizados e divulgados livremente, pedindo-se apenas que não deixem de citar o autor e o lugar de onde for extraído qualquer fragmento ou informação.

Rio de Janeiro, março de 2009.

*José Pereira da Silva*

**A ANÁLISE DO DISCURSO  
NA LINGUAGEM HIPERTEXTUAL**

Silvia Maria Pinheiro Bonini Pereira  
[sbonini@terra.com.br](mailto:sbonini@terra.com.br)

**BREVE EVOLUÇÃO DA LEITURA**

A socialização da rede mundial de computadores transformou a sociedade e, conseqüentemente, as relações estabelecidas na aquisição do conhecimento e do aprendizado. As alterações são observadas principalmente na velocidade que o indivíduo acessa e obtém as informações. Neste conjunto, tem-se o hipertexto e sua influência na formação intelectual do sujeito.

Conceitualmente, o termo hipertexto pertence à ciência da computação, mas sua caracterização permeia todas as áreas do conhecimento, da informática à educação, passando pela Linguística. Por meio da tecnologia existente no hipertexto, os indivíduos têm acesso a diversas informações, bem como a outros documentos, através das referências internas contidas no texto, chamadas de *hyperlinks*.

Em verdade, verifica-se o rompimento do fluxo da leitura, pois, através dos *links*, acessa-se outros textos que podem ser do mesmo autor e, portanto, ratificar o texto produzido por este; ou de autores distintos e, neste sentido, dialogarem com o texto inicialmente proposto; ou, na pior das hipóteses, representar a condução ideológica do produtor do texto, ao selecionar e articular com os *links* disponibilizados ao leitor.

A falta de linearidade consiste nas infinitas possibilidades de descerramentos que surgem no decorrer da leitura, em virtude das referências fornecidas no texto. Aparece, neste momento, a indagação: será que o leitor terminará a leitura ou divagará nos *hyperlinks*?

Luiz Antônio Marcuschi (2001), renomado pesquisador da linguagem hipertextual, entende este período literário como uma redefinição da aceção de sujeito-autor e sujeito-leitor. Assim, o autor, ao selecionar os *links* pertinentes, cunha o texto; e, de outra banda, o leitor refaz a narrativa, uma vez que a recria.

## ANÁLISE DO DISCURSO

Embora, em um texto linear tal “*link*” mental também seja possível, haja vista que o leitor, ora co-autor, também recria a narrativa segundo seu contexto de mundo, deve-se refletir sobre a ordenação da leitura hipertextual. Análise esta, amparada na multiplicação de informações e opiniões referenciadas no texto, que, podem impedir o término da leitura; e reproduzir ideologias e conduzir opiniões.

### O MILAGRE DA MULTIPLICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Voltando-se para o leitor do hipertexto, questiona-se os efeitos práticos deste sob o ângulo do leitor despretenso, ou seja, aquele que busca em um documento digital uma informação, um conhecimento, um aspecto da cultura, uma reflexão, ou, até mesmo, um momento de prazer. Neste sentido, indaga-se se, realmente, há a recepção do texto ou o acesso aos *hiperlinks* fez com que o leitor desviasse a atenção da leitura inicial.

A sociedade mudou, conseqüentemente, o espaço e tempo da leitura também se alteraram. Tais ilações remetem ao contexto atual de fugacidade e da fragmentação, já que o tempo da leitura apresenta-se instantâneo, pois, para se ter acesso às informações, basta “acessar” a internet e “buscar” o que se pretende conhecer. Bem como o espaço da leitura, que se deslocou da cabeceira da cama ou do custo da poltrona, para o ereto da cadeira e o iluminado do monitor.

Diante das mudanças conjeturais, muitos autores partilham o entendimento que, por questões culturais e de adaptação, há resistência a leitura hipertextual, alegando que

O livro impresso é objeto de consumo descartável, graças ao uso constante e aos acidentes de percurso (inundações ou vazamentos, fogo, fungos, irascibilidade dos tiranos de plantão, desespero dos estudantes em época de provas, vandalismo). O texto eletrônico está sujeito à vontade do armazenador e aos acidentes (falta de nós de comunicação ou de energia elétrica, ausência de cópia de segurança). Ambas as técnicas sugerem pontos negativos e positivos (portátil e não elétrico) compete com o minimalismo e o baixo custo de armazenamento do texto eletrônico (Jobim, 2005, p. 17).

Não se pode ignorar que a informática trouxe evolução e, com isso, benefícios – e malefícios. Contudo, enquanto não houver a propagada mudança cultural, deve-se questionar a eficácia da leitura no

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

campo da Linguística, em especial, no aspecto da linguagem humana; e, principalmente, na compreensão e interpretação dos textos lidos. Uma vez que, o texto inicial pode se fragmentar, de sorte que não haverá a proficiência do que foi lido.

Por estar presente em todas as áreas do saber – já que, diante da interdisciplinaridade, intertextualidade e interdiscursividade, não existem categorias isoladas – o indivíduo para se apropriar eficazmente do hipertexto necessita do conhecimento multidisciplinar e concreto de todas essas classes. Neste sentido, argumenta-se sobre a apropriação genérica de cada categoria, porém tal processo não requer uma simples aproximação, mas sim o conhecimento das especificidades de cada uma delas. Portanto, para a apreensão do hipertexto, em sua totalidade, exige-se mais do que a capacidade de interpretação, também o desenvolvimento mental e teórico do sujeito, tornando-o apto a categorizar, sistematizar e problematizar.

Qualquer leitor de hipertexto menos sistematizado estará, no final da leitura – caso consiga finalizá-la – distante do texto inicial, independente de sua “capacidade intelectual”. Neste aspecto, nem mesmo o mais otimista defensor do texto digital pode escusar que, em havendo a fragmentação do objetivo literário inicial, surge o desvio de finalidade, com suas consequências. Então, questiona-se se a irregularidade na leitura poderia ser considerada aprendizado ou se representaria um *deficit* no conhecimento.

Por outro lado, a construção do pensamento através da linguagem, durante muitos anos, foi ignorada, por ter sido considerada “inata” ao falante. Assim, a linguagem teve seu campo de estudo reduzido à concordância morfológica e semântica, ou seja, a linguagem escorreita. Neste íterim, o que sempre existiu – e se ensinou – foi a assimilação passiva do pensamento do autor, muitas vezes, ideológico, autoritário, preconceituoso, narcisista e metodológico.

Não se ouvida que a manipulação linguística está presente em todo o texto. Porém, em um texto linear, por exemplo, o sentido pode ser invertido e manipulado pelo uso de aspas ou de vírgulas, já que há a capacidade, ainda que limitada, de reflexão e de contra-argumentação. Por outro lado, o autor de um hipertexto pode manejar o leitor ideologicamente ao determinar a condução e a conclusão do

## ANÁLISE DO DISCURSO

texto através dos *links*, sob o manto do estreitamento da dicotomia autor-leitor.

Neste ponto, cumpre retomar as alegações sobre o desconhecimento das tendências ideológicas. Sabe-se que toda linguagem reproduz um ponto de vista específico sobre o mundo, ou seja, uma interpretação verbal, com sentido histórico e social. Deste modo, todas as palavras evocam uma profissão, um gênero, uma tendência, um momento social, histórico ou político, conforme esclarece Morin (1986, p. 91-2), para quem

As ideologias nos possuem porque as possuímos: passamos a identificá-las conosco, com nossas necessidades, aspirações, esperanças, experiências, com nossas próprias vidas [...]. É preciso não só ver como lutamos com nossas ideias, mas também como os sistemas ideológicos se autodefendem, contra-atacam, atacam, como sistemas [...].

Portanto, para que haja apreensão da leitura hipertextual, o leitor precisa ser detentor de informações genéricas e vastas. Visto que dialoga com diversas dimensões de expressões – que representam registros verbalizados de mundo – pertencentes às diversas classes de locutores, que, muitas vezes, condicionam e determinam diretamente a contextualização do que está sendo lido.

Ressalta-se que o presente artigo não tem por escopo propagar a ineficácia do hipertexto. O que se pretende, todavia, é examinar, de um lado, a liberdade ideológica e, aparentemente neutra, das referências hipertextuais selecionadas pelo autor e sua consequência no processo de aprendizagem. E, de outro, a dificuldade de o leitor apreender e, principalmente, questionar o que está sendo ilustrado.

Em compensação, o leitor se posiciona no centro da estrutura das relações hipertextuais e tem a faculdade de “construir” o texto segundo sua visão de mundo, juntamente com as referências apresentadas pelo autor. Bem como, escolher se deve acessar *hyperlinks*.

### A ANÁLISE DO DISCURSO NA LINGUAGEM HIPERTEXTUAL

Com relação ao hipertexto, aborda-se, através da análise do discurso, uma perspectiva que extrapola o significado “literal” das palavras, buscando, na sua relação com a exterioridade, as condições

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

em que foi produzido. Assim, analisa-se o porquê da produção do discurso e como o mesmo foi contextualizado pela sociedade.

Neste contexto, ingressa-se na análise da intertextualidade do discurso como mudança social, que, de forma simplificada e redundante, consiste no diálogo que o mesmo faz com outros discursos.

Observa-se, neste sentido, que nos estudos sobre hipertexto há uma pressuposição, estabelecida como verdade, da inevitabilidade do texto digital, e mais, que a resistência acadêmica ao mesmo, representa, apenas, uma questão cultural a ser superada.

Contudo, sob a perspectiva da análise do discurso como extensão linguística, observa-se o caráter conflituoso do hipertexto, enquanto linguagem, uma vez que esta “*passa a ser um fenômeno que deve ser estudado não só em relação ao sistema interno [...], mas também, enquanto formação ideológica.*” (Brandão, 2007, p. 15-6).

Na mesma linha, para Stuart Hall (2006, p. 41) a constituição dos sujeitos no discurso, frente às práticas discursivas, em um processo de transformação e de mudanças, também está presente nas questões midiáticas, pois

Os significados das palavras não são fixos, numa relação um a um com os objetos ou eventos no mundo existente fora da língua. O significado surge nas relações de *similaridade* e diferença que as palavras têm com outras palavras no interior do código da língua. [...] O que os modernos filósofos da linguagem como Jacques Derrida, influenciados por Saussure e pela ‘virada linguística’ – argumentam é que, apesar dos seus melhores esforços, o/a falante individual não pode, nunca, fixar o significado de uma forma final, incluindo o significado de sua identidade [...]. O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença).

Ainda na perspectiva das práticas discursivas enquanto mudança, Fairclough argumenta que não se pode dissociar o discurso do fenômeno social, uma vez que

É importante que a relação entre discurso e estrutura social seja considerada como dialética para evitar os erros de ênfase indevida; de um lado, na determinação social do discurso, e, de outro, na construção social do discurso. No primeiro caso, o discurso é mero reflexo da realidade social mais profunda; no último, o discurso é representado idealizadamente como fonte social. (2001, p. 92-3)

## ANÁLISE DO DISCURSO

Assim, ao se analisar um discurso não se deve apenas verificar a construção interdiscursiva, também é necessário observar a identificação dos sujeitos àquele discurso. Elemento este que ainda não ocorre, em termos culturais e majoritários, com os leitores de hipertexto.

Como se observa, o estudo sobre hipertexto conduz às noções históricas dos processos de dominação e de ideologia, esta entendida como “*relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência*” (Brandão, *op. cit.*, p. 24). Desse modo, torna-se imperativo ir além das questões culturais que incentivem, apenas, o acesso à inclusão digital e às informações midiáticas a partir dos interesses individuais, pois o que se está em cheque é o potencial de inteligência e discernimento social, enquanto sociedade em construção.

Destarte, não se podem acatar propostas cognitivas que desconsiderem a tendência tecnológica contemporânea. No entanto, também não se pode ignorar a propagação ideológica do suposto acesso ao conhecimento proporcionado pela postura ativa do leitor do hipertexto. Neste ínterim, torna-se premente que o leitor esteja apto a compreender e identificar a origem da informação que lhe é apresentada, para transformá-la em conhecimento e modificar a sociedade. E, para tanto, deve-se proporcionar aos indivíduos a possibilidade de obtenção de múltiplas competências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou problematizar a compreensão do leitor de hipertexto. Assim, através da perspectiva da análise do discurso, foi questionado o papel do autor na seleção dos *hyperlinks*, considerando o feito ideológico do discurso enquanto mudança social. Por sua vez, a formação discursiva do leitor foi inferida, em termos de sua capacidade intelectual na escolha das referências sugeridas, da apreensão da leitura, da retomada do texto inicial e, principalmente, da percepção ideológica do contexto apresentado.

Nesse sentido, a riqueza oferecida pela acessibilidade de informações produzidas pelo hipertexto pode ser enfraquecida se analisadas isoladamente, ou seja, fora do contexto discursivo e social. Portanto, diante das contradições materializadas pela multiplicidade

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

de categorias envolvidas e pela pluralidade de perspectivas, a função cognitiva do hipertexto, ainda, apresenta aspectos imprecisos, que demandam análise e estudo aprofundado. Para tanto, a análise crítica do discurso apresenta significativas contribuições.

### REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: UNICAMP, 2007.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JOBIM, José Luís (org.). *Literatura e informática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula. Recife: UFPE. *Linguagem & Ensino*, vol. 4, nº 1, 2001, p. 79-111.

MORIN, Edgard. *Para sair do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

## ANÁLISE DO DISCURSO

### A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO SOCIALISTA CUBANO NO SÉCULO XXI: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

*Joyce Palha Colaça*

Este trabalho faz parte de um projeto maior que tem como questão central compreender como se dá o processo de manutenção do estado socialista através do discurso contemporâneo. Como material proposto, se analisará o pronunciamento do ex-líder de governo Fidel Castro, a fim de entender os recursos utilizados para a reafirmação deste sistema de governo na atualidade.

Foram selecionados dois episódios marcantes da história cubana deste século, são eles: a deserção de alguns desportistas cubanos nos XV Jogos Pan-americanos no Rio de Janeiro no ano de 2007; e a renúncia do líder cubano Fidel Castro à sua continuidade no governo daquele país neste ano de 2008.

Para tal, se utilizará como teoria norteadora a Análise do Discurso Francesa, mais especificamente a de Michel Pêcheux, e os estudos de Eni Orlandi no Brasil.

#### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

La traición por dinero es una de las armas predilectas de Estados Unidos para destruir la resistencia de Cuba. (...) No existe justificación alguna para solicitar asilo político. Si no es Brasil su mercado definitivo, poco les importa. Hay países ricos del primer mundo que pagan mucho más. Las autoridades brasileñas han declarado que los que deserten deberán probar la necesidad real de asilo. Es imposible demostrar lo contrario. De antemano se conoce su destino final como atletas mercenarios en una sociedad de consumo. Pienso que han ofendido a Brasil utilizando los Panamericanos como pretexto para autopromoverse. De todas formas consideramos útiles las declaraciones de sus autoridades.<sup>1</sup>

Este é um trecho do pronunciamento do líder Fidel Castro na ocasião de deserção de alguns desportistas cubanos durante os XV

---

<sup>1</sup> Parte do texto integral disponível nas páginas *web* da embaixada de Cuba no Brasil e da rede de televisão cubana *Tv Camaguey* nas sessões destinadas a considerações de Fidel Castro em 23 de julho de 2007.

Jogos Pan-americanos no Rio de Janeiro no ano de 2007. Insatisfeitos com as condições a que eram submetidos em seu país, um técnico de handebol e dois boxeadores cubanos, durante os jogos supracitados, deixaram as instalações da Vila Pan-americana e se esconderam em outras partes do Estado. A dita fuga teria sido planejada por seus autores desde Cuba, a fim de conseguir asilo político no Brasil. Havia por parte dos esportistas certo descontentamento com a relação econômica estabelecida pelo regime socialista de valorização do esporte naquele país. A partir deste fato isolado, o líder cubano se pronunciou contra o grupo desertor e logo em seguida ordenou que voltassem a seu país todos os atletas cubanos que no Brasil estavam para a competição do continente. Fidel alegou que este ato ocorreu em virtude da corrupção que vinham sofrendo os indivíduos do seu país por parte da máfia norte-americana que desvia para o seu mundo capitalista neoliberal os mercenários.

A partir não só deste fato, como também de diversas constatações, é possível perguntar como o discurso do líder cubano na contemporaneidade reafirma o socialismo e constrói uma imagem de corrupção e máfia do capitalismo, principalmente, do seu maior representante, os Estados Unidos, em prol da manutenção do sistema que rege aquele país.

## O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

Todo discurso é determinado historicamente e, segundo Mariani,

A AD se propõe a discutir e a definir a linguagem e a natureza da relação que se estabelece com a exterioridade, tendo em vista seu objetivo principal: compreender os modos de determinação histórica dos processos de produção dos sentidos, na perspectiva de uma semântica de cunho materialista. (Mariani, 1998, p. 23)

Sendo assim, para dar continuidade a esta análise se faz necessário entender os fatos que transformaram a Cuba no que é hoje e por quais processos passou.

Cuba foi colônia espanhola até 1898, quando a Espanha perdeu a guerra e seu domínio para os Estados Unidos. A partir daí, a ilha foi declarada independente por este país e passou a ser seu prote-

## ANÁLISE DO DISCURSO

torado até 1902. Neste ano, foi incorporada à Constituição Cubana a Emenda Platt, que dava direito aos Estados Unidos intervirem na economia da ilha caso se sentissem ameaçados economicamente. Com esta emenda, a ilha teve direito a seu próprio governante, Geraldo Machado, que posteriormente foi derrubado em um golpe militar por Fulgencio Batista. Os discursos sobre a história desta época relatam uma Cuba pobre, com alto grau de analfabetismo, péssimas condições de saúde e de vida em geral. Insatisfeitos com esta situação, surgiram movimentos estudantis revolucionários que atacaram as bases militares do governo. O que teve mais sucesso foi o Movimento 26 de Julho, liderado por Fidel Castro. Após algumas tentativas de intervenção dos Estados Unidos, Fidel assumiu o governo, instaurou medidas contra o analfabetismo (que era de 40%) e realizou a Reforma Agrária no país. É neste contexto que se instala a figura do comandante Fidel Castro.

A figura de libertador se construiu e se reafirmou ao longo de cada vitória sobre os Estados Unidos. A cada embargo, a cada tentativa de intervenção deste país sobre a ilha, os discursos foram se reproduzindo e se cristalizando no imaginário social cubano.

De acordo com Anthony Giddens,

Nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes (Giddens *apud* Hall, 1998, p. 37-8).

Uma destas práticas sociais recorrentes é o pronunciamento de Fidel. Desde que assumiu o poder, o ex-líder de governo mantém um contato com o povo, em longos pronunciamentos sobre temas que, teoricamente, são de interesse da população, acerca de episódios do cenário nacional ou internacional. Tema recorrente também nos discursos de Fidel Castro são os Estados Unidos e os constantes conflitos entre os dois países, principalmente, o bloqueio econômico.

SOBRE AS DESIGNAÇÕES

Ao tomar o discurso do ex-líder de governo cubano, é possível perceber uma quantidade de adjetivos e designações que colocam em contraposição imperialistas e não imperialistas (socialistas), norte-americanos e cubanos, promovendo uma "disputa" no imaginário social dos envolvidos no processo. O jogo de formações imaginárias<sup>2</sup> (Pêcheux, 1969) utilizado por Fidel coloca os dois povos em posições maniqueístas. Assim como também coloca aqueles cubanos que estão contra o governo na mesma posição, como no trecho "Es imposible demostrar lo contrario. De antemano se conoce su destino final como atletas *mercenarios* en una sociedad de consumo."<sup>3</sup> (Grifo nosso)

Ao analisar materiais diversos<sup>4</sup> que não o discurso do ex-comandante, percebe-se que essas designações são anteriores ao seu governo. E então cabe a pergunta: Por que as designações que sempre foram usadas em diversos discursos ganham força quando ditas por Fidel?

Uma possível resposta a este questionamento é a questão histórica anteriormente referida. Ou seja, as palavras não estão ligadas às coisas. Sempre que se pronuncia uma palavra, ou no caso, sempre que Fidel em seus pronunciamentos retoma certas palavras ou designações, a historicidade da palavra a faz significar, o imaginário social funciona e, desta maneira, surgem efeitos de sentidos que provavelmente não seriam os mesmos se pronunciados por outra pessoa, em outras condições de produção<sup>5</sup>. E Estes sentidos que aí se formulam são possíveis porque existe alguém que os pronuncia, de deter-

---

<sup>2</sup> Segundo Pêcheux, existe um jogo de formações imaginárias que perpassam todo o discurso: a imagem que o sujeito faz dele mesmo, do seu interlocutor, do objeto do discurso, entre outras.

<sup>3</sup> Parte do texto integral disponível nas páginas *web* da embaixada de Cuba no Brasil e da rede de televisão cubana *Tv Camaguey* nas sessões destinadas a considerações de Fidel Castro em 23 de julho de 2007.

<sup>4</sup> Foram consultados outros periódicos cubanos como a *Revista Cuba Socialista*, por exemplo, e neles se encontram as mesmas designações usadas por Fidel Castro para os Estados Unidos.

<sup>5</sup> Segundo Orlandi (2006, p. 15), "as condições de produção incluem, pois, os sujeitos e a situação."

## ANÁLISE DO DISCURSO

minado lugar, ocupando determinada posição, em determinada formação discursiva<sup>6</sup>.

A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito. (Orlandi, 2000, p. 43)

E ainda,

É pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes. (*Op. cit.*, p. 44)

Sendo assim, o discurso de Fidel possibilita efeitos de sentidos por ser especificamente dito pelo ex-líder revolucionário a seus compatriotas.

E por estar inserido em determinada formação discursiva, os sentidos ecoam pra uma mesma direção, pra um lugar comum. Mas isso não é sempre claro, não está posto de maneira objetiva. Muitas vezes, é possível perceber deslizamentos de sentidos através de formulações diversas do mesmo ou formulações próximas que significam diferente.

Deste modo, se faz imprescindível perguntar em que partes do seu discurso se identifica uma paráfrase e quando é polissemia? De acordo com Eni Orlandi,

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (*Op. cit.*, p. 36)

Através da polissemia se provoca um deslocamento e uma atribuição de novos sentidos para as designações presentes no discurso como, por exemplo, de imperialistas para capitalistas, de capitalistas para assassinos etc. Assim, Fidel forma uma rede de designações

---

<sup>6</sup> Segundo Orlandi (1983, p. 102), formações discursivas "são reflexos e condições das práticas sociais".

que parecem se complementar no imaginário cubano, provocando a impressão de que um sentido está vinculado ao outro. Posto de outra maneira, nestas condições de produção, dizer norte-americano é o mesmo que dizer imperialista, assassino, mercenário.

### A FORMA-SUJEITO HISTÓRICA

Eni Orlandi afirma que existe uma forma-sujeito histórica (F-SH), a capitalista<sup>7</sup>, identificada nos sujeitos interpelados pela ideologia no contexto atual.

A forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual apresenta bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento. (*Op.cit.*, p. 50)

E acrescenta:

A noção de sujeito de direito se distingue da de indivíduo. O sujeito de direito não é uma entidade psicológica, ele é efeito de uma estrutura social bem determinada: a sociedade capitalista. (*Op. cit.*, p. 51)

Para este trabalho, é interessante analisar qual a possibilidade dessa FSH ser a mesma identificada nos sujeitos cubanos. Até que ponto pode-se dizer que é a mesma? É possível dizer que se constitui uma nova FSH? Se não, quais as diferenças? Se sim, como se apresenta este novo sujeito? No artigo “1822, pátria Independente: outras palavras?” (Mariani e Souza, 1994), a reflexão proposta pelas autoras procura entender quais são as formações discursivas presentes na discussão pelo estabelecimento de um novo nome para a Língua Portuguesa falada no Brasil ou pela manutenção da denominação que foi herdada. Sendo assim, mudar o nome do modo de governo influencia, realmente, no sistema de governo proposto? É possível que sim, mas ainda não é possível responder a esta pergunta. Identifica-se um comportamento diferente, sujeitos que agem de maneira diferente. Mas será que agiriam da maneira que os outros, os ditos iguais (sujeitos-capitalistas), se não vivessem em uma ilha, com uma Constituição que apresenta um discurso voltado para o anti-imperialismo? A

---

<sup>7</sup> Anotações de aula. Curso: “Discurso e Subjetividade”. Unicamp. 2008.

## ANÁLISE DO DISCURSO

própria Constituição da República de Cuba apresenta uma reafirmação à história e nela está presente parte da base que Fidel usa como apoio. Nada que o ex-governante diz é sem fundamento. Está posto. Já foi dito antes em algum lugar, quando da Revolução ou na Constituição. Ou até mesmo em outro pronunciamento. Essa repetição que provoca um efeito de verdade, mesmo quando há deslocamento. É assim, então, no discurso, através do discurso cubano, nos pronunciamentos de Fidel, nos periódicos, na Constituição que é possível perceber a formação imaginária, um mesmo sentido nos múltiplos sentidos que aparecem nos textos.

Com a mudança de governo, é perceptível a mudança que tem se estabelecido no comportamento dos sujeitos inseridos no processo. Mas ainda não se pode afirmar se estes sujeitos são diferentes e estão mudando ou se a maneira como eles são representados é que está mudando. Fica então mais uma questão.

## CONCLUSÃO

As questões aqui postas são mais o início de reflexões do que conclusões propriamente ditas. Este trabalho está em desenvolvimento e questões como a identidade, as denominações, as formações imaginárias e as polissemias que são produzidas são apenas indícios para procurar entender o processo de manutenção deste sistema de governo. Não esquecendo a questão que fica: será que este sistema de governo é o mesmo ou será que é outro?

## BIBLIOGRAFIA

*CONSTITUCIÓN de la República de Cuba*, 1976.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP& A, 1998.

MARIANI, B. S. C.; SOUZA, T. C. C. 1822, pátria independente: outras palavras? *Organon*, Porto Alegre, vol. 08, nº 21, p. 43-52, 1994.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa*. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

———. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.

———. Análise de discurso. **In:** LAGAZZI; RODRIGUES, Suzy; ORLANDI, Eni. (orgs.) *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. Trad. Eni P. de Orlandi. **In:** GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: UNICAMP, 1969.

**ANÁLISE DO DISCURSO**  
**CONSTRUÇÕES**  
**DE MOVIMENTO CAUSADO PRESUMIDO**  
**OLHA AQUI, OLHA ALI, OLHA LÁ**

*Sandra Bernardo* (UERJ / PUC-Rio)  
[sandrapb@terra.com.br](mailto:sandrapb@terra.com.br)

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Apresento, nesta comunicação, algumas reflexões sobre construções de movimento causado compostas pelo verbo *olhar+dêiticos aqui, ali, lá*. As considerações tecidas aqui se fundamentam na abordagem sociocognitiva, segundo a qual as formas linguísticas, em conjunto com outros sinais, atuam processo de significação, concretizado nas situações comunicativas experienciadas pelos participantes das interações verbais. Nesse arcabouço, incluo a teoria dos espaços mentais e a gramática de construções, cujos conceitos me permitem descrever aspectos sociais e cognitivos envolvidos no uso da língua em conversa informal.

Em trabalhos anteriores (Bernardo 2005, 2006, 2007), concentrei-me nos casos de *olha só*, postulada como uma construção de movimento causado presumido, empregada em conversa informal com sentido de *prestar atenção*, sobretudo em trechos argumentativos, sinalizando novos (sub)tópicos ou referentes, a fim de atenuar posições contrárias ou avaliações negativas acerca do que está sendo discutido. Foram observados casos prototípicos dessa construção, envolvendo a busca de atenção para objetos presentes na cena discursiva, e usos metafóricos, em que o *objeto apontado* seria a posição defendida por um participante da interação.

Embora tenha encontrado poucas ocorrências das expressões *olha aqui, olha ali* e *olha lá*, tais construções usadas correntemente na modalidade informal do português, com funções e significados que me levaram a considerá-las construções de movimento causado presumido. Assim, pretendo avançar na descrição, buscando as especificidades de cada uma em termos da conceptualização discursiva.

As ocorrências estudadas foram extraídas do *Banco de Dados Interacionais* (BDI), volume organizado por Roncarati (1996), que

reúne transcrições de conversas casuais gravadas em 1989 e 1990. Na próxima seção, apresento a análise das construções em estudo à luz da abordagem que a fundamenta.

### CONSTRUÇÕES SINALIZADORAS DE MOVIMENTO CAUSADO PRESUMIDO *OLHAR+DÊITICO* (*AQUI, ALI, LÁ*)

Em razão do papel que desempenham na conversa, assim como ocorre com *olha só*, venho conceituando as expressões compostas pelo verbo *olhar* seguido *aqui, ali, lá* como sinalizadores, termo que remete ao papel das formas linguísticas na conceptualização numa visão sociocognitiva, a saber: guiar a processo de significação em conjunto com outros sinais presentes no contexto de uso da língua. O conceito de sinalizador foi elaborado com base em Clark (1996), para quem os atos comunicativos ocorrem por meio de sinais naturais (ou indícios), quando a língua é utilizada. O autor define tais sinais como “um ato pelo qual os participantes coordenam o próximo passo na atividade em andamento” (p. 132).

A partir dos conceitos de ícone, índice e símbolo (tomados de Pierce), Clark (*op. cit.*) postula três métodos de sinalização usados na comunicação: (i) descrição — falante e ouvinte coordenam a ativação da mesma regra para cada símbolo usado; (ii) indicação — localização de entidades no contexto da atividade; (iii) demonstração — maneira como entidades se apresentam, criando uma representação mental acerca da aparência dos objetos (termo tomado em uma acepção ampla para referir pessoa, lugar, objetos em sentido estrito etc.).

Embora a forma *olha* não figure como elemento dêitico nos estudos de pragmática da língua portuguesa, seu papel na sinalização de referentes, a partir da abertura de um espaço-FOCO, me levou a considerá-la entre as estratégias dêiticas empregadas em conversa. Essa assunção se baseia na concepção de dêixis como uma projeção da metáfora APONTAR PARA (Marmaridou, 2000). Em outras palavras, o ato físico de apontar é projetado num espaço conceptual. Além disso, a dêixis é interpretada como uma noção escalar em cujo extremo poderiam ser encontrados alguns mecanismos anafóricos e discursivos.

## ANÁLISE DO DISCURSO

A abordagem experiencialista para a dêixis promove a possibilidade de descrever unificadamente seus aspectos cognitivos e sociais, já que, durante a produção e compreensão do discurso, os participantes envolvidos na interação, conceptualizam, em conjunto, os sentidos produzidos na conversação. Isso pode ser percebido, segundo Clark (1996), por pistas deixadas pelos falantes de uma representação discursiva, composta de duas partes essenciais: (i) uma *representação textual* da linguagem e outros sinais usados durante o discurso; e (ii) uma *representação situacional* da situação sobre a qual se fala. Assim, a representação situacional consiste no que os participantes estão realizando, e a representação textual, nas estratégias comunicativas para desempenhar essas ações.

O uso das construções com verbo *olhar* seguido de *só* e dêiticos *aqui*, *ali*, *lá* seria estruturado pelas metáforas COMPREENDER É VER, IDEIAS SÃO OBJETOS e DISCURSOS SÃO FONTES DE LUZ (Lakoff & Johnson 2002). Subjaz a essa formulação a hipótese de que a mente é corporificada, ou seja, os conceitos resultam das experiências sensoriais vivenciadas no espaço, originariamente; no tempo, como espaço percorrido ou ocupado por um objeto, e no discurso.

As metáforas são mecanismos cognitivos que estruturam parcialmente conceitos experienciados/concebidos pelos seres humanos em todas as suas atividades, porque permitem a compreensão de um domínio por meio de outro, a partir de modelos e processos cognitivos. Logo, é possível estudar o significado pragmático como parte da estrutura cognitiva e não externa a ela, pois o significado social é cognitivamente internalizado.

Foram encontrados casos de *olha aqui* conceituados inicialmente como prototípicos porque envolvem a busca de atenção para algum objeto da cena discursiva, como em (1), abaixo, em que o falante se refere às suas cartas numa conversa entre aposentados durante um jogo.

(1) F1 = 269 estraguei meu jogo.

270 Foi por isso.

271 Então é por isso.

272 *Olha aqui ó.*

273 *Aqui ó.*

274 tem oito pontos (Inint.) ((Vozes ao fundo)) (BDI 12)

Contudo, pode-se perceber, nessa passagem, uma estratégia por parte do falante de contar vantagem sobre os outros participantes do jogo que não teriam adotado a mesma estratégia. Esse papel desempenhado pelo *olha aqui* me levou a cogitar uma classificação limítrofe para essa construção, que sinaliza as cartas do jogo para ressaltar o envaidecimento do falante que busca a atenção dos oponentes.

O emprego do verbo *olhar* nesse tipo de construção preenchida reforça-lhe a função dêitica, sinalizadora, já que se presume o deslocamento do foco de atenção dos participantes da interação para as cartas de F1. O fato de a construção ser reforçada pela forma *ó*, uma espécie de abreviação do verbo *olhar*, seguida pelo enunciado *Aqui ó*, em que o dêitico aparece em primeiro lugar, levou-me a considerar um status construcional para expressão *olha aqui*, na medida em que seu significado poderia ser distinto de *aqui ó* e *ó*. No caso da construção *olha aqui*, pode-se conceber sentido semelhante a *prestar atenção*, atribuído a *olha só*, sendo que o papel participante alvo que integra o enquadre semântico da construção é um objeto presente na cena discursiva. Já as formas *aqui ó* e *ó* reforçariam o objeto em FOCO, como ocorre em outros trechos da conversa, ilustrado em (2).

(2) J = 30 Isso aqui tem água aqui dentro?  
S = 31 *Aqui olha* (BDI 2A)

Essa interpretação de que *olha aqui* pode significar *prestar atenção em X* é corroborada por contextos como os de (3) e (4), abaixo, em que as construções foram empregadas para sinalizar as intenções dos participantes da interação e não um referente situacional:

(3) J = 90 *Olha aqui* Neide (Inint)  
91 eu vou cortar você também ((Fala rápida)) (BDI 1)  
(4) J = 696 *Olha aqui* querida- (BDI 5)

Em (3), a falante afirma que vai interromper fala de Neide, que, em passagem anterior, reclamou de não conseguir falar. Em (4), a falante tenta se expressar, mas não consegue a posse de turno. Nos dois casos, a forma *olha aqui* é empregada para chamar atenção sobre o papel dos referidos participantes da interação, ou seja, falantes ressaltam, ou tentam ressaltar, seu próprio papel no evento em andamento, chamando a atenção para seu discurso e não para um objeto situado no ambiente.

## ANÁLISE DO DISCURSO

Essa estratégia dos falantes de referenciar o próprio discurso e seu papel na construção do mesmo, colocando-se como centro dêitico, pode ser encarada como uma projeção metonímica PESSOA PELO ATO. Dessa forma, ao sinalizar não apenas o que quer significar, mas seu papel na interação, o falante projeta-se no seu discurso, tornando-se uma entidade que refere e é referenciada.

Segundo Lakoff & Johnson (2002, p. 93), diferentemente da metáfora, cuja função primordial é a compreensão, a metonímia exerce uma função referencial, porque propicia a representação de uma entidade por outra. Contudo, não é meramente um recurso de referenciação, já que permite o entendimento, ao selecionar aspectos particulares da entidade referenciada.

A metonímia assemelha-se à metáfora, ainda, por não consistir apenas em um recurso retórico ou poético, mas estar presente no modo como se age, pensa e fala no dia a dia. Conceitos metonímicos “estruturam não somente nossa linguagem, mas também nossos pensamentos, atitudes e ações e, também, baseiam-se na nossa experiência”. Em geral, “envolvem associações físicas e causais diretas” (p. 97), apresentando, assim, uma fundamentação mais óbvia que a dos conceitos metafóricos, porém tão sistemáticos quanto estes últimos.

A projeção mais direta do falante do/no discurso produz uma significação menos polida com emprego do *olha aqui* na comparação com *olha só*. Ao empregar este último sinalizador, o participante da interação abre um espaço-FOCO para a conceptualização do discurso, promovendo uma atitude de afastamento em relação à posição defendida, porque busca conciliar divergências. Ao passo que, ao usar *olha aqui*, envolve-se explicitamente, projetando uma contraparte sua no espaço-FOCO aberto pelo sinalizador, numa espécie de atitude de enfrentamento.

O enquadre semântico-pragmático, conceptual, da construção *olha só* envolve a abertura de um espaço-FOCO em que o falante se projeta por meio do discurso, adotando uma atitude de afastamento em relação ao objeto (alvo), para o qual busca a atenção dos participantes da interação. Já no enquadre conceptual de *olha aqui*, o falante projeta-se no mesmo espaço-FOCO do objeto (alvo) sinalizado, numa atitude de envolvimento.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Quanto às expressões *olha lá* e *olha ali*, inicialmente as considerei uma construção de movimento causado presumido prototípica, no sentido de que, ao empregá-la, o participante da interação leva seu(s) interlocutor(es) a deslocarem sua atenção para um alvo presente no cenário discursivo. Entre as construções em estudo, são as mais abreviadas: *olha ali* > *ali*; *olha lá* > *alá*. O uso da forma *ali* pode não ser interpretado como abreviação; porém, no caso de *alá*, forma usada corrente na modalidade oral, já se pode vislumbrar um processo de gramaticalização. O relato abaixo sobre a experiência de uma falante de português, recebido por e-mail de uma colega pesquisadora, ilustra esse emprego.

A G. é voluntária para acompanhar casos de adoções internacionais por parte de espanhóis, e está acompanhando um caso. Aí o candidato a pai perguntou a ela o que queria dizer *alá* em Português, que o garoto via falando e ele não entendia. A G. estranhou, disse que *Alá*, em Português, era o nome do deus muçulmano, mas que ela achava que não deveria ser isso. Mais tarde, ela saiu com os dois, e entendeu tudo. A todo o momento, o garoto queria mostrar coisas para o talvez pai e dizia *alá* o carro, *alá* o avião, *alá* sei mais quê.

O trecho (5), apresentado em seguida, consiste em um caso de *olha ali* prototípico, já que o falante C sinaliza a placa do *trailer* onde os preços estão listados, após dúvidas quanto ao preço da batata frita.

(5)I = 295 Quanto que tá a batata frita? /.../  
C = 299 Se não me engano.  
300 *Olha ali*. ((Tabela de preços))  
I = 301 *Olha ali*.  
302 É muito mais fácil. (BDI 4)

Todavia, no excerto (6), abaixo, em que o falante ressalta a espessura da coxa de uma das participantes que ofereceu colo ao colega sem travesseiro, vislumbro um emprego limítrofe para *olha lá*.

(6) G = 308 Um coxão.  
309 *Olha lá*.  
310 *Nossa mãe*  
311 ó.  
312 Ih  
313 aproveita. (BDI 3)

Essa conceituação se baseia no clima de brincadeira em que a conversa transcorre e no fato de o quarto do alojamento onde deu a interação apresentar dimensões incompatíveis com a localização de

## ANÁLISE DO DISCURSO

um objeto a uma distância tal, que demandasse o emprego de *lá*. Atribuí a esse dêitico um caráter intensificador. Assim, a construção *olha lá* não estaria envolvendo apenas a sinalização da coxa da colega de G., mas uma avaliação por parte do falante. O uso da construção com *lá* em vez de com *ali* pode estar ligado ao caráter intensificador: o falante projeta no espaço conceitual uma distância maior para destacar a ênfase sobre o objeto sinalizado.

Portanto, em termos da intenção comunicativa presente na construção conjunta do significado, *olha aqui* e *olha lá* podem expressar uma atitude de confronto, ironia, descontração, ou seja, posturas em que não há uma preocupação explicitamente marcada a preservação da face dos participantes. Enunciados como *Olha lá o que você está fazendo!*, *Olha aqui, você está cometendo um erro!* ou *Olha aqui, não foi isso que eu disse...* são possíveis nas interações. Já no caso de *olha só* sinalizador de argumento contrário, talvez em razão de uma fala que visa ao convencimento do outro, em que se quer afirmar uma posição a ser adotada pelo outro, se observe um cuidado maior com a polidez.

Em outras palavras, a intenção do falante, ao sinalizar um objeto com *olha lá* no excerto (6), é conceptualizá-lo de modo a produzir um sentido de descontração por meio do exagero da dimensão deste, por isso sua contraparte encontra-se projetada no espaço-FOCO aberto, a fim de enfatizar o objeto (alvo) para o qual busca a atenção dos interlocutores. No caso de *olha só*, a intenção é focalizar em primeiro plano o objeto (alvo) o argumento que está sendo encaminhado com polidez.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, assim como ocorre com os tipos de *olha só* estudados, a diferença entre as construções *olhar+aqui*, *ali*, *lá* encontra-se na dimensão pragmática, já que o significado de *prestar atenção* permanece em todas as construções. Nas próximas etapas da pesquisa, buscarei meios de melhor descrever tais distinções pragmáticas envolvidas no uso dessas construções.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

BERNARDO, Sandra. *Olha só, olha lá* na dêixis conversacional. In: *Cadernos do CNLF*, vol. IX, nº 11: Análise do Discurso. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2005, p. 174-180.

———. A construção *olha só*: uma abordagem sociocognitiva. In: *Cadernos do CNLF*, vol. X, nº 13, Rio de Janeiro, 2006, p. 36-44, 2006.

———. *Olha só*: uma construção de movimento causado presumido. *Linguística*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 2, p. 255-270, 2006 [2007].

CLARK, Herbert H. *Using language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

FAUCONNIER, Gilles. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: EDUC, 2002.

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar vol. I: theoretical prerequisites*. Stanford/California: Stanford University Press, 1987.

———. *Foundations of cognitive grammar vol II: Descriptive application*. Stanford/California: Stanford University Press, 1991.

MARMARIDOU, Sophia S. A. *Pragmatic meaning and cognition*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 2000.

RONCARATI, Cláudia (org.). *Banco de dados interacionais*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras – UFRJ/CNPq, 1996.

## **ANÁLISE DO DISCURSO**

### **DISCURSIFIDADE E INTERDISCURSAIVIDADE NAS CAPAS DE VEJA**

*Patrícia Ribeiro Corado (UERJ)*  
[paulobrigatto@ig.com.br](mailto:paulobrigatto@ig.com.br)

#### LÍNGUA, DISCURSO E IDEOLOGIA

A ideia de que a(s) linguagem(ns) se fazem sujeito e objeto sócio-histórico coloca neste trabalho a incumbência da investigação de conceitos como língua, discurso, texto e ideologia e da reciprocidade de suas relações. Assim, pretende-se, entendendo melhor a natureza da linguagem em uso, compreender os mecanismos envolvidos na produção social do sentido e, em última análise responder a uma inquietante pergunta: O que significa ler?

Aceitar a ideia de que as relações humanas se constituem no interior de um jogo discursivo, coloca-nos a todos e, em especial, aos estudiosos da linguagem, diante da difícil tarefa de entender e fazer entender as artimanhas do sentido, isso porque vivemos num universo de relações em que as leituras se fazem presentes a todo instante e, sem que percebamos, pegam-nos pela mão e nos conduzem a caminhos que pensamos ser nossos.

Assim, os estudos da língua, a fim de entender os modos como a linguagem direciona nossos olhares e nos move, passa a ver o texto – falado ou escrito, verbal ou não verbal – não apenas o veículo de um conteúdo, mas como a materialidade do discurso. A partir desse olhar, o texto deixa de ser compreendido apenas sob o aspecto estrutural e passa a ser entendido sob o prisma discursivo, isto é, em função das formações ideológicas que o determinam. A partir disso podemos definir como objeto de estudo a língua atualizada em discurso, com sua natureza ideológica refletida na sua materialidade textual.

Não se trata de redizer a teoria saussuriana em outras palavras, pois, apesar de reconhecer todo o mérito da contribuição de Saussure aos estudos linguísticos, não proponho aqui reafirmar, com outros nomes, a dicotomia entre língua e fala, onde uma é social e constante e outra é individual e ocasional. Ao contrário, o que se

quer é buscar uma compreensão da relação indissociável entre língua e discurso e, conseqüentemente, entre formações ideológicas e materialidade textual, de modo que tais conceitos aparecerão como unidades distintas apenas para a clareza conceitual, mas, na verdade, constituem-se como elementos indissociáveis, uma vez que é pela compreensão do funcionamento discursivo, cuja materialidade é signífica, que evidenciaremos a intrínseca relação entre o social e o histórico, entre o sujeito, o outro, o mundo e a dinâmica disso tudo, ou seja, a história.

O discurso, portanto, não se presta a uma análise que o perceba como instrumento de transmissão de informações; ele é a própria constituição dos sujeitos, haja vista que é por meio dos sentidos por ele produzidos que vamos dando conta de um mundo que, ao ser posto em discurso vai-se fazendo real. É, desse modo, pelo discurso, material e ideológico, que nos tornamos os sujeitos que somos e, se os sujeitos são os atores da história, é pelos discursos que a história se faz e se conta.

Nesse ponto, defendo, inevitavelmente, que a língua e os estudos da(s) linguagem(ns) não cabem nos esquemas elementares de comunicação. A concepção interacionista desfaz esse quadro e levamos a perceber que o “eu”, o “outro” e o “mundo” participam, ao mesmo tempo, das construções discursivas, cujo fim é muito maior e mais complexo do que o simples comunicar: é o agir com e sobre o outro e (inter)agir com e pela(s) linguagem(ns), num exercício que tem como resultado relações simbólicas que se criam e se sustentam entre os sujeitos simbólicos que participam do discurso, fundando nele relações de força e poder. Nas palavras de Orlandi (2006, p. 16),

Segundo as relações de força, o lugar social do qual falamos marca o discurso com a força da locução que este lugar representa. Assim, importa se falamos do lugar de presidente, ou de professor, ou de pai, ou de filho etc. Cada um desses lugares tem sua força na relação de interlocução e isto se representa nas posições sujeito. Por isso essas posições não são neutras e se carregam do poder que as constitui em suas relações de força.

Por parecerem tais aspectos relevantes no que diz respeito à maturidade ou ingenuidade do homem frente às suas leituras, o estudo da(s) linguagem(ns) se deve propor a um olhar que não ignore a natureza ideológica do discurso e sua materialidade textual para, dessa maneira, favorecer uma leitura que entenda o texto como resulta-

## **ANÁLISE DO DISCURSO**

do de certas condições sócio-históricas de produção, como um diálogo entre a subjetividade e a exterioridade e como produto e produtor de sentidos e efeitos que formarão o círculo vicioso da constituição humana pela(s) linguagem(ns).

### **AS CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM E A EXTERIORIDADE DO TEXTO**

As concepções que adotamos sobre a língua e as linguagens guardam, sempre, forte relação com as ideias que temos dos sujeitos como agentes e/ou como objetos dessas linguagens. Assim, quando a língua é entendida como pura expressão do pensamento, concebemos o sujeito como senhor da linguagem, dono das vontades que se expressam no texto, que, por sua vez, é um produto lógico do pensamento. Por outro lado, se a língua é código, instrumento de comunicação, o sujeito discursivo é pré-determinado pelo sistema e o texto é produto da codificação de um emissor a ser decodificada por um receptor passivo. A posição que adoto aqui, entretanto, não se afina plenamente com nenhuma dessas duas tendências, pois, ao entender os sujeitos como atores sociais, vejo, necessariamente, o texto como um lugar de interação entre os sujeitos que, dialógica e mutuamente constroem-se os seus discursos e são por ele construídos. A linguagem não é, portanto, apenas objeto a ser manipulado pelos sujeitos, nem tampouco instrumento de simples codificação/decodificação, mas uma complexa atividade de produção de sentidos que se realiza e deixa evidências na superfície material do texto, exigindo e pressupondo, contudo, um diálogo com aquilo que, embora aparentemente externo ao texto, é dele determinante do ponto de vista da sua formação como discurso.

A concepção interacionista faz-nos, portanto, entender que há elementos exteriores ao texto que são determinantes para a realização dos sentidos nele produzidos. O diálogo do texto com a exterioridade pressupõe, então, que não se lê um texto sem levar em consideração o contexto ou, em outras palavras, as condições de produção que dizem respeito à posição do sujeito em relação à situação discursiva. Para uma melhor compreensão, dividirei essas condições contextuais em: condições contextuais restritas e condições contextuais amplas.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

As primeiras dizem respeito ao contexto imediato da produção discursiva, àquelas condições que, de modo muito próximo à realização discursiva, interferem diretamente na ordem a que o discurso se submeterá.

As condições contextuais que aqui chamo de amplas são aquelas que pertencem a um contexto ideológico (social, histórico e cultural) presente no sujeito e determinante de suas formações discursivas, embora, muitas vezes, perdido de sua consciência. Ou seja, são elementos que, fazendo parte daquilo que somos, determinam nossa forma de ver e recortar discursivamente o real, sem passar necessariamente pelas malhas da consciência.

Isso nos levará a entender que os componentes ideológicos determinam as ações dos sujeitos sem que eles se percebam assim. São, portanto, esses elementos quanto menos visíveis, mais poderosos (e perigosos), uma vez que eles são capazes de assujeitar o homem não apenas ao discurso de outrem, mas, principalmente, ao seu próprio discurso. Isso porque não apenas o dizer está em jogo na interação pela(s) linguagem(ns), mas as imagens que se projetam pré- e pós-discursivamente: ideias que o sujeito tem de si, do outro e do mundo que se faz seu objeto de referência; essas imagens ou ideias são determinantes do discurso, por isso pré-discursivas, contudo também são resultado dos(s) discurso(s), portanto pós-discursivas.

È evidente que se aqui, pela necessidade de tornar clara uma conceituação abstrata, faço essa separação entre o que é pré- ou pós-discursivo, entre o que pertence a um contexto restrito ou a um contexto amplo, na prática esses fatores atuam sempre mutuamente e constituem um conjunto de elementos que não apenas participa do discurso em nuances, mas o determinam em sua essência. Nas palavras de Orlandi (2006, p. 14,) “o que liga o dizer à sua exterioridade é constitutivo do dizer.”

Essas relações da língua com seu universo de referência nos levam a entender que a compreensão dos sentidos determinantes dos e determinados nos discursos depende de um olhar que vá além da palavra.

A palavra, evidentemente, é a chave do sentido, mas a realização significativa não se encontra propriamente na língua, material,

## ANÁLISE DO DISCURSO

mas também nas formações discursivas que impregnam as palavras. Mais uma vez, lembro Saussure para esclarecer que não tento aqui desconstruir a dicotomia significante/significado, mas de tentar entender se que modo, discursivamente, essa relação se efetiva.

Um exemplo que parece tornar mais claras as ideias que trago aqui é o de algumas palavras consideradas pejorativas, como preto ou aleijado. Ora, do ponto de vista da relação significante/significado não há diferenças consistentes entre preto, negro e afrodescendente ou entre aleijado e deficiente. Ocorre que, em razão das formações discursivas em que palavras como preto e aleijado estiveram historicamente envolvidas, atribui-se a elas uma carga semântica negativa não vista em outras aparentemente sinônimas. Isso parece deixar nítido que o sentido é construído num movimento histórico discursivo e que as nossas (re)produções discursivas são também (re)produções ideológicas. Nesse sentido, Orlandi (2006, p. 17), lembra que

Como diz M. Pêcheux, o sentido de uma palavra, uma expressão, de uma proposição etc. não existe em si mesmo (isto é, em uma relação transparente com a literalidade), mas, ao contrário é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Elas mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam. As formações discursivas são a projeção, na linguagem, das formações ideológicas. As palavras, expressões, proposições adquirem seu sentido em referência às posições dos que as empregam, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais se inscrevem.

Manoel de Barros, em sua palavra poética, leva-nos a uma reflexão que, pelo viés que venho apresentando aqui, procura explicar nossa relação com a língua e com o que ela é capaz de nos trazer:

### A LÍNGUA MÃE

Não sinto o mesmo gosto nas palavras:  
Oiseau e pássaro  
Embora elas tenham o mesmo sentido.  
Será pelo gosto que vem de mãe? de língua mãe?  
Seria porque não tenho amor pela língua de Flaubert?  
Mas eu tenho.  
(Faço esse registro  
porque tenho a estupefação de não sentir com a mesma riqueza  
as palavras oiseau e pássaro)  
Penso que seja porque a palavra pássaro em  
mim repercute a infância  
E oiseau não repercute.

Penso que a palavra pássaro carrega até hoje  
Nela o menino que ia de tarde pra  
debaixo das árvores a ouvir os pássaros.  
Nas folhas daquelas árvores não tinha oiseaux  
Só tinha pássaros.  
É o que me ocorre sobre língua mãe.

(Manoel de Barros – In: O fazedor de amanhecer, 2001)

Observe-se que na construção poética de Manoel de Barros o significante traz à tona uma série de significados que não estão propriamente nele guardados, mas que se criam num diálogo com o mundo e com a história, com experiências discursivas que não podem ser ignoradas quando se pensa nas relações de produção de sentido.

Seguindo essa lógica, é possível entender que qualquer discurso fala sempre antes em outro espaço/tempo e, assim, determina o que é dito agora, de maneira que, abstratamente, as vozes que falaram a mim são faladas por mim, num jogo de reproduções discursivas mútuas e sucessivas. Não pretendo reduzir o discurso ao já dito, mas afirmar que o já dito está na natureza do dizer.

O texto configura-se, então como um monumento em que a historicidade se marca, de modo que a textualidade e a historicidade constituem-se reciprocamente. Assim, o texto é, até certo grau, resultado da exterioridade que nele se inscreve. Um material discursivo posto em análise deve, portanto, evidenciar as relações que ele estabelece com as formações discursivas que o determinam e que nele ganham veículo. Isso seria assentar a análise do texto na sua discursividade e vice-versa.

Pelo raciocínio apresentado até aqui, a natureza do discurso é, necessariamente, interdiscursiva, ou seja, a constituição recíproca dos sujeitos e dos sentidos acontece no interior dos discursos, de tal forma que um discurso é sempre reprodutor de sujeitos e de discursos, portanto interdiscursivo.

De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 286),

Todo discurso é atravessado pela interdiscursividade, tem a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos, de entrar no interdiscurso. Esse último está para o discurso como o intertexto\* está para o texto\*.

## ANÁLISE DO DISCURSO

Em sentido restritivo, o “interdiscurso” é também um espaço\* discursivo, um conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos) que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros. Assim, para Courtine (1981, p. 54), o interdiscurso é uma articulação contraditória de formações\* discursivas que se referem a formações ideológicas antagônicas”.

Mais amplamente, chama-se também de “interdiscurso” o conjunto das unidades discursivas (que pertencem a discursos anteriores do mesmo gênero\*, de discursos contemporâneos de outros gêneros etc.) com os quais um discurso particular entra em relação implícita ou explícita.

### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOÇÃO DE ASSUJEITAMENTO

Por tudo que vem sendo afirmado até aqui, cabem algumas reflexões acerca da noção de assujeitamento. Se proponho que o texto é a materialidade do discurso e que o discurso é a materialidade da ideologia, que todo dizer é, na verdade, um redizer e que, discursivamente, as ideologias que pensamos nossas ganham veículo em nossas vozes, seria natural aceitarmos plenamente a ideia de que o indivíduo é assujeitado pela língua, ou seja, de que sua consciência é apenas uma ilusão e de que os sujeitos discursivos são, de fato, repetidores discursivos. Faz-se necessário, entretanto, pela linha de análise que adoto, que se relativizem até certo grau esses conceitos.

De acordo com a concepção de assujeitamento, a consciência discursiva não pertence ao indivíduo, é produzida de modo independente de seus domínios. Nas palavras de Koch (2003, p. 14), “ele tem apenas a ilusão de ser a origem de seu enunciado, ilusão necessária, de que a ideologia lança mão para fazê-lo pensar que é livre para fazer e dizer o que deseja.”.

Ora, é verdade que até certo ponto isso realmente se verifica. Relato, para exemplificar, uma recente experiência: num debate sobre cotas raciais, uma aluna procurava defender a ideia de que as cotas são desnecessárias e, afirmando que todos são iguais e devem, portanto, ter seu acesso à universidade pública garantido pelas mesmas vias, cita um exemplo de um estudante negro e “cotista” que, segundo ela, tripudiava de seus colegas brancos que “se matavam de estudar para o vestibular”. Outra aluna revelou, então, que o estudante mencionado colega não era “cotista”, pois seu ingresso naquela

universidade fora anterior à implementação da política de cotas. Dito isso, a colega imediatamente retrucou: “Então, além de negro, ele é mentiroso!” e seguiu defendendo veementemente a ideia de que ela não era racista.

O fato parece deixar claro que, em muitos casos, o dizer é determinado sim pelas nossas inconsciências discursivas. Possivelmente a aluna sequer percebeu o conteúdo depreciativo que, em seu discurso, atribuíra à palavra “negro”.

Por outro lado, imaginar que esse assujeitamento é total e inerente ao dizer pode nos levar a reducionismos perigosos sobre a língua e sobre os textos e, em lugar de percebermos o caráter multifacetado da produção de sentidos, passamos a vê-la como algo completamente alheio aos sujeitos que, por esse olhar, são reduzidos a peças de um discurso sem atores materiais.

O que defendo aqui, ao contrário, é que produção e reprodução discursivas são atividades complementares, simultâneas e indissociáveis por meio das quais os sujeitos, atores discursivos, propõem os seus jogos de interação, ora de modo mais consciente e, portanto, mais competente, ora nem tanto.

Pretendo, assim, adotar uma postura teórica que busca o equilíbrio entre a proposta pragmática de um sujeito dono das suas palavras e consciente de todos os sentidos e a proposta da Análise do Discurso de um sujeito caracterizado pela não consciência, até porque entendo que não há rigor teórico que justifique entender as duas visões como excludentes entre si, uma vez que, se por um lado o sujeito é manipulável pelo discurso, ele também, em outras cenas, é o articulador discursivo de representações manipuladoras.

Creio que uma solução interessante para a questão do sujeito pode ser formulada a partir da conjugação de dois conceitos, a meu ver francamente compatíveis: o conceito de “usuário”, cunhado por de Certeau (1990), e o de competência discursiva, proposto por Maingueneau (1984). A noção de usuário tem a finalidade de permitir formular uma concepção que, sem pretender recuperar o sujeito uno da tradição filosófica ocidental – que é sem dúvida o sujeito/locutor da pragmática – nem por isso aceita considerá-lo mero efeito do que o precede e o afeta – estruturas, inconsciente, linguagem. A pretensão é dar conta do processo de que o sujeito participa, a despeito de tudo, como agente. Ou seja, embora sendo “efeito das estruturas” que o condicionam, ele é, mesmo as-

## ANÁLISE DO DISCURSO

sim, um usuário dos produtos (e dos discursos), não apenas seu consumidor. (Possenti, 2002, p. 79)

Para se fundamentar a verdade da teoria da Pragmática, podemos pensar em casos como os de mudança de posicionamento argumentativo, que parecem evidenciar o sujeito como dono das suas posições discursivas. Pode-se, no entanto, contra-argumentar, para o enriquecimento do debate, com a ideia de que a suposta tomada de posição do sujeito, constitui-se, na verdade, como fruto de uma batalha discursiva a que o sujeito se apresenta e que ganha palco dentro dele.

Por minha parte, entendo que os dois olhares são complementares e enriquecedores da análise uma vez que ambos, associados, criam condições para que percebamos a necessidade de se mobilizarem estratégias cognitivas várias e diversos componentes do conhecimento para a compreensão do texto como um espaço em que o dizer se materializa deixando marcas do seu antes e apontando para o seu depois. De acordo com o conceito de competência, de Maingueneau (2007, p. 59), “a competência é um fato discursivo, não uma questão de crença. A representação que os Sujeitos se fazem de seu pertencimento não coincide necessariamente com sua situação efetiva.”. Portanto, ainda de acordo com Maingueneau, assume-se na proposta de análise que apresento aqui o lugar privilegiado que a heterogeneidade tem em qualquer formação discursiva e a presença constante e determinante do outro nos nossos textos, o que não significa, sobremaneira, a aceitação da imagem dos sujeitos como “ceras moles que se deixariam dominar, assujeitar por um discurso todo poderoso” (2007, p. 53).

Koch (2003, p. 18), ao apresentar os seus “modelos de interpretação” de Dascal, propõe também a compreensão de tais modelos a partir da perspectiva da complementaridade e explica usando a “metáfora do iceberg”:

No topo está o signo a ser interpretado. Abaixo dele, várias camadas de sentido a ser caçado. Imediatamente abaixo da superfície, encontra-se o sentido semântico cristalizado, ao qual o modelo criptológico almeja. Mais abaixo, as intenções (*speaker's meanings*), que pedem uma interpretação pragmática. Mais ao fundo ainda, as florestas geladas em que os teóricos das causas profundas exercitam seu jogo favorito. Já os defensores do modelo hermenêutico recusam-se a mergulhar na água. Alguns deles até negam que o *iceberg* tenha partes submersas. Nem mesmo gostam

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

de caçar: preferem criar seus próprios animais de estimação, em castelos perfeitamente adequados, construídos no ar, sobre o topo da montanha de gelo.

Evidentemente, os limites entre as camadas são bastante difusos e cada camada – que pode ser muito fina – precisa ser protegida e respeitada, para evitar o desmoronamento de todo o *iceberg*.



A proposta de Dascal (*apud* Koch) afina-se com as minhas ideias sobre leitura e, em especial, sobre a leitura de textos midiáticos, uma vez que pretende mobilizar, com o devido respeito metodológico, diferentes áreas do conhecimento teórico a fim de desvendar os interesses de força e poder que se escondem, aparentemente ingênuos e adormecidos, nas malhas do texto.

## ANÁLISE DO DISCURSO

### ANÁLISE

Na análise que se segue tentarei mostrar como as evidências e camuflagens interdiscursivas e intertextuais assumidas pelo sujeito-autor de um texto podem funcionar argumentativamente como estratégia de captação de adeptos ou de refutação de “verdades”.

Trazida a público em 21 de setembro de 2005, a capa acima apresenta, inegavelmente, forte carga ideológica e avaliativa em relação à ação do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal. Para a veiculação de sua mensagem, o enunciador recorre à intertextualidade com a conhecida cantiga de roda “*O anel que tu me deste era vidro e se quebrou, o amor que tu me tinhas era pouco e se acabou.*”. A estrela, símbolo do PT, aparece no texto não verbal feita de vidro e quebrada, o que, pelo uso das reticências no lugar do sujeito verbal, leva o leitor a ocupar esse espaço sintático pelo significado do elemento simbólico que se apresenta na imagem, o PT, ou seja, a mesma desilusão veiculada na cantiga em relação a um amor frustrado deve ser levada para a relação do povo com o partido ao qual confiou sua credibilidade, suas esperanças e, principalmente, seus votos.

A intertextualidade é, assim, compreendida como um recurso do qual deriva uma intencional associação semântica entre o novo texto e o texto que nele é retomado. É o que explica Valente (2006, p. 174):

A intertextualidade refere-se às citações de outros textos feitas pelo autor do texto, **que busca, de forma consciente, levar o receptor a reconhecer as conexões semânticas entre o texto por ele produzido e outro(s) texto(s) anteriormente produzido(s).** (Grifo nosso)

Carvalho (2003, p. 85) confirma essa compreensão da expressividade do recurso intertextual, dizendo que

A provocação de lembranças tem um efetivo poder de expressão. O que o texto atual diz soma-se ao que disseram os anteriores, desencadeando o automatismo da memória e despertando o interesse pela inovação (quando ela existe). A frase feita aparece ajustada à versão original, mas numa situação diferente.

Nesse caso, parece estabelecer-se uma espécie de cumplicidade entre autor e leitor, na medida em que o conhecimento do texto citado é fundamental para a compreensão plena da mensagem, desde seu aspecto mais superficial até a captação de sua carga ideológica e

de seu conteúdo implícito, uma vez que o texto resgatado, pertencente ao repertório popular, faz-se elemento constituinte do código. Ou seja, texto, capa de revista, tem texto, cantiga de roda, como código.

A intertextualidade, desse modo, constitui-se num movimento de retorno ao código, fazendo com que autor e leitor criem entre si um laço de afinidade, como se ambos, dominando um código comum, pudessem se ver refletidos um no outro. Assim, a intertextualidade, não assume apenas um valor estilístico, mas atua discursivamente como elemento de valor argumentativo, uma vez que contribui como estratégia para a captação de adeptos.

De acordo com Carvalho (2003, p. 84-5), isso ocorre porque recursos que recorrem a fórmula fixas

Podem se tornar elementos de valorização de um texto, **despertando a adesão do leitor por meio de algo já conhecido**, que estimula a memória. (...) **Reservam ao leitor a satisfação de um conhecimento partilhado, de algo que se torna comum entre o autor e o leitor.**

(...)

Na íntegra ou modificados, esses jogos de palavras **facilitam a comunicação, estabelecendo uma certa familiaridade com o leitor**, além de incorporar o elemento surpresa na fórmula fixa. Por isso seu uso é difundido na linguagem dos *mass media*, sobretudo no jornalismo e na publicidade.

(...)

Esses *estilemas*, como os chama Umberto Eco (1974, p.62), **fomentam o espírito de grupo, reforçando os veículos da comunidade cultural, pois fazem parte do patrimônio de cada povo.** (Grifos nossos)

O que, na cantiga, é a história de uma tragédia amorosa, na construção intertextual apresentada pela revista é “A história de uma tragédia política”. Chama a atenção a seleção do item lexical “tragédia”, que, nesse caso, atende tanto ao seu valor semântico original - referente às montagens do teatro grego em que figuravam personagens ilustres cujas ações acabavam por gerar acontecimentos funestos -, como também ao valor mais recorrente no uso popular, que se desgarrava do valor literário com origem no teatro grego, e é concebido como desgraça, infortúnio, catástrofe etc. O autor produz, com esse recurso, sentidos da mesma natureza, seja para o leitor que traz consigo um repertório mais erudito, seja para aquele leitor com menor grau de erudição. Ou seja, competentemente, o texto torna possível o

## ANÁLISE DO DISCURSO

diálogo com públicos distintos, fazendo-se entender, ainda que com profundidades distintas, por todos aqueles que por ele passarem e, assim, ganha cada vez mais a credibilidade do leitor nesse jogo em que falar uma linguagem comum ao outro se confunde, estrategicamente, com dar voz ao outro.

A cor preta que ocupa o fundo, remetendo à ideia de luto, reforça a ideia de negatividade. Até o nome da revista, que costuma vir em cores vibrantes, aparece, nessa edição, em cinza, compondo o ambiente de sobriedade exigido pela ideia de pesar que se veicula na capa. Evidentemente, além de as cores, nesse contexto, contribuirão para a significação referida, elas funcionam de modo a favorecer a formação de um pano de fundo que garanta destaque à eloquente composição feita a partir da estrela.

Apresento a seguir a capa da edição 1964, de 12 de junho de 2006, cujo tema, no campo da religiosidade, são as igrejas designadas como neopentecostais.



Para iniciar essa análise, observe-se que o ambiente que compõe o fundo da imagem em nada nos remete à esfera de sobriedade. A Bíblia, que ocupa o primeiro plano, é, aos olhos do grande público, e, ao que tudo indica, também do enunciador discursivo, um objeto, se não antagônico, paradoxal a todos os outros elementos postos em cena.

A praia, a prancha de surfe, o homem que, com unhas mal feitas e cabelos arrepiados, sorri com os olhos são todos componentes que conferem à capa da revista um ar de informalidade que em nada guarda relação com a sobriedade imposta pela Bíblia. A cor vibrante em que aparece o nome da revista, bem como as cores e a disposição desalinhada das letras da palavra “show!” em destaque contribuem para garantir o tom de muita brincadeira e pouca seriedade veiculado na capa e, inevitavelmente, associado ao objeto de referência: as igrejas neopentecostais.

Nesse uso da unidade lexical “show” é interessante observar como o signo verbal, de natureza simbólica, ganha um caráter icônico pela forma gráfica que ganha. A relação significante-significado se expressa no aspecto gráfico da palavra que, assim, torna-se ícone do objeto representado.

Santella (2002, p. 23) explica esse aspecto icônico das palavras, dizendo:

Mesmo as palavras, que são genuinamente simbólicas, exibem seu aspecto icônico na materialidade da escrita que os jornais, por exemplo, exploram muito bem no uso diferenciado que fazem do tipo gráfico e do corpo das letras. Na linguagem falada, o modo como as palavras soam, a sua musicalidade particular corresponde a seu aspecto icônico que pode até funcionar por similaridade em relação ao seu referente, como ocorre com palavras do tipo olho, por exemplo, em que se tem uma similaridade visual da escrita – O O – com os próprios olhos.

Ainda no âmbito não verbal, merece destaque a foto, oriunda de um ângulo segundo o qual o sorriso do homem – o pastor surfista Rinaldo Pereira – parece estar sendo escondido atrás da Bíblia, como se fosse necessário esconder esse sorriso e o livro sagrado fosse, então, uma máscara; assim, são os olhos – vulgarmente “janelas da alma” – que revelam ao leitor esse sorriso alegre? esperto? irreverente? irresponsável? bem-sucedido?

## ANÁLISE DO DISCURSO

Quanto ao texto verbal, vários são os elementos que criam a coerência da linha ideológica adotada pelo enunciador. No título “O pastor é show!” a irreverência da juventude aparece numa tomada claramente interdiscursiva. Trata-se de uma estratégia que, enquanto confirma o juízo de valor até agora explicitado nesta análise, lançando, sob uma ótica mais tradicional de fé e religião, um olhar de desconfiança para o assunto, garante o diálogo com o crescente número de jovens fiéis dessas igrejas. Trata-se da *estratégia de credibilidade* (Charaudeau. In Charaudeau e Maingueneau, 2004), sem o uso da qual o veículo de imprensa se coloca sob o risco da rejeição do leitor, o que enfraquece o seu dizer e, conseqüentemente, o seu poder.

No texto menor, em que a revista toma efetivamente para si a palavra, o que se evidencia pela seriedade das palavras, combinadas num arranjo sintático claro e grafadas com letras simples e pretas, a expressão adverbial, com valor semântico de meio, aparece topicalizada, o que evidencia a estratégia do sujeito da oração para a realização da ação. Fica, desse modo, a ideia de que “a nova geração de pregadores” realiza suas ações não por meio da fé, da palavra ou dos ensinamentos cristãos, mas “com uso da psicologia e auto-ajuda”. Subentende-se, daí, que não se trata, propriamente, de uma ação religiosa, mas de uma conquista que tem como matéria-prima carências psicoemocionais dos conquistados.

No sujeito “uma nova geração de pregadores”, destaco para a análise o uso da palavra “pregadores”, cuja carga semântica é notadamente desgastada, abrangendo qualquer um que propale alguma ideia ou doutrina, seja ela válida ou não. É importante destacar que numa capa anterior, cuja referência era o Papa (edição 1899), a revista compara-o aos “grandes pastores”, aqueles que conduzem o rebanho e dele cuidam; no caso em tela, entretanto, a palavra “pastor” aparece, mas numa voz que não é propriamente a da revista, num interdiscurso, que é definido por Fiorin (2003, p. 32 *apud* Valente, 2006, p. 175) como “o processo em que se incorporam percursos temáticos e/ou percursos figurativos, temas e/ou figuras de um discurso em outro.”

Acerca das motivações que determinam as escolhas lexicais, Carvalho (2003, p. 36) ensina:

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Na verdade, todas as unidades da língua têm um valor subjetivo, porque as palavras são recortes do mundo referencial e lhe impõem uma forma particular de conteúdo. Afinal, nenhum falante descreve a natureza com imparcialidade absoluta; mesmo que se imagine neutro, é obrigado de alguma forma a imprimir sua interpretação. Ao ver-se confrontado com a necessidade de descrever um objeto, por exemplo, terá de selecionar unidades entre as que compõem seu repertório, e sua escolha será sempre subjetiva – quer se trate de termos lisonjeadores, quer de pejorativos.

Como predicado da primeira oração do período, temos a expressão “dá espetáculo”, o que resgata semanticamente, num movimento coesivo, a ideia de *show* presente no título. Mais uma vez o discurso funciona duplamente, por um lado confirmando a ideia de que a ação dos pregadores não é propriamente religiosa e/ou cristã, mas, sobretudo, pirotécnica e, por outro lado, afinando-se com o discurso dos jovens (e também dos não tão jovens) que usam informalmente a palavra “espetáculo” como uma forma de designar o que é muito bom.

Numa formação coordenada, um segundo predicado para o mesmo sujeito é “reinventa a fé”. Nesse caso, a unidade lexical “fé”, elemento de carga semântica e valor simbólico positivo, é apresentada com uma oração adjetiva que a restringe como uma fé específica e relativizada pela forma verbal “reinventa”. Ou seja, o que fica nas malhas da pressuposição é que esse tipo de fé é “inventada”, ou seja, fruto de uma criação humana e não de um vínculo com o divino. Assim, reinventar a fé é inventá-la quantas vezes a imaginação permitir e, de acordo com o que se infere por meio de subentendidos, pelos modos que a psicologia e a auto-ajuda possibilitam.

Encerrar estas considerações exige ainda que, entendendo o texto como um todo em que as partes se relacionam e só assim produzem sentidos, estabeleçamos um vínculo entre a última oração do período, a adjetiva que, restringindo o significado da fé de que se trata, define-a como a “que mais cresce no Brasil” e a legenda da foto de Rinaldo Pereira. A legenda apresenta Rinaldo como “o pastor surdista que em seis anos ergueu 26 templos e conquistou 10000 fiéis”, o que não só confirma o conteúdo veiculado na oração relativa como também, pelas associações com todos os elementos do texto, contribui para a visão da ação como um negócio, com estratégias claras e lucros comprovados.

## ANÁLISE DO DISCURSO

As abordagens trazidas por *Veja* evidenciam que a percepção do real está sempre impregnada de conceitos e pré-conceitos que se fixam nas formações discursivas e fazem delas seus veículos. Se a partir de diferentes perspectivas é possível construir as mais diversas imagens do mesmo objeto, a imagem que será selecionada para representar publicamente esse objeto depende da intencionalidade, que, por sua vez, é determinada por um jogo em que se envolvem valores, poder e força.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. A interação verbal. **In:** *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

CARVALHO, Nelly de. *Publicidade: a linguagem da sedução*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2003

CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso* (coord. e trad. Fabiana Komesu). São Paulo: Contexto, 2004.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica lingüística – dizer e não dizer*. Trad. Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa Attié Figueira. São Paulo: Cultrix, 1972.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso. **In:** — e LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (orgs.). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. Curitiba: Criar, 2002.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

SANTAELLA, Lúcia. *Semiótica aplicada*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Org. Charles Bally e Albert Sechehaye. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

VALENTE, André Crim. *A linguagem nossa de cada dia*. Petrópolis: Vozes, 1997.

———. A intertextualidade nos discursos midiático e literário. **In:** PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino e SANTOS, Leonor Werneck dos (orgs.). *Estratégias de leitura: texto e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

## ANÁLISE DO DISCURSO

### ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DA CONSTRUÇÃO DO HUMOR EM CARTUNS EDUCATIVOS

*Maria da Penha Pereira Lins (UFES)*

[penhalins@terra.com.br](mailto:penhalins@terra.com.br)

*Lorena Santana Gonçalves (UFES)*

#### CARTUM: ORIGEM E DEFINIÇÃO COMO GÊNERO

A princípio, o nome *cartum*, do Inglês “*cartoon*”, significava desenho animado ou caricatura. A denominação *cartoon* deveu-se ao papel cartão no qual os desenhos eram confeccionados.

Inicialmente, os cartuns eram desenhos simples e de fácil compreensão, o que dispensava o texto. Depois a concorrência e a rivalidade estabelecida entre os cartunistas impulsionaram, em grande parte, o desenvolvimento de novos modelos” (Iannone & Iannone, 1994, p. 30).

Essa concorrência deveu-se ao fato de os desenhistas de diversas categorias usarem esses desenhos como forma de reprodução em massa. Assim, no início do século XX, “o advento da imprensa popular industrializada, nos Estados Unidos, deu mais agilidade ao desenho enquanto comentário voluntário ou mesmo involuntário da realidade” (Patati & Braga, 2006, p. 12). A partir daí, os cartuns passaram a apresentar características de histórias em quadrinhos, como sequências de quadros com o mesmo personagem, linguagem verbal dialogada, onomatopeias e elementos paralinguísticos.

Hoje em dia, o cartum refere-se à denominação de um gênero humorístico predominantemente não verbal, podendo ou não apresentar balões. Nele é abordado algum tema do cotidiano de forma humorística, em sua grande parte ironicamente, podendo, também, ser chamado de piada gráfica (cf. [www.gibindex.com/enciclopedia/br/](http://www.gibindex.com/enciclopedia/br/)). Uma importante característica desse gênero é a sua atemporalidade temática; os temas abordados são universais e, para entendê-los, o leitor deve ter um conhecimento compartilhado a respeito de mundo. Essa particularidade é um fator muito importante para diferenciar o cartum dos outros gêneros de humor gráfico, como a charge, por exemplo, em que um tema da atualidade é focalizado e reforçado por outros gêneros mostrados em suportes impresso ou digital.

Em relação ao caráter predominantemente visual na composição do *modus operandi* de representar o humor, Lins (2002) explica, a partir de análise feita em textos de quadrinhos, que

O código não verbal, constituído por signos da linguagem própria dos quadrinhos e pela ‘teatralização’ da situação representada no código visual, não só identifica os personagens como também descreve seus modos de atuação, a fim de situá-los dentro de um cenário.

Essa constatação referente aos quadrinhos também permite explicar a construção dos cartuns, uma vez que o gênero textual cartum costuma representar estereótipos da sociedade, para facilitar a assimilação da mensagem pelos leitores. A representação dos estereótipos pode vir reforçada a partir do uso de recursos paralinguísticos, Fogaça (2002) afirma que

Nos quadrinhos, as palavras recebem um tratamento plástico diferente do usual, formas e espessuras diferentes, que podem transformar os significados, possibilitando conotações distintas daquelas que havia no caso de o texto ser apenas escrito.

Esse tipo de linguagem visual, que se apresenta principalmente na composição dos balões e nos textos das falas dos personagens, normalmente amplia o campo de significação, pois indicam, por exemplo, se o personagem está falando alto, cochichando, gritando, falando palavrões, etc. Também, as onomatopeias veem acrescentar sentido na composição do texto, porque mostram personagens com sono, com raiva, provocando barulhos diversos.

Quanto a isso Mc Cloud (2006) afirma que “quando as palavras são mais audaciosas, mais diretas, requerem níveis inferiores de percepção e são recebidas com mais rapidez, como imagens”.

Com vistas a explicar essa linguagem de cunho humorístico, constantemente presente nos cartuns, resenharemos a seguir as principais noções dos autores: Bergson (1900), Freud (1905), Raskin (1985), Propp (1992) e Possenti (2000) que mostram estudos diferenciados sobre o humor.

## **ANÁLISE DO DISCURSO**

### **ESTUDOS SOBRE O HUMOR**

#### ***Bergson (1900): a significação do cômico***

Em seu ensaio sobre a significação do cômico, chamado *O riso*, Bergson (1900) explica que não há comicidade fora do que é humano, e além de ser o único animal que ri, o homem é o único que faz rir. Além disso, o riso é insensível, a sensibilidade nunca estará associada ao cômico, ou seja, só rimos de algo com que não estamos emocionalmente envolvidos, ou quando esquecemos temporariamente a afeição que sentimos. Também não rimos quando nos sentimos sozinhos; o riso precisa de eco, é um fenômeno que acontece em grupo, ele tem uma função na sociedade, por isso muita comicidade não pode ser traduzida de uma língua para outra, pois é relativa aos costumes e ideias de sociedades particulares.

Quanto à linguagem, Bergson (1900) diz que uma frase, para se tornar cômica, precisa de, além de ter sentido por si mesma, ter um signo que mostre que foi pronunciada automaticamente, ou seja, uma ideia absurda num modelo consagrado de frase. As frases também podem expressar um sentido físico e um moral, assim torna-se cômica uma expressão quando é tomada num sentido próprio e empregada no sentido figurado. É cômico quando há a inversão das frases conservando-lhe o sentido, a interferência de dois sistemas de ideias na mesma frase também causa o humor. O trocadilho é o método menos apreciado de interferência, pois aparentemente apresenta na mesma frase dois sentidos diferentes, feitos de acordo com os sons que emitem. Já no jogo de palavras, duas ideias realmente opostas se sobrepõem numa mesma frase. Assim a inversão e a interferência não passam de jogos de palavras. Há ainda, comicidade da transposição, em que se transpõe uma expressão de uma para outra tonalidade.

#### ***Freud (1905): A técnica dos chistes***

Freud (1905), em *A técnica dos chistes*, parte das concepções de Lipps (1898) e Fischer (1889), para formular sua teoria. O psicanalista apresenta uma definição que considera o chiste “a habilidade de encontrar similaridades entre coisas dessemelhantes, isto é, descobrir similaridades escondidas” (Freud, 1905). Assim, o chiste pode

criticar tudo em poucas palavras; além disso, é considerado como um tipo de resposta pronta.

Freud (1905) cita algumas técnicas de chiste como a abreviação, o uso múltiplo do mesmo material e o jogo de palavras ou duplo sentido. Conclui, explicando que jogo de palavras é uma forma de condensação sem formação de substituto e o uso múltiplo de um mesmo material é um caso especial de condensação. Logo, a condensação é a categoria mais ampla. Assim, todas essas técnicas tendem obedecer ao princípio da economia, “economizamos na expressão da crítica ou na formalização do juízo” (Freud, 1905).

O autor também apresenta algumas outras formas utilizadas na elaboração dos chistes, como o *nonsense*, raciocínios falhos (silogismo), a estupidez, o automatismo, a unificação, o trocadilho a resposta pelo contrário, o cinismo e a analogia.

### ***Propp (1992): a comicidade e o riso***

Em seu trabalho *Comicidade e Riso*, Propp (1992) parte da concepção de que não é possível estudar comicidade fora da psicologia do riso e da percepção do cômico. Para ele, a comicidade acontece devido a uma contradição entre a forma e conteúdo, aparência e essência. A contradição costuma estar associada ao descobrimento de defeitos, segredos, daquele ou daquilo que suscita o riso.

A partir do pressuposto de que o riso e o cômico não são abstratos, pois o riso faz parte do comportamento humano, como já foi afirmado por Bergson (1900), e o homem é o único ser com capacidade de rir de algo que seja humanamente ridículo, Propp (1992) cita três casos em que o riso surge a partir da manifestação repentina de defeitos ocultos; pode ser algum defeito encontrado no corpo, pode ser pela semelhança, quando vemos duas pessoas iguais, pensamos que elas não têm diferenças internas, ou pode ser pela diferença, uma particularidade ou estranheza que distingue uma pessoa do meio em que vive.

O autor também explica vários aspectos do riso, como o malogro da vontade, o fazer alguém de bobo, os alogismos e a mentira; e também tipos de risos, que podem ser de zombaria, bom, maldoso,

## ANÁLISE DO DISCURSO

cínico, alegre, entre outros que surgem quando são observados defeitos no mundo em que o homem vive e atua.

O autor explica que as condições para suscitar a comicidade são, primeiramente, quem ri tem pelo menos uma noção das exigências morais da natureza humana, algumas concepções do que seja justo e correto, e, por último, quando rimos é porque encontramos no mundo algo que contradiz o que consideramos certo dentro de nós, ou seja, algum defeito no mundo. “A contradição entre esses dois princípios é a condição fundamental, o alicerce para o nascimento da comicidade e do riso que dela se produz” (Propp, 1992)

Para finalizar, Propp (1992) explica que o riso acontece quando as descobertas são inesperadas, a piada só é engraçada devido ao seu final inesperado e espirituoso, mas quando a ouvimos mais de uma vez, ela não é mais engraçada porque não há surpresa.

### *Raskin (1985): Teoria semântica do humor*

Em seu trabalho sobre mecanismos semânticos do humor, Raskin (1985) propõe que para um texto de humor verbal ser formulado, ele deve ser compatível com dois princípios gerais:

1. O texto ser compatível, todo ou em parte, com dois *scripts* diferentes;
2. Os dois *scripts* com que o texto é compatível são opostos num senso: real/ não real, esperado/inesperado, plausível/não plausível.

Para o autor, a sobreposição de um *script* sobre outro impõe uma segunda interpretação do texto, causando o humor. Para ele, todas as piadas seguem essa linha de sobreposição (*overlap*) de *scripts*, usada por meio da ambiguidade de uma palavra. A piada que não segue esse esquema será um contra-exemplo dessa teoria. A sobreposição de *scripts* é percebida pela oposição de sentido causada num certo momento, construindo o humor. É claro que não é só a sobreposição que faz o texto ficar engraçado, visto que todo o texto ambíguo é compatível com dois ou mais *scripts*, mas nem todo texto ambíguo é engraçado.

O autor aborda as noções de modo de comunicação *bona-fide* e *non-bona-fide*. Enquanto a primeira rege a conversação, a segunda

relaciona-se às piadas. E, explica que no modo de comunicação *non-bona-fide*, a palavra ou expressão que remete a dois *scripts* opostos chama-se de gatilho (*trigger*). A partir de um dado *script* engajado no modo de *conversação bona-fide*, o gatilho desvia contexto para um *script* oposto, a piada (modo de conversação *non-bona-fide*), ou seja, da real situação para a irreal. Numa piada mais sofisticada, um *script* pode não ser engatilhado diretamente, mas apresentar uma implicatura. Uma maneira de implicar outro *script* seria por alusão ou certa informação que é conhecida pelo falante, e que ele pensa ser conhecida pelo interlocutor.

### ***Possenti (2000): Análise linguística de piadas***

Possenti (2000), em seu trabalho *Os humores da língua*, afirma que a maioria das obras sobre o humor versam sobre questões psicológicas, fisiológicas e sociológicas, enquanto poucas referem-se ao aspecto linguístico do humor. Por isso, ele analisa piadas no enfoque linguístico.

Para o pesquisador, não deve existir uma linguística do humor, visto que se houvesse seria como dizer que todos os piadistas explorassem apenas determinados aspectos de determinada linguagem. Além disso, o autor defende que se a linguística for boa, ela servirá para analisar diversas manifestações da linguagem, e ocasionalmente do humor. Assim, não existe uma linguística do humor, e sim linguistas que trabalham sobre ou a partir de dados colhidos em textos de humor, que podem ser sintáticos, morfológicos, fonológicos, regras de conversação, inferências, pressuposição etc.

Também é ressaltado por Possenti (2000) que as piadas são interessantes de serem estudadas porque elas apresentam os problemas numa visão sintetizada, sendo mais facilmente compreendidas por interlocutores não especializados. Além dessas razões, para o autor, as piadas interessam como peças textuais, pois mostram com clareza um domínio da língua complexo, geralmente acionam mais de um mecanismo linguístico.

## ANÁLISE DO DISCURSO

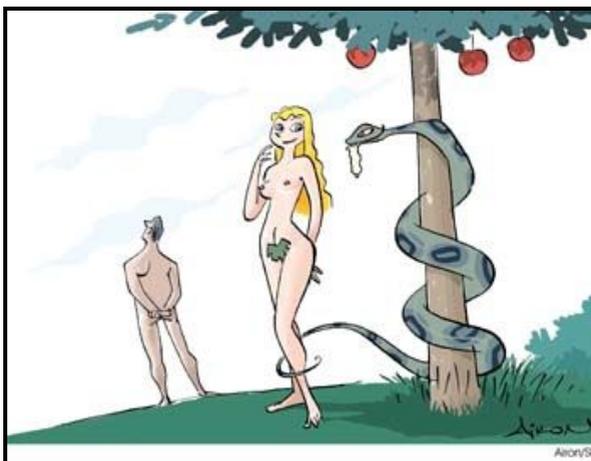
### A LINGUAGEM HUMORÍSTICA NA CONSTRUÇÃO DOS CARTUNS

A partir das abordagens feitas em relação ao humor, inicia-se a análise dos mecanismos de produção do humor através da linguagem verbal e não verbal presentes em três cartuns de cunho educativo, contidos no conjunto de peças criado para o 1º Festival Internacional de Humor de Prevenção da Aids e Doenças Sexualmente Transmissíveis, que constitui parte da campanha feita pelo Ministério da Saúde e do Instituto do Memorial das Artes Gráficas do Brasil, publicada na edição número 100 do suplemento *O Pasquim*.

Na seleção dos cartuns, levamos em consideração o que Possenti (2000) explica sobre o estudo dos textos de humor:

Uma forma eficiente de interpretar é colocar esse texto em relação com os outros textos que veiculam o mesmo ponto de vista, o que permite pelo menos iniciar a descoberta de determinada posição ideológica. Pode-se até ter a sorte de encontrar outra piada para estabelecer esta relação interdiscursiva. (Possenti, 2000, p. 40)

A partir desse pensamento, optou-se por selecionar cartuns sobre um tema que, além de universal e intrigante, tivesse e a mesma relação interdiscursiva. Por isso, foram escolhidos três cartuns com a mesma abordagem: educação sexual *versus* dogmas religiosos, que serão mostrados a seguir:



Cartum 1:

Este cartum, de autoria de Airon/SP, de caráter não verbal, usa como intertexto a história bíblica de *Adão e Eva* no paraíso. É fundamental para compreensão deste texto de humor que se tenha um conhecimento prévio da história original, presente Gênesis 3, na Bíblia Sagrada. Na história, a serpente induz Eva a comer o fruto da árvore proibida (a maçã) que a leva à tentação da carne (o sexo) com Adão. É importante ressaltar que essa imagem já é internalizada pelas pessoas da sociedade ocidental, que interagem numa cultura predominantemente cristã.

Assim, a figura é vista, há um fator que leva à consideração de um *nonsense* (Freud, 1905), ou seja, algo que foge à nossa lógica: em vez de uma maçã, a serpente está oferecendo uma camisinha a Eva. Freud (1905) esclarece isso ao explicar os chistes pela analogia, pelo processo de condensação presente nos sonhos,

O trabalho de condensação nos sonhos produz, não estruturas compostas, mas quadros que nos recordam com exatidão uma coisa, ou uma pessoa, exceto por um acréscimo ou uma alteração derivada de alguma outra fonte. (Freud, 1905, p. 43).

Dessa forma, no cartum, foram condensadas duas imagens já conhecidas, porém paradoxais. Uma que remete a uma história bíblica, Adão e Eva, e outra que remete à modernidade, ao uso da camisinha. Faz-se, dessa forma, um jogo antagônico entre passado e presente, do qual se podem fazer inferências, tais quais:

1. Se na época de Adão existisse camisinha, a serpente daria uma a Eva; então seria boa e não ruim, como é na história.

2. A serpente, sabendo que Eva iria transar, aconselha-a a se prevenir usando camisinha.

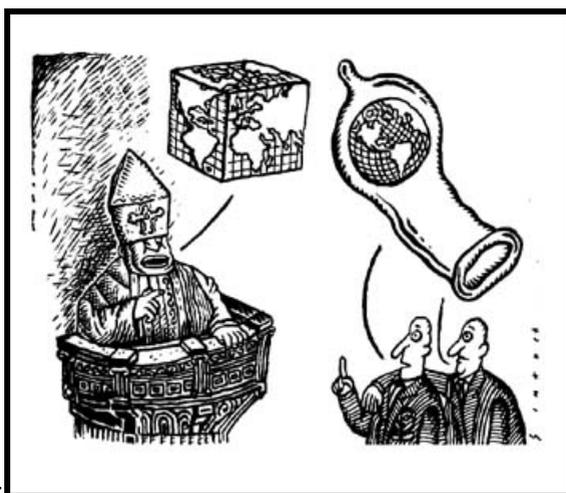
3. Adão e Eva comeram a maçã contrariando uma *imposição* de Deus de não comer esse fruto proibido, e descobriram o prazer sexual. A serpente os induz a contrariarem outra imposição, a da igreja, para assim descobrirem o prazer do sexo com prevenção.

Outras interpretações podem ser feitas, mas todas relacionam-se a esse conselho dado pela serpente para Eva se prevenir usando camisinha. Contudo, um fator importante a ressaltar é que sem ter um conhecimento prévio sobre a história de Adão e Eva, a figura ficaria vaga, a interpretação não seria adequada ao texto, não provoca-

## ANÁLISE DO DISCURSO

ria o mesmo humor. O sentido do pecado poderia não ser ativado e os elementos do texto não fariam sentido, pois não se saberia que no lugar de uma camisinha deveria ser oferecida uma maçã. O leitor poderia apenas pensar que era uma cobra dando uma camisinha a um homem e a uma mulher nus para se prevenirem de doenças sexuais possíveis.

Considerando as noções semânticas Raskin (1985), o cartum segue todas as máximas do modo de conversação *non-bona-fide*. Nesse caso, em vez do gatilho, seria mais cabível considerar o uso de implicatura, visto que nesse cartum não acontece nenhuma ambiguidade, nem contradição; e sim a inserção de um novo elemento. Dessa forma, pode-se dizer que no cartum há uma transposição, pois “consiste em arrumar os acontecimentos de modo que uma cena se reproduza: ou entre os mesmos personagens em novas circunstâncias, ou entre personagens novos em situações idênticas” (Bergson, 1900).



Cartum 2:

O cartum de Simanco/BA é a representação de um papa no interior de um púlpito, fazendo um sermão, representado pelo planeta Terra no formato de um quadrado; ao lado direito há dois homens, fazendo um discurso, no qual apresenta-se o globo terrestre no interior de uma camisinha.

É importante notar que, neste cartum não há a utilização do código verbal, mesmo assim percebe-se que ambos os personagens da figura estão fazendo um discurso. Isso ocorre devido à existência do rabicho na cena, traço que liga fala ao personagem, que, aqui, substitui o balão, relacionando as diferentes representações da terra aos seus respectivos falantes, fazendo com que elas adquiram caráter de fala. Dessa forma, pode-se considerar que, neste cartum, acontece uma inovação: a fala deixa de ter um caráter verbal para ter um caráter não verbal; por isso, pode-se denominar *balão de fala não verbal*.

É importante notar que, ao se olhar a imagem, já é possível se familiarizar com todas as representações presentes nela. Isso ocorre porque o cartunista usa ícones para remeter a imagens já internalizadas pelos leitores desse gênero textual, ficando mais fácil e rápido reconhecer as representações e detectar o seu caráter humorístico. Dessa forma, sabe-se que é um papa no púlpito, porque além de ele usar uma mitra (acessório usado na cabeça pelos papas), geralmente os papas são vistos na televisão acenando de um púlpito ou de uma janela; sendo assim, duas representações fortes do universo papal são mostradas no cartum.

Para o entendimento deste texto, é importante ter conhecimento sobre a antonímia “redondo e quadrado” muito usada em no cotidiano, em que redondo é moderno, arrojado, bom, enquanto quadrado é ultrapassado, velho, ruim. Há, também, o discurso já estereotipado da expressão “engolir redondo” ou “engolir quadrado”, em que a primeira é conhecida com uma significação positiva, algo que será bem aceito, enquanto a segunda é negativa, algo que terá que ser aceito. Essas expressões também são atualmente adotadas por propagandas de cerveja nas formas “desce redondo” e “desce quadrado”, em que “desce redondo” é usada quando a cerveja é boa, a melhor, enquanto “desce quadrado” quando é cerveja ruim, de má qualidade. Ademais, é importante ter conhecimento sobre a polêmica causada pela Igreja Católica quando se posicionou contrária ao uso de preservativos. A partir dessas concepções, o cartunista usa na fala não verbal dos personagens, como técnica, a metáfora, definida por Sandmann (1996) como transferência de um significante de um signo a outro objeto ou fato devido à semelhança. Além disso, podemos dizer que houve a “materialização de uma metáfora” (Bergson, 1900)), visto que a fala dos personagens foi literalmente representada por

## **ANÁLISE DO DISCURSO**

uma imagem que denota a característica de cada discurso, de acordo com a ideologia que a campanha defende.

Nas concepções de Raskin (1985), pode-se dizer que para a interpretação desse cartum deve ser focalizada a inferência, pois, em vez de balões, formados por componentes linguísticos, foi utilizado apenas um desenho para a fala de cada um dos personagens, representando, em forma de estereótipo, todo o discurso que cada um faz acerca do uso da camisinha; enquanto a Igreja é “quadrada” por ser contra o uso da camisinha, sendo, dessa forma, ultrapassada; os médicos são “redondos” por terem um discurso moderno, arrojado, pois defendem o uso da camisinha como forma de segurança, ou seja, como forma de prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis.

Em referência a isso, pode-se remeter a Freud (1905) que explica que “a similaridade de representação corresponde à similaridade das palavras, que pode de fato recordar-nos o uso múltiplo do mesmo material”. Assim, pode-se dar uma explicação pela técnica da unificação ou abreviação, processo análogo à condensação, pois é comprimido todo o discurso e ideologia defendida em uma única imagem. Com isso, pode-se constatar que ambos os discursos são abreviados de uma forma que gera sentido pleno, aludindo ao que acontece na realidade. No discurso do papa é utilizada uma metáfora através da representação do mundo quadrado, ou seja, o seu discurso é velho, ultrapassado. Assim, constata-se o que Propp (1992) afirma: “geralmente um caráter pode ser bem definido através da comparação com uma coisa”. Já o discurso dos dois homens, que podem ser a representação da sociedade moderna, possivelmente dos médicos, representa um mundo moderno, arrojado.

Além de ser redondo, pode-se perceber que o discurso moderno está envolto por uma camisinha, enquanto o discurso retrógrado do Papa está desprotegido. Uma interpretação possível a se fazer é uma analogia do globo dentro da camisinha com o sêmen dentro de camisinha: o mundo por pensar “redondo” está seguro, assim como o sêmen também está seguro dentro da camisinha quando é usada; sendo assim, o uso da camisinha representa segurança, já o discurso clerical demonstra insegurança, descuido consigo mesmo.



Cartum 3

Para o entendimento do cartum acima mostrado, de Verde/SP, é necessário ter conhecimento de dois fatores polêmicos em relação à Igreja Católica. O primeiro é a questão do homossexualismo. Mesmo que a Igreja condene essa prática, há inúmeros casos dentro da Instituição que são divulgados pela imprensa, além dos casos de pedofilia. O outro é a posição radical da Igreja contra o uso de preservativos.

Este cartum representa um texto em que há combinação de itens não verbais e verbais. Mostra dois homens, provavelmente padres, deitados numa cama, sem roupas, dentro de um ambiente clerical, representado pelo formato da janela e pela presença da figura de um padre, mostrando uma camisinha ao outro padre que, supostamente, os tenha flagrado em situação sexual. A única fala do texto é a de um dos homens, o que está segurando a camisinha, que diz: *“Pecado seria se a gente não usasse camisinha”*.

Pode-se constatar que o fator gerador de comicidade nesse cartum está na verbalização: o interlocutor não forneceu uma resposta à afirmação do locutor, que possivelmente poderia ser algo do tipo *“Mas isso que vocês estão fazendo é pecado!”*. Sendo, assim, há, então, um exemplo de chiste, em que o humor “não assenta na pergunta, mas na resposta” (Freud, 1905). Mesmo que a resposta *“Pecado seria se a gente não usasse camisinha”* esteja semanticamente correta, em termos de pragmática não está, porque o interlocutor não cooperou, violando a máxima da relevância (Grice, 1975). Porém, em relação à teoria de Raskin (1985), o cartum se mostra no modo de

## ANÁLISE DO DISCURSO

conversação *non-bona-fide*. Além disso, confirma-se quando Raskin afirma que “*Two scripts whith overlap, fully or in part, on the text of a joke, should be opposite in a specially defined*” (Raskin, 1985, p. 107).<sup>8</sup>

Visto que, no cartum, acontece uma sobreposição de *scripts*, cujo gatilho é a palavra *pecado*. O primeiro *script* é o da igreja, que considera pecado a transgressão de um preceito religioso, como manter relações sexuais antes do casamento, usar camisinha ou outros métodos contraceptivos, ser homossexual, etc., enquanto o segundo *script* é o da contemporaneidade, que aceita tudo isso.

Assim, devido ao duplo sentido da palavra *pecado*, cria-se um jogo de *scripts* nesse cartum: no primeiro, pecado é usado no entender canônico da igreja, ou seja, para a igreja, os padres que se encontram deitados pecaram duas vezes, pois, além do homossexualismo, estão usando camisinha, o que também é pecado. Porém, os padres deitados têm uma visão moderna sobre o pecado,; para eles, pecado é definido como uma falta, um erro, que seria não usar camisinha. Para eles, não é pecado fazer sexo homossexual, mas é não estar prevenido no momento do ato sexual. Pode-se constatar, então, que o cartum analisado é a representação do que, de acordo com denúncias, acontece na própria igreja, um antagonismo entre a visão dogmática ultrapassada da igreja *versus* a visão contemporânea, que é de conscientização e prevenção quanto ao uso de preservativos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Bergson (1900), “será cômico talvez a palavra que nos faça rir de um terceiro ou de nós”. Assim, o riso se caracteriza pelo seu caráter antagonista, menosprezador e marginalizante. Desse modo, o cômico contido nos cartuns é bem explicado se comparado aos chistes,

Um chiste, pois, diz o que tem a dizer, nem sempre em poucas palavras, mas sempre em palavras demais, isto é, em palavras que são insuficientes do ponto de vista da estrita lógica ou dos modos usuais de pen-

---

<sup>8</sup> Dois scripts sobrepostos, integral ou parcialmente, para serem uma piada, precisam ser opostos em um sentido especialmente definido.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

samento e expressão. Pode-se mesmo dizer tudo o que se tem a dizer nada dizendo (Freud, 1905, p. 26).

Porém, é importante ressaltar que, para que o cômico ocorra nos cartuns, é preciso de pelo menos uma pessoa para lê-lo, caso contrário, não ocorrerá comicidade. Além disso, os cartuns influenciam indiretamente no comportamento das pessoas que os leem, visto que carregam certas ideologias. Assim, economiza-se na formação de uma opinião, visto que ela está contida na piada, que é, na maioria das vezes, “veículo de um discurso proibido, subterrâneo, não oficial” (Possenti, 2000). Pode-se constatar essa característica de forma explícita no cartum 3 (três), ao apresentar o homossexualismo dentro da igreja, e de forma implícita nos cartuns 1 (um), em que demonstra a esperteza da cobra, como um ato bom, e no cartum 2 (dois) que metaforiza o discurso do Papa com um mundo quadrado, ou seja, ultrapassado. As três sátiras são supostos pensamentos que muitos têm, porém não são oficiais, não explicitados correntemente.

Por isso, as piadas, em especial os cartuns, quando bem elaboradas, são muito úteis a qualquer campanha publicitária. Visto que um assunto que seria dificilmente aceito por alguma parcela da sociedade, com o uso de textos humorísticos, além de ser aceito, torna-se interessante à curiosidade das pessoas.

### BIBLIOGRAFIA

BERGSON, Henri. *O riso*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

*BÍBLIA Sagrada*: Nova tradução na linguagem de hoje. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.

FERREIRA, Aurélio B. H. *Novo dicionário eletrônico Aurélio*. Positivo, 2004.

FOGAÇA, Adriana G. A contribuição das histórias em quadrinhos na formação de leitores competentes. *Revista PEC*, Curitiba, vol. 3, nº 1, p. 121-131, jul. 2002-jul. 2003. Disponível em: [www.bomjesus.br/publicacoes/pdf/revista\\_PEC\\_2003/2003\\_contribuicao\\_hist\\_quadinhos.pdf](http://www.bomjesus.br/publicacoes/pdf/revista_PEC_2003/2003_contribuicao_hist_quadinhos.pdf). Acesso em setembro 2006.

FREUD, Sigmund. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. 8.

## ANÁLISE DO DISCURSO

GIBINDEX. *Verbete sobre charge e cartum*, 2001. Disponível em: <http://www.gibindex.com/enciclopedia/br/c/456>. Acesso em dezembro 2006.

IANNONE, Leira R.; IANNONE, Roberto A. *O mundo das histórias em quadrinhos*. São Paulo: Moderna, 1994.

IORE, Andhye. *Cartum – A imagem que vale por mil palavras*. [s/d.]. Disponível em: <http://www.odarainternet.com.br/supers/quadrinhos/cartun.htm>. Acesso em: Janeiro 2007.

LINS, Maria da Penha Pereira. *O humor em tiras de quadrinhos*. Uma análise de alinhamentos e enquadres em Mafalda. Vitória: Grafer, 2002.

MAC CLOUD, Scott. *Desvendando os quadrinhos*. Trad. Hércio de Carvalho e Marisa do Nascimento Paro. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

PATATI, Carlos; BRAGA, Flávio. *Almanaque dos quadrinhos: 100 anos de uma mídia popular*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

POSSENTI, Sírio. *Humores da língua*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

PROPP, Vladimir I. *Comicidade e Riso*. São Paulo: Ática, 1992.

RASKIN, Victor. *Semantic Mechanisms of humor*. Reidel: Dordrecht, 1985.

SANDMAN, Antônio. *A linguagem da propaganda*. São Paulo, Contexto. 1997

**ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICO-PARTIDÁRIAS EM FOCO:  
PT X PSDB NO SEGUNDO TURNO  
DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM 2006<sup>9</sup>**

*Leilane Ramos da Silva* (UFS)  
[leilaneramos@hotmail.com](mailto:leilaneramos@hotmail.com)

INTRODUÇÃO

O ano de 2006 foi marcado, dentre outros eventos, pela campanha para presidente da República Federativa do Brasil, com contornos bem singulares no segundo turno do pleito eleitoral. Isso porque, embora reapareçam no cenário de disputa representantes de partidos – PT e PSDB – que se estranham há muito tempo na história da política brasileira, dessa vez, destaca-se o fato de um líder petista, após três derrotas consecutivas para a bancada tucana, ter vencido, com o maior número de votos já registrados na nação, as eleições presidenciais em 2002, e apresentar-se como candidato à reeleição.

O presente trabalho apresenta uma análise dos atos de fala, notadamente, da promessa e da crítica, veiculados nos programas oficiais – disponíveis nos endereços [www.lulapresidente.org.br](http://www.lulapresidente.org.br) e [www.alckminpresidente.org.br](http://www.alckminpresidente.org.br) – dos candidatos petista e tucano, Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin, no segundo turno das eleições presidenciais 2006.

Para tanto, realçam-se alguns dos pressupostos decorrentes da inserção da Teoria dos Atos de Fala no rol dos estudos linguísticos, particularmente, a noção de graus de intensidade da força ilocucionária (Vanderveken, 1985) e a classificação proposta por Searle (1969, p. 2002) para os atos ilocucionários, observando-se como se manifesta, por exemplo, a adesão dos referidos candidatos à realização de atos futuros e, igualmente, as críticas dirigidas à bancada em oposição. Sobre essa perspectiva teórica, maiores informações serão apresentadas no item seguinte.

---

<sup>9</sup>Trabalho ligado ao projeto “Linguagem, política e ação: diálogos com a Teoria dos Atos de Fala”, desenvolvido sob o apoio do Programa de Auxílio à Integração de Docentes e Técnicos Administrativos Recém-Doutores às Atividades de Pesquisa – PAIRD.

## ANÁLISE DO DISCURSO

### DAS TEORIAS DE AUSTIN, SEARLE E VANDERVEKEN

Para realização deste estudo, destacou-se um viés acional da linguagem, mais especificamente, a Teoria dos Atos de Fala – TAF (Austin, 1962), segundo a qual a enunciação é marcada por três atos complementares: a) *locucionário*: produção de uma série de sons dotados de um sentido numa língua específica; b) *ilocucionário*: correspondente à ação que pode ser realizada por meios linguageiros; c) *perlocucionário*: a reação ao que fora gerado por intermédio do ato ilocucionário.

Entre outras noções decorrentes dessa Teoria está a ideia de ‘força ilocucionária’, responsável pela forma por meio da qual a mensagem deve ser entendida pelo seu interlocutor. A propósito, em todos os esforços de classificação dos atos de fala, a noção de ‘força ilocucionária’ ganha destaque, configurando-se como pivô da ação empregada com um fim específico.

No trato com a observação do efeito discursivo instaurado no interior de um discurso de campanha, evidentemente, o reconhecimento de uma força ilocucionária X não é suficiente para apresentar um perfil do ato, pois tal caracterização prescinde de uma classificação coerente com o conceito de ‘performatividade’ para além das suas caracterizações protocolares.

Por essa razão, lançou-se mão da taxonomia dos atos ilocucionários proposta por Searle (1969, 2002), que, apesar de não estar imune a críticas, ao menos questiona a natureza dos atos a partir das especificidades das forças ilocucionárias, destacando uma formulação abrangente, justificando a diversidade de atos socialmente reconhecidos e ampliando a noção de ato de fala para além das circunstâncias típicas dos atos performativos (como em “eu te batizo”). Além disso, optou-se por mesclar essa classificação às convicções de Vanderveken (1985) sobre a estratificação das forças ilocucionárias, precisamente, os graus de intensidade que por elas e nelas são projetados.

Segundo Searle (1969; 2002), os atos ilocucionários assim se distribuem:

- a) *assertivos*: são atos que comprometem o falante com a expressão (ou não) da verdade;

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

- b) *diretivos*: são aqueles que representam tentativas do falante de levar o ouvinte a fazer uma ação futura;
- c) *compromissivos* ou *comissivos*: são marcados pelo grau de compromisso do falante com uma ação futura;
- d) *expressivos*: atos cujo propósito é a expressão de um estado psicológico. A verdade da proposição é pressuposta.

No discurso político, o candidato pode usar de uma força ilocucionária para intensificar ou suavizar os atos, de maneira a adequar seu discurso a seus propósitos políticos. Para Vanderveken (1985), qualquer proposição que se realize em um determinado contexto carrega uma força ilocucionária sob um grau X de intensidade.

Como não se quer aprofundar as observações do estudioso, eis ao menos como os graus de força ilocucionária são observados formalmente no *corpus*: **0** representa o grau nulo ou médio de intensidade (característico das asserções); **+1** é o grau de intensidade mais forte; **+ 2** é o próprio grau; **- 1** representa o grau mais franco do que o **0**.

Ao tratar dessa tipologia de atos no campo da política, Mari (1998) destaca que há uma tendência de uma manifestação indireta. Nesses casos, diz-se que há duas correlações características: a) *toda crítica implica uma promessa (implícita)*; b) *toda promessa implica uma crítica (implícita)*. Ou seja, o autor remete à ideia de Searle (2002) de que muitos atos da comunicação ordinária se realizam indiretamente.

Das observações do autor, pode-se hipotetizar uma questão interessante: se, em uma *crítica* de um candidato X a um candidato Y, há implicitamente uma *promessa*, esta normalmente é caracterizada por um grau baixo de sua força ilocucionária (**-1**, na terminologia de Vanderveken, 1985). Inversamente, a *crítica* normalmente é avaliada com um grau de força ilocucionária mais intenso (**+1**). O que implica dizer que os candidatos tendem a intensificar a crítica e reduzir a força do compromisso a ser desenvolvido por ele no futuro. Eis a base teórica sobre a qual se alicerça este estudo. Seguem, agora, informações sobre os *corpora* escolhidos para análise.

## ANÁLISE DO DISCURSO

### O PERFIL DOS *CORPORA* INVESTIGADOS: A ANÁLISE REALIZADA

Assim como o rádio e a TV, os programas oficiais de campanha, normalmente disponíveis nos sítios dos partidos em disputa, apresentam um instrumento de fácil acesso na divulgação dos propósitos dos candidatos ao pleito eleitoral e, como tal, podem ser postos em análise sem muita dificuldade. Daí a razão de os *corpora* deste estudo: os programas oficiais – disponíveis nos endereços [www.lulapresidente.org.br](http://www.lulapresidente.org.br) e [www.alckminpresidente.org.br](http://www.alckminpresidente.org.br) – dos candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB), no segundo turno das eleições presidenciais 2006. A caracterização desses programas recebe destaque a seguir.

#### *O Programa Oficial de Lula*

O Programa Oficial “O Brasil mudou”, da bancada petista à reeleição presidencial, de modo geral, é estruturado via *flashback*, com uma avaliação negativa da gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e, em seguida, uma exposição do conjunto de ações realizadas nos três anos e meio de atuação governamental petista. Vale registrar que essa exposição é apresentada por meio da comparação de dados, que vão sendo visualizados nos gráficos e tabelas que compõem o corpo do Programa “O Brasil mudou”.

Há, em todo o *corpus*, um total de 7 (sete) gráficos, 4 (tabelas) e 2 (figuras) ilustrativas, distribuído nas suas 4 partes: a) **na primeira seção** - “Brasil 2002: o país do apagão, do desemprego e da exclusão social”: 2 (duas tabelas); b) **na segunda seção** - “Brasil 2003 – 2006: um novo modelo de desenvolvimento”: 4 (quatro) gráficos e 1 (uma) tabela; c) **na terceira seção** - “A redução da desigualdade se torna uma realidade”: 3 (três) gráficos, 1 (uma) tabela e 1 (uma) figura ilustrativa. Na **quarta seção** - “Estratégia de campanha”, não aparecem esses ilustrativos.

Esse índice comparativo apresenta-se como favorável à reeleição do candidato petista para o cargo de Presidente, pois, em todas as esferas e/ou realidades sociais brasileiras, vai-se retratando um acréscimo das políticas de melhoria de vida da população brasileira, em contraposição aos índices deixados pela bancada tucana, quando

das atuações consecutivas do Governo FHC. Vale destacar, aqui, o fato de que o uso dessa estratégia não agride a imagem do ex-presidente FHC, mas consegue trazer à tona a seriedade e o compromisso da atuação petista à frente da nação brasileira. Ou seja, os dados evitam a adoção de agressões verbais.

Ora, sendo Alckmin correligionário do ex-presidente FHC, sua condição como representante da oposição fica comprometida, afinal, espera-se que suas medidas favoreçam aqueles que pouco se mostraram competentes na resolução de problemas que acompanham a história política brasileira. Como exemplo, pode-se citar, aqui, a exposição dos índices relativos à dívida externa com relação ao PIB, que, nos oitos anos liderados pelo PSDB, subiram de 17,4% para 35,9%, ao passo que, de 2003 até abril 2006, governo Lula, caíram de 35,9% para 9,4%.

Para Mari (1998), essa estratégia de “comparar dados” possui pouco valor interativo, quando comparada ao repertório de promessas e críticas que constituem uma campanha política. Porém, no caso específico da campanha de reeleição do candidato Lula, pode-se rechecher o fato de que tal estratégia serviu para tornar seu discurso eloquente, ao tempo que deixa para o eleitor a responsabilidade de dizer “SIM” ou “NÃO” ao desenvolvimento.

### ***O Programa Oficial de Alckmin***

O *Programa de Governo 2007-2010* da bancada tucana constituiu-se de uma seção maior intitulada “Choque de Gestão”, dividida em 1) *Gestão pública*; 2) *Desburocratização*; 3) *Ciência, tecnologia e inclusão digital*; 4) *Combate à pobreza e à miséria*; 5) *Comércio Exterior*; 6) *Cultura*; 7) *Novo Nordeste*; 8) *Nova Sudene*; 9) *Agronegócio*; 10) *Reforma Agrária*; 11) *Agricultura Familiar*; 12) *Desenvolvimento urbano e habitação*; 13) *Educação*; 14) *Emprego e renda*; 15) *Política energética*; 16) *Meio Ambiente*; 17) *Mudanças climáticas e energias renováveis*; 18) *14 medidas para acabar com a corrupção no Brasil*; 19) *Política econômica*; 20) *Saneamento básico*; 21) *Saúde*; 22) *Segurança nacional*; 23) *Segurança pública*; 24) *Transporte coletivo*; e 25) *Transporte e logística*.

## ANÁLISE DO DISCURSO

A linguagem expressa é marcada pela presença de denúncias das falhas cometidas pela bancada petista nos anos de 2003 – 2006 e pelo comprometimento em melhorar, em todos os setores da vida social e política brasileira, a administração do país. A propósito, dos 873 atos de fala observados no *corpus*, 583 (quinhentos e oitenta e três) se apresentam como veiculadores de promessas acentuadas, construídas, principalmente, com o uso de verbo no infinitivo e um detalhamento preciso das ações a serem implementadas na futura gestão.

Paradoxalmente, a presença de promessas menos incisivas é bem menor, um total de 129 atos. Quando isso acontece, há uma forte recorrência ao uso de formas unipessoais (*o Brasil, o Estado...*). Uma forma de atenuar esse grau de compromisso do candidato Alckmin consiste na recorrência a atos diretivos, nos termos propostos por Searle (2002), marcados pela presença de formas modalizadoras deonticas. Ou seja, formas de dirigir a responsabilidade de gestão para outrem, a partir de associação de elementos linguísticos como “*A saúde deve ser vista...*”, por exemplo.

Além desses tipos, pode-se identificar a ocorrência de atos assertivos cujo propósito discursivo consiste precisamente em servir de suporte (âncora) para a elaboração de uma promessa ou de uma crítica.

De modo geral, a observação dos atos de fala diagnosticados nos *corpora* permite evidenciar os seguintes tipos de atos:

a) No Programa da bancada petista:

A.1 *Quando se apresentam como compromissivos:*

b) **Compromissivo completivo equilibrado** (CCE): caracteriza os fatos realizados durante a gestão de Lula que dá a ideia de continuidade, como ocorre em:

(01) “[...] o governo **tem investido** na regularização fundiária através do programa *Papel Passado* que já promoveu a entrega de 238 mil títulos de propriedade.” (p.12).

c) **Compromissivo completivo acentuado** (CCA): é marcado pela exposição de um fato realizado, seguida de uma promessa a ser cumprida até o término da gestão vigente – 2006:

(02) “[...] É, pela primeira vez, uma política sustentável de agricultura e pesca **beneficiará até o final do ano** um milhão de pescadores artesanais”. (p. 8).

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

**d) Compromissivo equilibrado (CE):** é construído por meio de palavras que denotam um grau médio de comprometimento com relação a uma linha de ação futura:

(03) “*Este é o principal objetivo do governo Lula: crescimento econômico com inclusão digital.*” (p. 8)

**e) Compromissivo acentuado (CA)** – responde por uma ideia de futuro mais distante e não por uma realização imediata, como acontece com os CCA:

(04) “[...]. *Essa expansão vai gerar 125mil novas vagas ao longo de cinco anos.*” (p. 21)

A.2 *Quando se apresentam como assertivos:*

a) **Assertivo acentuado (AA):** aparece em críticas explícitas dirigidas à gestão de FHC ou ao próprio concorrente tucano Geraldo Alckmin:

(05) “*Para os neoliberais, como Collor, FHC e Alckmin a natureza e a vida das pessoas devem se submeter à lógica do mercado.*” (p. 4).

b) **Assertivo indireto (AI):** nessa categoria estão os atos que indiretamente estão dirigidos aos tucanos ou à gestão de FHC:

(06) “[...]. *E o que é muito importante: o governo Lula faz isso sem privilegiar aliados nem discriminar municípios e estados governados por adversários.*” (p.25).

c) **Assertivo acentuado indireto (AAI):** apresentam explicitamente uma crítica voltada a algo ou alguém em particular, objetivando atingir outrem ou, ainda, mostrar uma mudança ocorrida em determinado setor:

(07) “[...], *em pleno século XXI mais de 6 milhões de famílias viviam sem luz elétrica [...].*” (p.5).

Além dos atos acima especificados, foi registrada a presença de um ato caracterizado como *atributivo*, usado como forma de jogar a responsabilidade de algo nas mãos de outra pessoa, como é possível perceber no exemplo seguinte:

(08) “*Todos sabem que ainda há muito a ser realizado e essa é uma das razões para reelegermos Lula presidente [...].*” (p.34).

Do total de atos observados, registra-se a ocorrência de 15 **compromissivos completivos equilibrados (CCE)**, 05 **compromissivos completivos acentuados (CCA)**, 07 **compromissivos acentuados (CA)**, 06 **compromissivos equilibrados (CE)**, 20 **assertivos acentuados (AA)**, 10 **assertivos indiretos (AI)**, 05 **assertivos acen-**

## ANÁLISE DO DISCURSO

**tuados indiretos (AAI) e 04 atos atributivos.** O que corresponde, como expresso acima, a 21%, 7%, 10%, 8%, 28%, 14%, 7% e 5%, respectivamente.

A) *No Programa da bancada tucana:*

B.1 *Quando se apresentam como compromissivos:*

a) **Compromissivo (+) acentuado:** constitui-se com o uso de verbos no infinitivo, seguido não só da provável justificativa para execução da ação futura, mas também do detalhamento das linhas de atuação, como ocorre em

(09) *Recompor a infra-estrutura. As estradas esburacadas serão refeitas e não maquinadas, como aconteceu na recente operação tapa-buracos.* (Reforma Agrária, p. 13)

b) **Compromissivo (-) acentuado:** constitui-se a partir do uso de formas unipessoais do tipo verbo ser +adjetivo (É preciso, é necessário), validando instâncias institucionais (O Governo Federal, o Brasil, a política) como responsáveis pelo desenvolvimento de uma ação futura:

(10) *O grande desafio do governo federal será introduzir melhorias no transporte das cidades, para reduzir os custos, respeitando as competências definidas pela Constituição Federal.* (Transporte coletivo, p. 53)

B.2 *Quando se apresentam como assertivos:*

a) **Assertivo (+) acentuado:** constitui-se a partir da acentuação das expressões linguísticas que já denotam carga semântica negativa em relação à administração do então presidente da república- Lula:

(11) *Apenas quatro de cada 10 brasileiros são atendidos por rede de esgoto. A saúde d população brasileira estaria em condições bem melhores se houvesse mais eficiência no sistema de saneamento básico.* (p.43)

b) **Assertivo (-) acentuado:** constitui-se a partir das expressões linguísticas que indiretamente denotam uma avaliação negativa da administração atual do Brasil:

(12) *A abrangência da pobreza e o perfil da distribuição de renda são o resultado de um processo histórico, cujos antecedentes se situam na formação da própria nação brasileira.* (Combate à pobreza e à miséria)

c) **Assertivo-suporte tipo 1:** constitui-se a partir do uso de expressões linguísticas que servem de condição preparatória para uma ação futura que seja factível no universo para qual estão sendo projetadas:

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

(13) *As micro e pequenas empresas representam 99% das empresas formais (4,5 milhões registradas pelo IBGE em 2003) e respondem por cerca de 60% do total de postos de trabalho do setor produtivo do país. (p.28)*

d) **Assertivo-suporte tipo 2:** constitui-se a partir de afirmações positivas dos setores brasileiros, servindo de base para uma crítica posterior, que evidencia a intenção do candidato tucano de fazer algo:

(14) *O agronegócio brasileiro é um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira e um exemplo de sucesso. (p.12 agronegócio)*

e) **Assertivo expositivo-suporte:** constitui-se a partir de expressões linguísticas expositivas sobre o que foi feito anteriormente pelo PSDB, funcionando como uma espécie de prestação de contas dos serviços oferecidos à população brasileira:

(15) *O governo do partido da social da democracia (PSDB) trouxe avanços importantes para saúde. Consolidou o processo de descentralização; preocupou-se com a estabilidade e ampliação dos recursos com a Emenda Constitucional n 29; combateu as desigualdades regionais na alocação de recursos.*

B.3 *Quando se apresentam como diretivos:* constituem-se com formas tipicamente caracterizadas como modalizadoras (deônticas), que, de alguma forma, tiram a responsabilidade do candidato em realizar algo de maneira imediata, atenuando as afirmações:

(16) *A saúde no Brasil deve ser pensada dentro do contexto social e econômico em que vive o país. (p.42)*

Em síntese, do total de 873 atos rastreados no *corpus*, observou-se a ocorrência de 583 **compromissivos (+) acentuados**, 129 **compromissivos (-) acentuados**, 73 **assertivos (+) acentuados**, 04 **assertivos (-) acentuados**, 39 **atos diretivos**, 07 **assertivos-suporte tipo 1**, 15 **assertivos-suporte tipo 2** e 13 **assertivos expositivos suporte**, o que corresponde a um percentual de 68%, 15%, 8%, 0%, 5%, 1%, 2% e 1% respectivamente.

De modo geral, as estratégias discursivas validadas na campanha presidencial do segundo turno da eleição 2006, sem dúvida, favoreceram a conquista do pleito de reeleição do presidente Lula, uma vez que suas promessas veladas, já que fundadas à *la* comparações governamentais e não exatamente em agressões ao candidato tucano, deixam transparecer para o público eleitor uma polidez digna de um presidente. Inversamente, a promessa acentuada traduz ao eleitor uma falta de maturidade do candidato tucano, porque se compromete demais e isso gera desconfiança, principalmente quando ob-

## ANÁLISE DO DISCURSO

servados os dados apontados pela bancada petista, que destaca índices bem negativos em todos os setores públicos durante as décadas em que os líderes do PSDB estiveram à frente da presidência da República.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que foi exposto, vale reiterar que, ora como promessa, ora como crítica, fica claro que os brasileiros foram convencidos, principalmente, pela exposição de dados precisos, apresentada pela bancada do PT. Sem dúvida, o excesso de adesão do candidato tucano aos atos de fala que compõem seu “Plano de Governo 2007-2010” desfavoreceu a conquista do pleito eleitoral, ao tempo que deixou transparecer ao eleitorado dúvidas quanto à realização de tantas promessas.

Obviamente, diante dos *corpora* estudados, reconhece-se a importância de outras observações, mas as que foram aqui respaldadas confirmam a ideia de que os discursos de campanha tonificam a natureza acional da linguagem, reacendendo a velha máxima agustiniana do “dizer é fazer”.

### REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.

MARI, Hugo. Atos de fala no discurso de candidatos à prefeitura de Belo Horizonte: análise da promessa e da crítica. In: MACHADO, Ida Lúcia *et al.* *Teorias e práticas discursivas*. Estudos em Análise do Discurso. Belo Horizonte: UFMG/FALE, 1998.

SEARLE, J.R. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge University Press, 1969.

———. *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala*. (Tradução de Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia). 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VANDERVEKEN, Daniel. O que é uma força ilocucional? In: DASCAL, Marcelo (Org.) *Cadernos de estudos lingüísticos*. Encon-

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

tro Internacional de Filosofia da Linguagem. (Conferências e Comunicações - Parte I) N.º 9. Campinas – SP: UNICAMP, 1985. p. 173 – 194.

Endereços eletrônicos:

[www.lulapresidente.org.br](http://www.lulapresidente.org.br)

[www.alckminpresidente.com.br](http://www.alckminpresidente.com.br)

## **ANÁLISE DO DISCURSO**

### **O COMBATE AO OUTRO NAS PÁGINAS DO JORNAL: DISCURSO MUDIÁTICO E A CONSTRUÇÃO DO “INIMIGO VERMELHO” NO CONTEXTO BRASILEIRO PRÉ-1964.**

*Pâmella Deusdará (UERJ)*  
[pamellapassos@yahoo.com.br](mailto:pamellapassos@yahoo.com.br)

#### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O presente artigo procura compreender o golpe de 1964, à luz dos acontecimentos que o antecederam, focando a análise no discurso anticomunista que foi paulatinamente produzido e cultivado na sociedade brasileira. Cabe ressaltar que tal discurso permeou a esfera política brasileira durante todo o século XX, não se restringindo a década de 1960. Pois como aponta Motta (2002), ao menos duas grandes ondas anticomunistas podem ser identificadas: uma que se relaciona ao período do Governo Vargas e que antecede o golpe do Estado Novo (1935, p. 37), e outra no início da década de 1960 e que também terá papel de destaque na construção da derrubada de João Goulart em 1964.

A partir de tais colocações, constatamos que, as duas ditaduras que romperam o regime democrático da República brasileira no século XX, tiveram como principal justificativa a ameaça comunista. Trabalhamos com a hipótese de que fortemente difundido pelo discurso anticomunista, o “perigo vermelho” atuou decisivamente na legitimação desses golpes, colocando-os como necessários para a realidade do país.

Para o presente texto decidimos analisar o momento da segunda onda anticomunista, e adotar um recorte temático que privilegia os impactos da Revolução Cubana (1959) na conjuntura brasileira. Compartilhamos da ideia de que o sentimento de medo de uma ‘comunização’ do Brasil intensificou-se, sobretudo, após a Revolução Cubana e o posterior alinhamento de Fidel Castro a Moscou. A partir daí o anticomunismo afiou suas garras, pois, na visão dos anticomunistas, o “inimigo vermelho” agora estava muito perto de casa.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

É de grande importância para nossa pesquisa relembrar o contexto internacional do período estudado, marcado pela aguda bipolaridade trazida pela Guerra Fria, que dividiu o mundo entre capitalismo e comunismo, acirrando as diferenças históricas entre os dois sistemas. O recorte temporal adotado nesse artigo, diz respeito a um momento histórico em que essa “Ameaça Vermelha” não mais se encontra do outro lado do Planeta, no oriente representado pela URSS, e sim bem próximo das terras brasileiras, na Ilha de Cuba.

Como fontes para nossa análise, recorremos a dois jornais de grande circulação, objetivando investigar a forma como foi abordado o processo político cubano, percebendo de que maneira o discurso anticomunista se apropriou desses acontecimentos, produzindo uma determinada leitura de tais fatos históricos, leituras essas que em nossas hipóteses acabaram por contribuir com a produção/legitimação do golpe civil-militar que depôs João Goulart.

No que tange as nossas fontes, selecionamos jornais com filiações políticas distintas: *O Globo* e *A Última Hora*, ambos em suas edições do Rio de Janeiro, pois era este estado que, junto a São Paulo, exercia grande influência sobre a opinião pública da época.

*O Globo* claramente demonstrava posições favoráveis ao anticomunismo, divulgando, em suas páginas, charges, artigos e reportagens que tinham como objetivo construir uma imagem pejorativa do comunismo. Já *A Última Hora* recorrentemente apresentava em suas páginas uma visão diferente sobre os episódios que diziam respeito ao comunismo, visto que em âmbito nacional, estes eram acusados de esquerdistas e comunistas. É relevante destacar a proximidade presente nos dois jornais, com setores da sociedade ideologicamente distintos. Ou seja, ao fazermos uma análise do próprio histórico de fundação e consolidação destes jornais, percebemos estas vinculações.

### O JORNAL COMO CÓRPUS: UM OLHAR ESPECÍFICO

... se a instituição jornalística não funciona sem leitores, e se ela busca atraí-los como consumidores, há que se considerar que todo jornal notícia para segmentos determinados da sociedade, produzindo para uma imagem de leitor suposta a tal segmento. (Mariani, 1998)

## ANÁLISE DO DISCURSO

Ao utilizarmos como fontes do estudo dois veículos de comunicação da imprensa brasileira, cremos ser necessário um debate sobre o referido tema. Neste sentido, para uma melhor análise dos jornais *O Globo* e *A Última Hora*, propomos uma breve discussão a cerca do lugar destas empresas midiáticas na história da imprensa brasileira.

A fim de realizar este debate nos referenciamos na obra de Nelson Werneck Sodré (1996) que, ao fazer um vasto estudo sobre esta temática, indo desde a imprensa colonial até a segunda metade do século XX, nos dá elemento para melhor compreender os “direcionamentos” dos jornais pesquisados.

Werneck trabalha com a ideia de que, no Brasil, a grande imprensa desenvolveu-se a partir da década de 30 do século XX. Além disto, o autor afirma que existe um condicionamento do desenvolvimento da imprensa no Brasil, e o desenvolvimento do próprio país no que tange ao processo de industrialização, bem como sua relação com o capital.

Em seu trabalho, Sodré faz um breve histórico do surgimento de diversos jornais, dentre eles, os dois que interessam a nossa pesquisa. *O Globo* é datado de 1925, quando foi fundado por Irineu Marinho, sendo assumido após sua morte, por Roberto Marinho, seu filho. Assim, *O Globo* surge num período de expansão e renovação da imprensa brasileira, bem como no berço de uma “virada” na história política no país.

*O Globo* tem sua gênese no período em que a imprensa brasileira vivencia sua “profissionalização”, gradativamente as pequenas publicações vão desaparecendo, e algumas, dentre elas *O Globo*, se tornam grandes empresas, formando então um novo cenário da imprensa no país. Ao analisarmos *O Globo* identificamos que este se caracteriza por um viés conservador, defensor das propostas liberais e das classes produtoras, ou ainda, classes dominantes brasileiras.

Este periódico não possui uma vinculação específica com um determinado partido, como no caso do *A Última Hora* que abordaremos a seguir. No entanto, caracteriza-se por um pensamento conservador que dialoga com as três matrizes ideológicas do anticomu-

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

nismo brasileiro, identificadas por Motta (2002): o catolicismo, o liberalismo e o nacionalismo.

O jornal *A Última Hora*, tem seu surgimento em outro período da história brasileira. Fundado em 1951, *A Última Hora*, segundo Sodré (1996), surge da necessidade que Vargas tem de garantir ao menos um órgão “oficioso” de base popular e que defendesse a campanha estatal de seu governo. De acordo com o autor, como Vargas não tinha condições de subornar a imprensa como um todo, garantiu a abertura de generosos créditos para a criação de um jornal de base nacionalista. Assim, *A Última Hora* caracterizou-se pelo apoio as propostas nacionalistas, que nesta conjuntura histórica eram recorrentemente defendidas pela coligação PTB e PSD, ambos os partidos criados sob a inspiração de Getúlio Vargas ao final do Estado Novo em 1945.

Acreditamos que com este breve histórico podemos avançar melhor na análise dos fragmentos. Ao selecionar o corpúsculo de análise para o presente artigo, optamos por adotar uma ordem cronológica das reportagens, objetivando com isso demonstrar ao nosso leitor de que maneira o processo político vivenciado em Cuba a partir de 1959 foi diferentemente abordado ao longo do tempo.

O primeiro fragmento foi retirado do jornal *O Globo* e data dos primeiros dias da derrubada do ditador Fulgêncio Batista e da vitória da Revolução Cubana.

Fidel Castro o herói da Revolução Cubana, indicou ontem que o regime provisório não manterá relações diplomáticas com a União Soviética nem com as demais nações comunistas. (*O Globo* de 08/01/1959)

Caracterizado como “o herói da Revolução Cubana” Fidel assume neste momento para o enunciador e também para os leitores toda a carga mítica presente no termo herói utilizado ao longo da História. Não podemos esquecer que o herói é aquele que é justo, bom e que luta contra os inimigos, que geralmente são caracterizados como monstros. É interessante observar que este heroísmo oferecido a Fidel Castro surge no contexto de uma indicação deste de que não manterá relações diplomáticas com a União Soviética, nesse contexto diretamente associada ao comunismo.

## ANÁLISE DO DISCURSO

Analisando *A Última Hora*, outro jornal que faz parte da pesquisa, percebemos, como no fragmento abaixo, uma necessidade de afirmação do distanciamento entre Fidel Castro, através do Governo Provisório de Cuba e Moscou.

Embora com todos os lampejos esquerdistas que lembrariam mais Marat que propriamente Lenine – fazendo-se as distâncias devidas do sangue hispano-americano que fez nascer um Zapata – Fidel Castro nada tem de comunista. (*Última Hora* de 03/01/1959)

No trecho analisado, é possível perceber que o enunciador-jornalista mostra-se escolhendo uma entre duas cenas históricas conhecidas. De um lado, negou a aproximação entre Fidel e Lenine (Lênin), isto é, deixou de lado a cena de luta popular contra a aristocracia pela implantação de um Estado operário. De outro, preferiu, explicitamente, compará-lo com Marat, socialista utópico, líder popular de uma luta contra o regime absolutista, cujo resultado foi a implantação de uma democracia burguesa. Observamos uma comparação entre Marat, Lenine e Fidel, onde o enunciador afirma que o último tem mais em comum com Marat, que foi um socialista utópico (romântico) lutador da Revolução Francesa, caracterizada na historiografia como Revolução Burguesa, e onde a preocupação central era a derrubada de um Estado Absolutista, do que com Lenine, este ativista do movimento operário e líder da Revolução Russa comprometida de fato com a alteração das relações de poder e com o proletariado, sendo de caráter comunista.

Os primeiros momentos do governo de Fidel Castro, foram detalhadamente acompanhados pelos dois jornais que analisamos. Nesse momento cabe ressaltar a preocupação de tais jornais em não se comprometer com o que foi dito, mas como indica o referencial da Análise do Discurso:

Hoje, estamos cada vez mais conscientes de que o *midium* não é um simples ‘meio’ de transmissão do discurso, mas que ele imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer. (Maingueneau, 2002, p. 70)

Voltamos assim, à questão da suposta imparcialidade dos jornais, incansavelmente defendida por seus enunciadores. O que se legitima em trechos como o que segue é o contrato entre o jornal e seu leitor, o de fidedignidade na “transmissão” das notícias.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Fidel Castro disse hoje que Cuba não necessita dos serviços da missão militar dos Estados Unidos porque “nada que eles (os norte-americanos) ensinaram (ao exército cubano) teve valor algum”... o líder rebelde disse ainda que os poderosos não têm nada a temer do governo revolucionário. “Não vamos tirar nada de ninguém”, manifestou e insistiu, no entanto que o novo governo é favorável a um regime de justiça social, altos salários e elevado nível de vida para os trabalhadores. (*Última Hora* de 08/01/1959)

A preocupação em “tranquilizar” o mundo com relação às atitudes do governo revolucionário assume neste trecho a voz do próprio Fidel Castro, que ao se comprometer em “*não tirar nada de ninguém*” afirma, ao mesmo tempo, que o governo é favorável a um regime de justiça social. Neste trecho percebemos o emprego da conjunção adversativa “*no entanto*” que possui o sentido de oposição de ideias. Assim na declaração: “*Não vamos tirar nada de ninguém*’, manifestou e insistiu, no entanto que o novo governo é favorável a um regime de justiça social, altos salários e elevado nível de vida para os trabalhadores.” Castro assume uma posição não explícita, indicando apenas a contradição entre não tirar nada de ninguém e fazer um regime de justiça social, sendo este último o seu compromisso de fato.

Veiculadas em agosto de 1959 tanto a reportagem que acaba de ser analisada como a que se segue, apontam para uma abordagem diferenciada do governo castrista, que como apresentamos anteriormente, em seus primeiros dias foi tomado como uma salvação feita por um herói.

O Novo presidente não apareceu. Grande multidão se comprimiu em Central Park, na parte baixa de Havana, na tarde de ontem para saudar o novo presidente. O desapontamento, entretanto, foi geral pois ele não apareceu. No meio da massa notam-se metralhadoras em mãos de adeptos de Fidel Castro. (*O Globo* de 03/08/1959)

No trecho analisado observamos que, ao tratar da ausência do “novo presidente”, o que temos em destaque é uma caracterização daqueles que o esperavam, dos que tinham como anseio vê-lo. Percebemos então a amplitude do fato pelas denominações dadas aos presentes do evento como: “grande multidão” e “massa”.

É importante notar que, quando o enunciador denuncia o fato de pessoas estarem portando armas, ele faz questão de identificar que os que tinham metralhadoras nas mãos eram “adeptos de Fidel

## ANÁLISE DO DISCURSO

Castro”. Ao optar por usar esta referência em detrimento de outras que caberiam aí, como já foram utilizados em outros momentos, tais como: “revolucionários”, ou “rebeldes”, a notícia assume um tom de denúncia, que se constrói no modo como é dito, sobrepondo-se ao aparente propósito de relatar a ausência do “novo presidente”.

Com o passar dos meses, os governos latino-americanos passaram a ser cada vez mais pressionados, no que tange à Relação com Cuba, e tal pressão traduziu-se em declarações enfáticas de alinhamento, como ocorre no fragmento a seguir que é constituído de trechos de uma entrevista exclusiva com o ex-presidente de Costa Rica, para *O Globo*, cujo título é: “*O Comunismo e a América Latina*”.

Nós latino-americanos, como filhos de espanhóis devemos tratar com os Estados Unidos à base da dignidade. Mas também como espanhóis a base da lealdade. Se os Estados Unidos com toda razão ou só com parte dela, estão em luta com outra grande potência mundial, nós como aliados, devemos-lhes lealdade... Como poderemos explicar a nossa luta contra as ditaduras latino-americanas, se nos unimos com os agentes das ditaduras estranhas? Como poderemos ser aliados dos Estados Unidos dentro de um justo acordo, e ser ao mesmo tempo amigos políticos dos seus inimigos bélicos?<sup>10</sup>

Este fragmento é bastante rico para a nossa análise, pois, num primeiro momento, o enunciador-presidente procura comprometer o interlocutor (neste caso, o leitor) com seu discurso utilizando o pronome nós, que o inclui, entre os latino-americanos. A partir deste momento, o enunciador lança mão dos substantivos “dignidade” e “lealdade” como elementos que deveriam caracterizar a relação entre “os latino-americanos” e os Estados Unidos.

Outro elemento interessante se expressa no fato de o enunciador-presidente não se posicionar categoricamente em relação à política externa norte-americana. Constitui duas alternativas, dando ao leitor a possibilidade de escolher entre elas. No entanto, quando enuncia “*com toda razão ou só com parte dela*” se fecha a possibilidade de existência do “não ter razão”, inviabilizando uma suposta imparcialidade do enunciador.

---

<sup>10</sup> Entrevista dada pelo ex-presidente de Costa Rica, José Figueres, exclusivamente ao jornal *O Globo* de 06/10/1959, intitulada de “O Comunismo e a América Latina”.

Podemos perceber também o empenho do enunciador em desqualificar o movimento cubano de 1959, que, até então, não havia se alinhado à URSS. O entrevistado chega a questionar a legitimidade da Revolução Cubana que se contrapunha à ditadura de Fulgêncio Batista, mas que, aos seus olhos, aproximava-se de ditaduras estranhas: as ditaduras comunistas.

Com isso, o enunciador procura construir uma contradição no movimento cubano, pois, após derrotar uma ditadura interna, alinhava-se a uma ditadura externa: a ditadura comunista. É a partir desse momento que cada vez mais será cobrado dos governantes brasileiros um posicionamento em relação à questão cubana. A partir de então, manter uma ‘política externa independente’, ou ainda, não concordar plenamente com os EUA, significava, na perspectiva dos anticomunistas, apoiar e incentivar o comunismo na América Latina.

Percebemos com isso que a influência da Revolução Cubana na política brasileira foi muito significativa e, para abordar tal temática, destacamos a dissertação de mestrado defendida por Andreia de Souza Carvalho (2004), na qual a autora propõe uma reflexão acerca das representações da Revolução Cubana na imprensa brasileira.

Segundo a autora, a partir de 1959, com a Revolução Cubana, a Guerra Fria na América Latina tomou novos contornos. O inimigo não era apenas externo, ele agora era um ‘câncer’ dentro do corpo da América Latina e como tal precisava ser extirpado.

Após declarar-se adepto do marxismo-leninismo e alinhar Cuba à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1961, Fidel Castro, aos olhos da imprensa de caráter anticomunista, passou de ‘salvador’ a ‘ditador’. Ou ainda, como Carvalho destaca no título de sua dissertação, a Revolução Cubana passou de ‘salvadora’ a ‘conspiração maligna’.

Com seus líderes Fidel Castro e Che Guevara, a Revolução Cubana reacendeu o ideal revolucionário nas esquerdas latino-americanas. Desse modo, reatualizou os imaginários contrarrevolucionário e anticomunista presentes na América Latina. Cuba passava, assim, não somente a ser um problema para a hegemonia norte-americana no continente, mas também, no âmbito da política interna

## ANÁLISE DO DISCURSO

brasileira, tornava-se uma preocupação a mais para a burguesia nacional.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opção por trabalhar com o discurso anticomunista no Brasil selecionando os jornais como fonte de análises, nos possibilitou perceber que não basta buscar meios de compreensão do que está dito, mas é preciso entender de que lugar histórico-social os chamados meios de comunicação “falam”. Foi necessário, portanto, recorrer a uma discussão histórica acerca desse lugar e o compromisso evidenciado por ele com determinados setores sociais.

Em conjunto com este entendimento, é interessante notar que, diferente do que circula no senso comum como o papel dos meios de comunicação, isto é, um contrato entre o jornal e seu leitor de transmissão de informações, o discurso jornalístico constrói sentido.

A análise de dois jornais distintos e a compreensão do lugar histórico-social atribuído a cada um deles nos permitiu compreender o período de grandes tensionamentos sociais com a gradativa construção de um cenário de “infiltração comunista” não somente pelas forças conservadoras através do jornal *O Globo*, mas também pelas forças nacionalistas, representadas no *Última Hora*.

Em nossa hipótese, tal identificação atua na compreensão de que as Reformas de Base propostas por João Goulart, duramente acusadas de comunistas, estavam muito mais associadas a um projeto de reformismo nacionalista do que a um projeto comunista. O jornal *A Última Hora*, declarado apoiador de Goulart, em diversos momentos também se posiciona contra o comunismo, porém no âmbito nacional, ele próprio era visto pelas forças conservadoras como elemento comunista.

Retomando a ideia apresentada por Maingueneau de que a mídia não é somente um meio de transmissão do discurso, identificamos que nos diversos silenciamentos ocorridos nos dois jornais, está presente a seleção, ou ainda a construção das notícias. Este elemento se torna fundamental para nossa pesquisa, na medida em que percebemos que a “visão de mundo” presente em cada jornal pode

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

ser expressa não somente nas notícias por ele publicadas, mas nas suas seleções e nos seus silenciamentos.

Afirmamos com isso que as diversas vozes que compõem o discurso jornalístico (bem como os discursos, de modo geral) situam-se nos embates sociais, seja filiando-se a uma visão social de mundo, seja contrapondo-se a ela. Concluímos, portanto, que dizer não é apenas informar, mas é necessariamente assumir um posicionamento nesses embates.

### BIBLIOGRAFIA

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.

ASSIS, Denise de. *Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962-1964)*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.

CARVALHO, Andréa de Souza. *De revolução salvadora à conspiração maligna: Representações da revolução cubana na imprensa brasileira*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coordenação da trad. por Fabiana Komesu. Rio de Janeiro: Contexto, 2004.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Trad. Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

## **ANÁLISE DO DISCURSO**

MORRAY, J. P. *Origens da guerra fria: de Yalta ao desarmamento*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1961.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

**O MITO DA AMÉLIA  
SOB A ÓTICA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**

Fabiana Castro Carvalho (UFES)  
[fccfabiana@hotmail.com](mailto:fccfabiana@hotmail.com)

A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Em artigo publicado no livro “*Práticas Discursivas: Exercícios Analíticos*”, organizado por Nelson Barros da Costa (2005), o referido autor resume a caracterização de Michel Pêcheux acerca de três épocas pelas quais teria passado a Análise do Discurso Francesa.

Depois de traçar o percurso histórico, Costa (2005) desenvolve suas ideias a fim de postular que estamos vivendo a quarta época da AD: o primado da prática. Segundo o autor, algumas características são próprias dessa quarta época. São elas: i) o assujeitamento relativizado do sujeito; ii) a interdisciplina privilegiada múltipla; iii) o materialismo histórico e dialético, além do dialogismo bakhtiniano; iv) preferência por uma análise qualitativa dos fatos discursivos; v) o texto como unidade de análise; vi) o discurso, a discursividade e a interdiscursividade como objeto teórico; vii) o conceito de discurso como um processo em curso, uma prática; viii) a prática discursiva como a prática de sujeitos que só se constituem por viverem em sociedade; ix) os sujeitos são vistos como capazes de intervir no mundo, uma vez que constroem, destroem ou lutam para manter instituições.

A partir do que foi supracitado, passamos à proposta teórica contida em *Discurso e mudança social*, de Norman Fairclough (2001)<sup>11</sup>. Neste livro, o autor cunha a Teoria Social do Discurso, também conhecida como Análise Crítica do Discurso (ACD), modelo analítico desenvolvido para o estudo das relações entre linguagem, poder e ideologia. Acreditamos que este autor e sua proposta encontram seu lugar na quarta época da Análise do Discurso (AD).

Segundo Fairclough, “Discurso (...) é uso da linguagem, seja ela falada ou escrita, vista como um tipo de prática social” (Fairclough, 2001, p. 28). Assim, a linguagem é investida de poder e ideologi-

---

<sup>11</sup> Norman Fairclough é professor emérito de Linguística na Universidade Lancaster (Reino Unido).

## ANÁLISE DO DISCURSO

as, capaz de constituir as dimensões sociais do conhecimento, das relações e da identidade social.

Para este autor, o discurso pode ser analisado através de três dimensões. A primeira é o texto – linguagem discursiva produzida num evento discursivo –, que estabelece posições da experiência anterior do leitor/receptor para fazer as ligações necessárias entre os elementos intertextuais e construir interpretações coerentes. Os interpretantes podem se adequar ou resistir às posições estabelecidas para eles nos textos, como forma de luta hegemônica.

A segunda dimensão é a prática discursiva. Esta dimensão do uso da linguagem envolve os processos de produção, distribuição e consumo dos textos. Aqui, os diferentes tipos de discurso estão de acordo com os fatores sociais. A amarração do texto à prática social é mediada pela prática discursiva, pois os processos de produção e interpretação do texto são constituídos pelo caráter da prática social, que também ajudam a constituí-la. É importante ressaltar que o processo de produção deixa “vestígios” no texto e o processo de interpretação atua sobre tais vestígios no texto (Magalhães, 2001, p. 36).

A terceira dimensão de análise é a prática social, que pode se referir ao contexto situacional, ao contexto institucional e ao contexto cultural. Esta dimensão está relacionada aos conceitos de ideologia e poder, onde o discurso é visto numa perspectiva de poder como hegemonia e de evolução das relações de poder como luta hegemônica, pois, como afirma Fairclough, “a hegemonia é um objetivo mais ou menos parcial e temporário, um ‘equilíbrio estável’ que é um foco de luta, aberto à desarticulação e à rearticulação” (Fairclough *apud* Magalhães, 2001, p. 37).

Assim, a análise do texto é, necessariamente, uma análise de forma e de sentido, na qual o discurso sugere o modo de ação e de representação por constituir o mundo social e ser constituído por ele; a prática discursiva se realiza enquanto forma linguística nos textos; as ordens de discurso abrangem a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade e as relações entre elas; a prática social relaciona-se à ideologia e ao poder.

Segundo Magalhães (2001, p. 17),

Ideologias são entendidas como significações ou construções da realidade, construídas nas várias dimensões das formas ou sentidos das práticas discursivas e contribuindo para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

É imprescindível que o leitor/receptor esteja atento às ideologias que estão presentes nos textos que lê a fim de perceber a luta constante em que está envolvido. O conceito de hegemonia constitui um foco de luta sobre os pontos de instabilidade entre as classes ou blocos dominantes, a fim de constituir, sustentar ou quebrar alianças ou relações de dominação.

Segundo Bakhtin (1992), o signo linguístico está sempre carregado de um conteúdo ou de um sentido ideológico. Por isso é que existe a possibilidade de interpretação e compreensão relacionada à reação, favorável ou contrária, às palavras que são ouvidas ou lidas pelos sujeitos: palavras despertam ressonâncias ideológicas ou relativas à vida. O leitor/ouvinte precisa estar atento, porque toda enunciação efetiva concorda ou discorda de alguma coisa, mas este posicionamento social nem sempre está nítido no texto.

Assim, a ACD propõe o mapeamento de alternativas e limites dos processos intertextuais na luta hegemônica e a concepção desses e de outros processos como luta hegemônica na esfera do discurso que, simultaneamente, afetam e são afetados por essa luta.

Fairclough (2001) prioriza em sua teoria a interdiscursividade – constituição de um tipo discursivo através da combinação de elementos das ordens do discurso – sem abandonar o conceito de intertextualidade constitutiva e intertextualidade manifesta<sup>12</sup>, julgando serem também importantes para a análise.

Além disso, o autor aponta quatro elementos que estabelecem relações complexas nas ordens de discurso. São os tipos de discurso: gênero discursivo, tipo de atividade, estilo e discurso. O gênero discursivo inclui os outros e os precede em hierarquia. É o sistema de gêneros de determinada sociedade em determinado momento histórico que origina os ajustes e as configurações nas quais ocorrem os ou-

---

<sup>12</sup> Tais conceitos de intertextualidade são retomados de Authier-Revuz, na abordagem que foi citada anteriormente como terceira fase da AD.

## ANÁLISE DO DISCURSO

tros elementos, pois os gêneros correspondem aos tipos de prática social.

Para Fairclough (2001, p. 161), o termo gênero discursivo é usado para “um conjunto de convenções relativamente estável que é associado com, e parcialmente representa, um tipo de atividade socialmente aprovado”, ou seja, o gênero é o uso da linguagem relacionado a uma atividade particular. Além de um tipo particular de texto, um gênero discursivo implica processos distintos de produção, distribuição e consumo dos textos.

Na visão de Bakhtin, os gêneros discursivos são elos da história social com a história linguística. Se o gênero se relaciona a um tipo de texto, ele também se relaciona a um tipo de atividade particular. Além disso, o gênero tende a se associar a um estilo próprio, embora possa ser combinado com estilos alternativos.

Dessa forma, os aspectos discursivos da mudança social são o objeto de estudo da ACD, pois o discurso pode ser tanto instrumento de mudança quanto de dominação. A Teoria Social do Discurso, tal como cunhada por Fairclough (2001), pretende transformar as relações de dominação em outras e originar práticas discursivas que sustentem essa transformação.

Voltando ao texto de Costa (2005), podemos concluir que realmente não é mais possível falar em Análise do Discurso Francesa, pois a AD se disseminou no mundo de tal modo que agora é internacional.

Além disso, importa ressaltar que a AD é uma disciplina em constante processo de construção, de onde decorre a constitutividade dos conceitos em que se baseia. É, portanto, a sua especificidade (contradições e irregularidades) que compõe seu campo de estudo.

## ANÁLISE DA CANÇÃO

Feitas essas considerações teóricas, passaremos à análise qualitativa e interpretativa propostas nesse trabalho. Tal análise se fará a partir do poema-canção *Ai, que saudades da Amélia*, de Ataulpho Alves e Mário Lago. Serão analisadas as marcas linguísticas que evidenciam: ideologia, hegemonia, gênero e prática discursiva. Além

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

disso, serão analisadas algumas categorias linguísticas que evidenciam possíveis relações de poder, quais sejam: negação, modalidade, vocabulário, tempo verbal.

*Ai, que saudades da Amélia* é uma das canções mais famosas de Ataulpho Alves, composta em parceria com Mário Lago. A partir dessa canção popularizou-se o mito da Amélia: idealização da mulher que aceita tudo por amor, que é conformada com o destino. O samba de clima enfadonho, depressivo, melodia triste, em tom menor<sup>13</sup>, é obra presente nas antologias de música popular brasileira (MPB) por seu conteúdo polêmico que mobiliza os modos de comportamento ditados pela solidariedade e pelo afeto.

Alguns afirmam que a intenção dos autores era fazer de *Amélia* um símbolo da mulher compreensiva, amiga, solidária. É certo, entretanto, que permanece até hoje o símbolo da mulher dominada, humilhada, explorada e submetida, gerado também pela letra da música. É sobre este símbolo que se centram as restrições libertárias feministas, buscando independência pessoal e profissional das mulheres anos depois.

O feminismo dos anos 60 mostrou que a condição de gênero social (homem/mulher) é construída pela sociedade, pois esta determina os papéis que os homens e as mulheres devem desempenhar. Além disso, o feminismo desmascarou a falsa ideologia de que a condição biológica feminina impunha a mulher à domesticidade.

Se a sociedade brasileira, em muitos casos, ainda hoje acredita que a mulher deve ser colocada na condição de sustentada (Cf. Magalhães e Leal, 2003, p. 27), pode-se imaginar como era ainda mais evidente a visão da sociedade machista do século passado sobre a mulher.

Considerando que o sistema de gêneros da sociedade num momento histórico específico corresponde aos tipos de prática social, passaremos agora à análise do poema-canção *Ai, que saudades da Amélia*, composto em 1940. Tal poema expõe, pela voz de um enunciador, o que posteriormente ficaria conhecido como “o mito da Amélia”.

---

<sup>13</sup> Os acordes menores dão um tom de tristeza à melodia musical, ao contrário do que acontece com os acordes maiores que, categoricamente, expressam alegria.

## ANÁLISE DO DISCURSO

1. Nunca vi fazer tanta exigência
2. Nem fazer o que você me faz
3. Você não sabe o que é consciência
4. Não vê que eu sou um pobre rapaz
  
5. Você só pensa em luxo e riqueza
6. Tudo o que você vê, você quer
7. Ai, meu Deus, que saudade da Amélia
8. Aquilo sim é que era mulher
  
9. Às vezes passava fome ao meu lado
10. E achava bonito não ter o que comer
11. E quando me via contrariado
12. Dizia: "Meu filho, o que se há de fazer!"
  
13. Amélia não tinha a menor vaidade
14. Amélia é que era mulher de verdade

Pode-se dizer que o propósito comunicativo do gênero poema, gênero com o qual a MPB é combinada no texto aqui analisado, é expressar sentimentos, emoções, reflexões, tocar a sensibilidade, entre outros. Segundo Lyra (1986), o poema é, de modo mais ou menos consensual, caracterizado como um texto escrito primordialmente em verso. A letra da canção que está sendo analisada é um poema composto por quatro estrofes (quatro quartetos). São quatorze versos que possuem rima.

Do verso 1 ao verso 6 do poema, o eu poético dirige-se a uma suposta mulher usando o pronome de tratamento “você”, que indica intimidade. Ele faz uma comparação entre essa mulher (“você”) e Amélia, descrita posteriormente.

Sabe-se que a subjetividade é inerente a toda linguagem e sua constituição se dá ainda que não se enuncie o “eu” (Cf. Brandão, 1998). No poema em questão, a subjetividade é marcada explicitamente através dos verbos “vi” e “sou”, através do pronome pessoal reto “eu”, através do pronome oblíquo “me” e através do pronome possessivo “meu”.

Dessa forma, o eu poético expressa seu ponto de vista, que também se manifesta nas modalizações adotadas, uma vez que a linguagem coloca à disposição do falante uma série de recursos destinados a precisar os limites dentro dos quais o locutor se compromete

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

com uma proposição. O uso desses recursos representa sempre uma intervenção do falante a propósito do conteúdo de sua mensagem.

No poema, o advérbio “tanta”, no verso 1, e o adjetivo “pobre”, no verso 4, são exemplos que corroboram a ideia defendida por Fairclough (2001) de que a modalidade é um ponto de intersecção no discurso entre a significação da realidade e a representação das relações sociais.

Aliás, a modalidade marca a construção de atitude e avaliação do locutor quanto ao que está sendo dito. Quando se faz a leitura dessa estrofe podem surgir algumas perguntas como: “Será que ela fazia muitas exigências mesmo?” e “O adjetivo ‘pobre’ se refere a alguém sem recursos financeiros ou seu uso quer defender a face do eu poético, como que o chamando de ‘coitadinho’?”

As frases estão dispostas na ordem direta, o que inibe o questionamento do leitor/ouvinte que pode assumir o texto como verdade, sobretudo se o receptor da canção não tiver consciência crítica da linguagem para refletir acerca do significado que está sendo construído na canção.

Além disso, as afirmações são categóricas, com verbos de caráter objetivo (“faz”, no verso 2; “sabe”, no verso 3; “vê”, no verso 4; entre outros). A negação contínua da primeira estrofe (“nunca”, “nem”, “não”) parece influenciar na má imagem que o eu poético cria daquela a quem se refere através do pronome “você”.

Vale ressaltar aqui que a negação é vista, muitas vezes, como causa de polêmica, já que as frases negativas carregam tipos especiais de pressuposição ou funcionam intertextualmente, incorporando outros textos com a intenção de contestá-los ou rejeitá-los.

Para analisar um texto, é preciso levar em consideração não somente as marcas linguísticas perceptíveis no mesmo, mas procurar também sua inserção num contexto sócio-político e ideológico do momento no qual o texto foi escrito. Assim, a escolha do advérbio “só”, no verso 5, e do quantificador “tudo”, no verso 6, manifesta a crítica à mulher consumista e interesseira, que a moral e a sociedade patriarcal de 1940 condenavam, já que as mulheres dessa época eram educadas para ser sustentadas pelos maridos, com o que eles lhes po-

## ANÁLISE DO DISCURSO

diam oferecer, e para assumir suas tarefas no lar, que se resumiam em ser mães e donas de casa.

No Brasil, há dois discursos sobre a mulher: o discurso tradicional de controle e o discurso emancipatório. O discurso emancipatório manifesto na mulher do início do texto (que faz “tanta exigência”) é criticado pelo enunciador da canção, já que o discurso de controle se manifesta nas entrelinhas da letra da canção. Podem ser percebidos, assim, os conceitos de ideologia (significações ou construções da realidade) da sociedade, expostos no texto em questão.

Considerando o conceito de interdiscursividade de Fairclough (2001) que enfatiza a heterogeneidade dos textos, constituídos por combinações de gêneros e discursos diversos, nota-se o hibridismo do poema, no qual aparece uma evocação característica do discurso religioso, como se vê no verso 7 (“Ai, meu Deus, que saudade da Amélia”). Além disso, o diálogo com a Bíblia Sagrada pode ser feito, já que esta prega a submissão da mulher ao homem, evidenciando o discurso machista do livro<sup>14</sup>.

Torna-se ainda mais claro o preconceito à mulher quando, no verso 8, o eu poético se refere a Amélia através do pronome demonstrativo “aquilo”, que designa objeto, coisa. Os pronomes usados para designar pessoa, de acordo com a língua padrão, são “aquele” e “aquela”. Está mostrado linguisticamente um preconceito, um tratamento inadequado ao ser humano, pois o uso do pronome demonstrativo sugere, estilisticamente, um tom depreciativo e impreciso.

Se se considera que a língua é um meio pelo qual os indivíduos se localizam num espaço social e que a diferença do gênero social (homem/mulher) não existe num vácuo, mas existe como parte de um complexo de diferentes variáveis sociais, pode-se dizer que o preconceito citado anteriormente foi adquirido, compartilhado e legitimado através de variadas manifestações discursivas entre os membros de um grupo social do contexto da época.

Na terceira estrofe do poema, o eu poético faz um *flash-back* onde descreve o perfil de Amélia narrando os momentos de solidariedade da mesma, que se submete à situação de não ter o que comer

---

<sup>14</sup> Refiro-me aqui ao seguinte trecho, encontrado em Efésios 5, 22: “As mulheres sejam submissas a seus maridos, como ao Senhor.”

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

para ficar ao lado do parceiro e tratá-lo com carinho, o que se percebe através da expressão “meu filho” (no verso 12), que traz consigo uma ideia de familiaridade. Parece que Amélia não seria uma amante (mulher com quem ele mantinha um relacionamento amoroso), mas uma amiga, uma mãe.

Além disso, ainda na terceira estrofe, há a exposição de uma narrativa como se fosse o relato de uma estorinha, usando o pretérito imperfeito em que o tempo do evento é anterior ao tempo da fala (“passava”, no verso 9; “achava”, no verso 10; “via”, no verso 11; “dizia”, no verso 12).

A escolha do tipo de discurso (direto, indireto) é motivada por propósitos comunicativos do sujeito. Assim, não é por acaso que o eu poético cede espaço para a voz de Amélia, no verso 12 (Dizia: "Meu filho, o que se há de fazer!"), pois isso colabora na construção do sentido do texto, como que reafirmando o que foi exposto anteriormente a seu respeito. As aspas funcionam como uma marca da intertextualidade manifesta.

É importante notar também o uso da conjunção aditiva “e” nos versos 10 e 11 como justificativa para a preferência que o eu poético tem por Amélia, pois além de passar fome ao seu lado, ela ainda achava bonito não ter o que comer. O verso 12 mostra a preocupação que Amélia tinha com seu companheiro, consolando-o quando estava “contrariado”. Os versos 13 e 14 concluem o poema valorizando a falta de vaidade em Amélia, o que a faz ser “mulher de verdade”, ao contrário da outra mulher, que só pensa em riqueza.

Quanto ao vocabulário, o poema-canção *Ai, que saudades da Amélia* apresenta vocabulário compatível à classe popular que desejava alcançar, já que a rede de distribuição musical do momento histórico em que a canção foi composta era principalmente o rádio, que atingia os vários níveis sociais daquele tempo. Assim, o vocabulário da canção é facilmente compreendido pelos vários segmentos sociais que viessem a conhecê-la.

Considerando-se a dimensão textual do poema e a dimensão da prática social, trata-se de um texto que evidencia, mais uma vez, o preconceito com o qual as mulheres eram vistas pela sociedade da época.

## ANÁLISE DO DISCURSO

### CONCLUSÃO

Feita a análise textual de *Ai, que saudades da Amélia*, ficam claros os indícios fortes presentes no texto que comprovam os motivos pelos quais a canção possibilitou historicamente a popularização de uma imagem machista e preconceituosa da mulher, segundo a qual é papel da mulher submeter-se a quaisquer condições, ainda que desagradáveis, de sobrevivência para ser companheira e solidária.

Assim, pode-se concluir que o discurso revela as relações de poder e ideologias dos quais é formado, já que a linguagem é constituída pelas relações sociais e as relações sociais são constituídas pela linguagem. Pode-se observar através deste trabalho que a intertextualidade não se torna manifesta sem motivos. Quando se dá espaço para a outra voz no texto de maneira explícita, há a intenção de corroborar as próprias ideias a partir do enunciado do outro, como acontece no poema, pois as escolhas são motivadas.

Importa mencionar ainda que a Análise Crítica do Discurso funciona de maneira eficaz como instrumental que pode efetivar as transformações nas relações de dominação existentes. Cabe aos professores de Língua Portuguesa levar esse instrumental àqueles que posteriormente constituirão a cidadania, possibilitando-os visão crítica e perspectivas de mudança na e pela linguagem.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Michael. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BÍBLIA. N. T. Efésios. Português. *Bíblia Sagrada*. São Paulo: Ave-Maria, 1996, p.1502.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Unicamp, 1998.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Autêntica/ FALE, 1999.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

COSTA, Nelson Barros da. (org.). *Práticas discursivas: exercícios analíticos*. Campinas: Pontes, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

MAGALHÃES, Célia Maria (org.). *Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2001.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. (org.). *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*. vol. 2. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 101-142.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. *Análise crítica do discurso: uma proposta para a análise crítica da linguagem*. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>. Acesso em 30/03/2008.

TOMAZI, Micheline Mattedi. *Cantigas de acordar: análise discursiva do enunciado poético de Chico Buarque*. Vitória: Huapaya, Saberes, 2008.

**ANÁLISE DO DISCURSO**  
**O PODER DE PERSUASÃO**  
**DO DISCURSO DO PRESIDENTE LULA**

*Mariangélica de Lima Rodrigues*  
[summerbrazil4@passosnet.com.br](mailto:summerbrazil4@passosnet.com.br)  
*Luiz Antônio Ferreira*

**O CONTEXTO**

Ainda que eleito, o novo presidente não conquistara boa parte do eleitorado do país, agora sob sua tutela presidencial. Contrariamente ao que ocorrera nas eleições anteriores, em que a população apresentava um descontentamento generalizado com o governo Collor, neste pleito havia muitos eleitores temerosos de que Lula, com suas ideias radicais, com um discurso inequívoco de teor socialista, ainda que amenizado por estratégias de *marketing*, pudesse subverter e relativa estabilidade vivida na nação como resultado da diplomacia governamental de seu antecessor.

Temido por muitos por defender com veemência os interesses dos trabalhadores e por mostrar-se um radical sindicalista em toda sua trajetória, o discurso de posse era ansiosamente esperado. A retórica presidencial precisaria atingir o auditório de modo a infundir tranquilidade sobre a manutenção dos valores democráticos, demonstrar competência e determinação de propósitos e ressaltar a palavra *eficácia*, característica primeira da retórica, como uma prova indiscutível da capacidade de gerir os problemas do país, sem desmontar, com atitudes radicais, o que fora conquistado a duras penas no governo Fernando Henrique. Serra fora derrotado, mas sua sombra permanecia.

O PT, partido do presidente, já gastara cinco milhões de reais (que, como se soube depois, pode ter chegado a 15) para contar com os serviços de Duda Mendonça, o mais expressivo “marqueteiro” do país, que sugerira José de Alencar para a vice-presidência, e iniciava a conquista de um *ethos* diferenciado para Luiz Inácio Lula da Silva, pois, como bem observa Felipe Miguel, Lula e Alencar, juntos:

Encarnariam a união entre capital e trabalho, além de representarem dois “vencedores”, meninos pobres que triunfaram por seus próprios méritos, um na política, outro nos negócios. (Felipe Miguel, 2006, p. 36).

Mendonça tinha plena convicção de que a imagem do novo presidente precisava ser construída por meio de uma abordagem mais pragmática, com a suavização de aspectos radicais do discurso empregado em eleições anteriores em que Lula saíra derrotado. Essa moderação forjada pelo discurso da campanha ainda causava certo desconforto na população mais esclarecida e mais abastada, a despeito das alianças — oitenta e sete ao todo — feitas justamente para inculcar no povo brasileiro a ideia de um partido dos trabalhadores mais moderno e menos radical. Desse modo, o presidente precisava, em movimento intencional e retórico, valer-se da palavra num ato que ultrapassasse os limites textuais do informar para, sim e, sobretudo, persuadir boa parte da nação.

### A SITUAÇÃO RETÓRICA

Para ter sucesso, os redatores do discurso presidencial precisariam compreender o discurso como um plano de ação voltado aos interesses do auditório, naturalmente temeroso e dividido. Mais do que uma representação do mundo e uma profissão de desempenho seguro, o dizer precisava corporificar-se como um elemento constitutivo do próprio rétor e da história que o projetou. Centrar-se no *ethos* já constituído do presidente como um cidadão digno e honesto era uma vantagem significativa no plano retórico, uma vez que o presidente, ao longo dos anos, construía sua imagem sob os alicerces da honestidade, retidão de princípios, angariara a fama de justiceiro nacionalista e, assim, projetava uma imagem de si muito sólida. O *ethos*, por sua vez, demonstra a imagem do caráter do orador, mas entre a fama positiva (*areté*) de homem simples, honesto havia toda a tradição de um partido, denominado dos trabalhadores, a situação exigia, assim, um potente movimento argumentativo.

Em retórica, como para os gregos, o *ethos* (conceito relativo à imagem que o orador mostra de si mesmo) é um dos elementos que constituem os meios de prova. Os outros meios são o *logos* (relativo aos raciocínios empregados pelo orador) e o *pathos* (relativo à prova patética, que consiste em provocar no público uma paixão e torná-lo mais favorável a julgar a tese). Como, porém, ressalta Tringali:

Não basta, ao orador cuidar da própria imagem durante o discurso, apresentar-se ora humilde, ora austero, ora tranquilo, ora autoritário... O

## ANÁLISE DO DISCURSO

que realmente conta é a imagem do orador que deriva de toda sua vida moral. Há uma ligação profunda entre a vida e o discurso que, por sua vez, reflete a vida do orador. Sem uma vida honrada, o discurso não persuade. (Tringali, 1988, p. 76)

Nesse aspecto, o ethos projetado do novo presidente assomava como vantagem argumentativa.

### UM ATO RETÓRICO

Optamos, aqui, por uma análise que privilegia o discurso escrito, mas a eloquência oratória do presidente precisou ser levada em conta, pois, alguns efeitos retóricos foram imprescindíveis para causar efeito de sentido.

No discurso de posse, o presidente teceu uma revisão dos preceitos sociais necessários para o estabelecimento das relações de uma dada sociedade brasileira. Procurou, também, mostrar-se conhecedor profundo das desigualdades sociais do país e revelou que a atenção às essas diferenças constituiriam estratégias fundamentais no plano de governo. Os apelos emocionais, funcionando como provas patéticas no discurso, se fizeram presentes em muitos instantes. O exemplo a seguir é claro: com o intuito de mostrar-se indignado com as desigualdades sociais, o presidente disse enfaticamente: “*enquanto houver um irmão brasileiro, ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrir de vergonha*”. Reiterou mais adiante que aquele era o primeiro dia de combate à fome no Brasil, como se nenhum governo anterior tivesse feito qualquer esforço para resolver um problema tão grave da nação brasileira. A hipérbole contida nessa frase buscava revelar a força prioritária do governo que se iniciava. Unindo retórica e oratória, o presidente percebia o efeito imediato de suas palavras no auditório: as palmas interromperam o presidente por trinta e uma vezes durante o pronunciamento e ocorriam cada vez que o presidente dava um sinal mais eloquente de realismo e solidez.

O discurso, elaborado retoricamente, enfatizava as preocupações do homem-presidente: aquele que demonstra uma revolta com as desigualdades sociais, produto das marcas trazidas da infância proletária que vivenciara no passado. A imagem construída pretendia comover pelo uso da *hipotipose*, que, nas palavras de Reboul (2004,

p. 249), “consiste em descrever um acontecimento de modo tão vivo que o auditório acredita tê-lo diante dos olhos”. A hipotipose se configurou ainda mais plenamente quando o orador, tomado de eloquência, revelou: “enquanto houver um irmão brasileiro e irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrir de vergonha”. É sensível o esforço para estabelecer comunhão com o auditório: todos os brasileiros são “irmãos” do presidente e o próprio presidente, como brasileiro, inclui-se entre todos, como apenas mais um, ao dizer “nos cobrir de vergonha”.

Em comunhão, o rumo discursivo poderia ser modificado. Para mostrar-se honesto e competente, valeu-se de argumentos éticos e patéticos. Segundo Tringali (1988b, p. 77), os argumentos éticos despertam a imagem do orador nos ouvintes através de sentimentos fracos. Os argumentos patéticos tentam persuadir, comovendo através de emoções e suscitam paixões nos ouvintes para conduzir-lhes a mente e arrastar-lhes a vontade. O poder de coagir do discurso se atribui à força que a paixão engendra. O discurso do presidente dava cabais demonstrações de conhecimento de que para ter persuasão assegurada a um auditório universal, seria preciso apelar aos sentimentos. Não bastava a simples apresentação das provas e das razões. Por isso, o discurso presidencial, vazado em linguagem culta, mas simples, contava com a eloquência natural do orador como um fator altamente persuasivo.

O *ethos*, que gradativamente se consolidava no discurso foi ainda retoricamente emoldurado: o presidente mostrou-se indignado com a corrupção: “*Ser honesto é mais do que não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos*”. O *ethos*, agora, se projetava pela demonstração de uma consciência ética universal, de um caráter idôneo e de moral exemplar, partes essenciais de um ser humano íntegro, confiável. O discurso trazia, também, referências intertextuais relativas ao comportamento de um célebre político brasileiro que conquistara várias eleições com um slogan informal, tácito, que corria na boca do povo brasileiro: “Fulano rouba, mas faz”.

O discurso, como se nota, usou e abusou de termos amplificadores que são as figuras de linguagem com intuito de reforçar o *ethos*

## ANÁLISE DO DISCURSO

institucional do presidente, pois pretendia ultrapassar o auditório particular (composto pelos brasileiros) em busca da presunção de um auditório universal:

Vamos mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio de diálogo e negociação, *sem precipitações*, para que resultado seja consistente e duradouro. (Discurso Presidencial, 2003, p. 23/29)

Percebe-se que o presidente ao enfatizar uma mudança de longo prazo, constrói um perfil de um homem consciente e responsável e conquista mais um elemento para a formação de seu *ethos* ao provocar um *pathos* de confiança, esperança, uma perspectiva de melhora e de crescimento do país.

A ideia de mudança se introduz e incorpora no ouvinte, valores desejáveis e preferíveis: tolerância e solidariedade. A figura de presença “sem precipitação”, reiterada, constitui-se em uma hipérbole com evidente intento de ampliar positivamente, as próprias qualidades do orador. A hipérbole, por sua vez, condensa argumento de direção: o país tem agora, um rumo a ser seguido.

Em ritmo pausado e tom comedido, Lula afirmou que o Brasil estava ingressado em um novo período histórico: “*Hoje é dia do reencontro do Brasil consigo mesmo*”. O apelo retórico é muito eficaz: deixa o *ethos* em segundo plano para provocar o *pathos*.

Consolidado o ato de enfatizar o *ethos*, o discurso, que pretende provocar paixões, recitava-se, agora mais objetivamente, numa crítica ao modelo de Fernando Henrique:

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades(...), a sociedade brasileira escolheu mudar. (Discurso Presidencial, 2003, p. 23/29)

Ao desmerecer, no plano argumentativo, os feitos do antecessor, o presidente deixou clara sua rejeição tanto do plano institucional quanto no econômico, à maneira que FHC conduzira o país. Valeu se, pois, de um argumento *ad personam*, ou seja, um ataque à pessoa de um adversário com o fim evidente de desqualificá-lo (Pe-

relman. 1996, p.126). Desse modo, presidente, novamente, ressaltou seu próprio *ethos*: o de um ser sábio, competente, que conhece o país e suas necessidades. O lugar comum da sinceridade é retoricamente construído para provocar *pathos*: confiança no auditório. Busca, então, amplo efeito persuasivo nos cidadãos menos favorecidos, justamente a maioria do auditório particular a que se dirige. Provocou, ademais, um reforço do *ethos*: o presidente é um cidadão que tem amor ao seu povo. O acordo se dá pela utilização do argumento pelo sacrifício ao ressaltar-se como um guerreiro, um herói, (defensor dos interesses dos mais pobres).

O discurso não se esquivava de tocar em pontos éticos e, portanto, universais ao criar apelos persuasivos ligados à solidariedade. Valeu-se, a seguir, de bom efeito retórico para angariar aliados no plano argumentativo: ao sinalizar um enfretamento com a nação mais poderosa do planeta, os Estados Unidos. Referindo-se à guerra do oriente médio sintetizou: “*O presidente encampou uma solução pacífica e negociada para a guerra iminente no Oriente Médio*”. Evidentemente, o trecho quer demonstrar a coragem que se espera do presidente para defender a nação em pontos delicados da política externa. No cenário que se configurou no momento da elocução, o público mostrou-se favorável à ideia e aplaudiu o presidente. O efeito retórico pretendido, então, estava consolidado. A *actio* entrara em ação e demonstrava imediatamente, um *pathos* positivo que, a seu modo, ressaltava o *ethos* corajoso do rétor. Ao lado da coragem, a ponderação ao mostrar desejo de uma solução pacífica e negociada para a guerra.

Ao julgar o *ethos* perfeitamente delineado e assegurado pelas provas retóricas, o discurso envereda para a realização de tarefas quase impossíveis, mas, verossímeis pela constituição do discurso que se pronunciou até aqui:

O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da previdência, a reforma tributária, a reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária.

Instaura o *ethos* de homem simples, batalhador e corajoso e busca, pelo exemplo, mostrar-se autêntico:

Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de meni-  
no que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou tor-

## ANÁLISE DO DISCURSO

neiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de supremo mandatário da nação, vejo e sei com toda clareza e com toda convicção, que nós podemos  *muito mais*. (Discurso Presidencial, 2003, p. 23/29)

Com essa fala, conclamou as paixões do auditório. Uma vibrante manifestação popular o saudou, cantou, gritou em resposta à frase extremamente bem construída. Percebe-se que o intuito do presidente é provocar as paixões e as emoções no auditório pelo uso do argumento de prestígio.

Salientou, ainda, seu apoio à política agrária ao revelar “o *nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio*”. Buscava adeptos, a cumplicidade e a confiança da massa brasileira.

Com a faixa cruzando o peito, Lula sentiu o peso do cargo ao rechaçar as vias econômicas aventureiras e se expôs seu discurso assim:

Trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado, para qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais. (Discurso Presidencial, 2003, p. 23/29)

Pretendia, na construção discursiva, demonstrar a forma que iria conduzir seu mandato: baseado em princípios básicos de política econômica. Esse era um pronunciamento esperado. Com isso, provoca *pathos* ligado à segurança, esperança, desenvolvimento e crescimento do país. O medo é veementemente rechaçado pela força do ethos corajoso, ponderado e confiante do novo presidente.

Sintetizou, depois, numa frase, a esperança quase mítica da qual ele era o depositário, ao fundir-se no corpo do homem brasileiro, ao integrar-se aos sonhos há tanto esperados. Baluarte da esperança e produto da história, o ethos se torna altivo e determinado:

Eu não sou o resultado de uma eleição. Eu sou o resultado de uma história. Eu estou concretizando o sonho de gerações e gerações que, antes de mim, tentaram e não conseguiram. (Discurso Presidencial, 2003, p. 23/29)

Transmite, dessa forma, um laudo de superioridade com claro o intuito de reforçar a comunhão do orador com o auditório. Em se-

guida, destaca a qualidade da franqueza e conclama valores seculares do homem brasileiro: respeito irrepreensível à família:

Quando eu não puder fazer alguma coisa, não terei nenhuma dúvida de ser honesto e dizer que não sei fazer, que não posso fazer e que não há condições. Tratarei vocês com o mesmo respeito com que trato os meus filhos e meus netos. (Discurso Presidencial, 2003, p. 23/29)

O *ethos* do pai sincero e humilde prevalece no discurso. Para pais tão virtuosos, o resultado é passional: amor profundo, de respeito e carinho.

Ao finalizar o discurso de posse, ainda na esteira da humildade, pediu a ajuda de todos para governar: “*A responsabilidade não é apenas minha, é nossa, do povo brasileiro que me colocou aqui*”. Convidativo e simples, reforça a ideia de união, de cumplicidade com o auditório.

Diante do exposto percebe-se que o presidente recorreu a muitos artifícios persuasivos em seu discurso, na tentativa de transmitir tranquilidade, paciência, tolerância no seu auditório. Revelou-se um ser capaz de “mudar”, conservando o já construído, o rumo do país. No intuito de demonstrar-se competente e consciente, enfatizou seu *ethos* de homem corajoso, persistente, íntegro, solidário e atualizado. Ao assegurar a ideia de sucesso administrativo, buscou perfeito “acordo” com seu auditório.

Além disso, o presidente revelou-se compromissado e consciente de todos os problemas impingidos ao povo brasileiro em sua dura realidade social.

O tom do discurso do presidente procurou ressaltar o *ethos* de um estadista, um ser capaz de desvelar, pelo ato retórico, a assertividade como meta, a superioridade como verdade, a coragem como princípio. Inúmeras estratégias argumentativas contribuíram para a conquista da persuasão, mas a tônica do discurso centrou-se em dois movimentos discursivos paralelos e estratégicos: a busca incansável do acordo com o auditório e a construção simultânea de um *ethos* de paladino quase mítico, revestido de coragem, segurança e muita, muita humanidade.

## **ANÁLISE DO DISCURSO**

### **BIBLIOGRAFIA**

- ALVES, Ramiro. O povo no poder. **In:** *Isto É*, 8 jan. 2003, p. 28/32.
- ARISTÓTELES. *A retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [s/d.].
- CARRILHO, Manuel (org.). *Retórica e comunicação*, Lisboa: ASA, 1994.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.
- LASTORIA, Luiz. A. C. Nabuco. Ethos sem ética: a perspectiva crítica de T.W. Adorno e M. Horkheimer. **In:** *Educação e Sociedade*, vol. 22, nº 76, out. 2001.
- ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- PERELMAN, Chaim e Olbrechts-Tyteca. *Tratado de argumentação – A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- SILVA, Luís Inácio Lula da. Trecho do discurso de posse de Lula no Congresso. **In:** *Veja*, 8 jan. 2003, p. 23/29.
- TRINGALI, Dante. *Introdução à retórica*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

## O PROCESSO DISCURSIVO DA RESTRIÇÃO

Vanessa Barros de Lima (UFRJ)  
[deusa.vestal@hotmail.com](mailto:deusa.vestal@hotmail.com)

### INTRODUÇÃO

Este trabalho, cujo título é *O Processo Discursivo da Restrição*, está vinculado ao Centro Interdisciplinar de Análise do Discurso (CIAD-RIO), da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Esse estudo tem como proposta a apresentação dos resultados da pesquisa sobre as construções restritivas não canônicas materializadas em enunciados com conectores do tipo *e, só, só que, agora*. Esses estão preenchendo a posição dos operadores restritivos canônicos, os quais correspondem às conjunções coordenadas adversativas *mas, porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto* na terminologia Tradicional. Percebe-se que há uma infiltração desses operadores, típicos da língua oral, em textos do português padrão escrito.

Como pressupostos teóricos, têm-se a Semiologia do Discurso, de Patrick Charaudeau, e a Semântica Argumentativa, de Oswald Ducrot.

### PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

#### *A Semiologia do Discurso*

Na Semiologia do Discurso, Patrick Charaudeau propõe a noção de contrato de comunicação e modos de organização do discurso.

Numa situação comunicativa, os participantes do discurso proferem atos de linguagem, que estão subordinados a um conjunto de características que fazem esses atos pertencerem a um gênero discursivo. Por conseguinte, os participantes dessa situação assumem estatutos sociolinguageiros, que são conferidos pelo contrato de comunicação.

Pode-se dizer que o contrato de comunicação define-se como um ritual sociolinguageiro constituído pelo conjunto de característi-

## ANÁLISE DO DISCURSO

cas que codificam as práticas sociolinguageiras e que resulta da produção e da interpretação desses atos de linguagem.

Como exemplo, tem-se o momento em que uma pessoa entra num táxi. O passageiro seria o cliente informante, quanto à direção que vai tomar. Simultaneamente, ele institui seu interlocutor em “um motorista, que vai conduzi-lo ao rumo que ele deseja”. Essa situação em que alguém entra num táxi e diz “Tijuca” é, em suma, normal, mas pode ser considerada como algo mágico por um homem da Pérsia que não conhece o contrato linguageiro que liga esses dois sujeitos. Se alguém, por outro lado, dissesse a mesma coisa num ônibus, produziria uma situação diferente, já que a situação é outra.

Percebe-se que o contrato de comunicação está ligado a uma situação comunicativa particular. Acrescenta-se que o contrato comunicativo diz respeito à existência de um EU e de um TU determinados, ambos com um dado propósito comunicativo, numa certa situação comunicativa. Dessa forma, pode-se dizer que o discurso judicial, o discurso publicitário, o discurso político, o discurso jornalístico são *tipos de contrato de comunicação*.

Quanto aos modos de organização, têm-se o descritivo, o narrativo, o argumentativo e o enunciativo.

O modo de organização descritivo nomeia a existência de seres, localizando-os num determinado espaço e o localizando tempo que o ser ocupa. Além disso, constroem-se classes e subclasses de seres.

O modo de organização narrativo apresenta o narrador e o destinatário. Apresenta, também, os processos que ligam os agentes entre si, no sentido de dar orientação funcional à sua ação e as sequências, que integram processos e agentes dentro de uma finalidade narrativa.

No processo da argumentação, há uma *proposta*, sobre o mundo, provocando um questionamento quanto à sua legitimidade; há um *sujeito* que se engaje com relação a esse questionamento e desenvolva um raciocínio para tentar estabelecer uma verdade sobre essa proposta. E há um *outro sujeito*, relacionado à proposta, questionamento e verdade, que se constitui no alvo da argumentação.

O modo de organização enunciativo, por seu turno, tem a função de organizar os lugares e o estatuto dos protagonistas do ato de linguagem, isto é, o EU e o TU. Esse modo caracteriza-se por apresentar a marca dos sujeitos enunciadorez bem como as marcas das situações de fala.

### *A Semântica Argumentativa*

Oswald Ducrot estudou o fenômeno da concessão por intermédio de estruturas com o conector *mas*. Ele diz que a expressão *P mas Q* pressupõe que a proposição P sirva de orientação para uma conclusão *r*, e que a proposição Q seja um argumento para *r* (Lê-se “não *r*”).

Como exemplo, tem-se *Ele é um bom funcionário (P), mas foi demitido (Q)*, em que *ser bom funcionário* e *ser demitido* conduzem a conclusões contrárias. O emprego do *mas*, entretanto, não implica uma contradição entre os dois conceitos. Na verdade, P e Q são duas informações que se opõem com relação apenas ao movimento argumentativo colocado em evidência pela conclusão *r*. Dessa forma, o enunciado P poderia ter a conclusão *r*: *Logo o funcionário será promovido*, e o enunciado Q teria a conclusão *r* (Lê-se “não *r*”): *Logo o funcionário não será promovido*.

O locutor ao pronunciar o enunciado P concede razão ao interlocutor, e o enunciado Q seria o enunciado restritivo, aquele que se opõe ao anterior sem o anular.

Segundo a *Semântica Argumentativa ou Semântica da Enunciação*, o enunciado Q desqualifica o enunciado P como argumento. As instruções contidas no significado dos enunciados são capazes de orientar o interlocutor para certos tipos de conclusão, e consequentemente para exclusão de outros. Isso é o que se chama de *orientação argumentativa*.

Como Ducrot contesta a unicidade do sujeito falante, ele defende que um enunciado, em sua enunciação, explicita a superposição de diversas vozes. Essas vozes pertencem aos *enunciadores* (E1)

## ANÁLISE DO DISCURSO

e (E2)<sup>2</sup>. Em enunciados como *X (p) mas Y (q), o fenômeno da polifonia* não só apresenta o ponto de vista do locutor mas também apresenta o da voz pública ou o do alocutário. Assim, tem-se:

E1: O tempo está bom (p) [logo você deve sair (r)]

E2: Estou cansado (q) [logo não devo sair (r $\mathcal{D}$ )]

L: *O tempo está bom (E1), mas estou cansado (E2). [logo não devo sair (r $\mathcal{D}$ )]*

No enunciado em destaque, o locutor (L) diz, da perspectiva de E1, que *o tempo está bom*, argumento que leva à conclusão(r) “*logo eu devo sair*”, mas imediatamente acrescenta, da perspectiva de E2, a sua opinião: *que está cansado*, argumento para a conclusão decisiva “*logo não devo sair*”(r $\mathcal{D}$ ).

É interessante salientar que, nesse processo, há o princípio argumentativo do **Topos**. O enunciador se apóia nele no ato da argumentação. Assim, em *O tempo está bom; vamos à praia*, existe o **Topos** que diz que o *calor* torna a praia agradável. Em *O tempo está bom; mas estou cansado* há o **Topos** que diz que não é proveitoso ir à praia quando se está cansado. Se não houvesse o **Topos** entre o locutor e o interlocutor, a argumentação não se consolidaria ou o argumento do locutor não seria suficiente para convencer o interlocutor.

### O Corpus

O *corpus* é formado por 180 textos, sendo 30 de cada um dos gêneros *editorial, opinião e crônica* dos jornais *O Globo* e *O Dia*. Esses textos representam, atualmente, o Português Padrão Escrito. Em seguida, as seguintes hipóteses foram formuladas:

- a) O gênero editorial apresentaria um percentual menor de operadores restritivos não canônicos enquanto as crônicas apresentariam um percentual maior;
- b) Os artigos opinativos apresentariam um percentual maior de operadores restritivos não canônicos do que o editorial;

---

<sup>2</sup> E1 e E2 são entidades discursivas, que não se expressam por palavras no sentido material do termo, mas por intermédio de seu ponto de vista.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

c) Os argumentos introduzidos pelos operadores restritivos não canônicos determinariam a sequência do texto como ocorre com os operadores prototípicos;

d) O jornal *O Dia* apresentaria um percentual maior de operadores restritivos não canônicos enquanto o jornal *O Globo* apresentaria um percentual menor;

e) Os argumentos introduzidos pelos não prototípicos defenderiam a macrotese ou as microteses.

Ressalta-se que esta pesquisa não apresenta somente uma abordagem qualitativa, mas também uma abordagem quantitativa.

### ANÁLISE DOS DADOS

#### *O gênero Editorial*

O editorial é um texto que veicula a opinião do jornal sobre determinado fato, não apresentando assinatura. Esse gênero caracteriza-se por apresentar maior formalidade em comparação com a crônica, por exemplo. Não é um texto extenso, pois obedece a um limite de espaço estipulado pelo próprio jornal. Além disso, predomina o modo de organização argumentativo.

Constatou-se que, nos editoriais de *O Globo* e de *O Dia*, foi *nula* a ocorrência de operadores restritivos não canônicos. Dessa forma, a hipótese de menor frequência de operadores não restritivos nesse texto confirma-se e a razão para isso é o maior grau de formalidade.

Comparando-se os editoriais de *O Globo* e de *O Dia*, percebe-se uma diferença quanto à extensão, isto é, o jornal *O Globo* apresenta um editorial cuja extensão é maior do que a de *O Dia*, influenciando, portanto, no número de conectores restritivos canônicos.

Quanto ao jornal *O Globo*, tem-se o recorte:

Não temos, por exemplo, o complicador dos grupos de esquerda e de direita, ligados ao tráfico, com projetos de poder e em guerra com o governo, como a Colômbia. Nem a longa tradição de violência dos cartéis mexicanos. *Mas* não seremos bem-sucedidos sem que toda a sociedade brasileira faça do combate às drogas e a seus mercadores um esforço nacional. (*O Globo*, editorial, 16/05/07)

## ANÁLISE DO DISCURSO

De acordo com a Semântica Argumentativa, o locutor coloca a perspectiva de E1 no enunciado concessivo *Não temos, por exemplo, o complicador dos grupos de esquerda e de direita, ligados ao tráfico, com projetos de poder e em guerra com o governo, como a Colômbia. Nem a longa tradição dos cartéis mexicanos* apresentando como possível orientação argumentativa *logo não há tráfico de drogas no Brasil*.

Ele introduz o seu enunciado, ou seja, o enunciado da perspectiva de E2(restritivo) *não seremos bem-sucedidos sem que toda a sociedade brasileira faça do combate às drogas e a seus mercadores um esforço nacional* tendo como orientação argumentativa *logo há tráfico de drogas no Brasil*. Discursivamente, a conclusão do enunciado restritivo opõe-se à conclusão do enunciado concessivo e o enunciado restritivo é o argumento mais forte.

No editorial de *O Dia*, encontra-se também um operador restritivo:

Pelo estágio a que chegou a violência no Estado do Rio, é preciso admitir que nenhuma solução é possível em 100 dias. O problema é extremamente complexo envolve profundas questões sociais, há o agravante de policiais corruptos e o surgimento das milícias. *No entanto*, pela urgência expressa no temor da população, nenhum dia passa em branco na expectativa por melhoras. (*O Dia*, editorial, 08/04/07)

O enunciado concessivo *Pelo estágio a que chegou a violência no Estado do Rio, é preciso admitir que nenhuma solução é possível em 100 dias. O problema é extremamente complexo envolve profundas questões sociais, há o agravante de policiais corruptos e o surgimento das milícias*, aponta para a conclusão *logo a solução será demorada*.

O locutor insere um argumento, introduzido pelo operador restritivo *no entanto* (pela urgência nenhum dia passa em branco na expectativa por melhoras) que aponta para a conclusão *logo a solução não será demorada*. Assim, esse enunciado será o argumento que defende a tese do locutor.

**O gênero Artigo Opinativo**

Os textos opinativos veiculam a opinião do redator sobre algum fato. Além disso, apresenta a assinatura dele e sua atividade profissional.

Quanto ao artigo de opinião, formulou-se a hipótese de que esse gênero apresentaria um percentual maior de operadores restritivos não canônicos, comparando-o com o editorial.

Essa hipótese confirma-se. Enquanto os editoriais não só do jornal *O Globo*, mas também do jornal *O Dia* não apresentaram ocorrências de operadores restritivos não canônicos. Os artigos opinativos dos dois jornais apresentaram ocorrências: *O Globo* apresentou 3,4% de operadores restritivos não canônicos de 100% e o *O Dia* apresentou 12,5% de operadores restritivos não canônicos, de um total de 100%.

A hipótese de que o jornal *O Dia* apresentaria maior número de operadores restritivos não canônicos do que o jornal *O Globo* também se confirma, em virtude de *O Dia* se dirigir a um público cujo nível de escolaridade é baixo.

A hipótese que se refere aos argumentos introduzidos por operadores não prototípicos, os quais poderiam determinar a sequência do texto como ocorre com os prototípicos discursivamente, confirma-se, pois, o argumento introduzido pelos operadores não prototípicos determina a sequência do texto.

Verifica-se que os argumentos introduzidos pelos não prototípicos defenderiam a microtese (*a Igreja sofre muitas injúrias*), como se constata no recorte abaixo, veja:

(...) Como disse Bento XVI na homilia da missa que marcou o início de seu pontificado: "A Igreja está viva e é jovem". E anda muito injustificada. Li em mais de um lugar que a Igreja, no futuro, será responsabilizada pelos milhões de mortos, vítimas da Aids na África, por condenar o uso da camisinha. Isso não tem lógica, não faz sentido. A Igreja não condena isoladamente o uso de preservativos; ela prega também a castidade de solteiros e a fidelidade de casados.(...) Ali Kamel, Opinião, *O Globo*, 23/05/2005

O locutor insere o enunciado concessivo *Como disse Bento XVI na homilia da missa que marcou o início do seu pontificado: A*

## ANÁLISE DO DISCURSO

*Igreja está viva e é jovem* que orienta para uma conclusão *logo a Igreja não sofre nenhuma injúria*. Em seguida, insere o enunciado restritivo *anda muito injustiçada*, que aponta para a conclusão *logo a Igreja sofre muitas injúrias*. O operador argumentativo **e** possui valor restritivo tal como o operador restritivo prototípico *mas*. Por meio do enunciado restritivo, o locutor argumenta da perspectiva de E2, a perspectiva mais forte e aquela que prevalecerá na sequência do texto.

O jornal *O Dia*, por seu turno, apresentou o morfema **agora**, não só na função adverbial como também na função de operador restritivo não canônico. Veja-se o recorte:

(...) São muitos os tipos de crimes desde o ladrão de galinha, geralmente esquecido nas prisões do Brasil, aos colarinhos brancos e políticos em sua maioria absolvidos nas comissões de ética. **Agora**, com o culto ao crime, em sites como Orkut, You Tube e outros, a preocupação é maior, *Marcos Espínola, Opinião, O Dia, 30/06/06*

No recorte, o operador **agora** possui valor de restrição, pois, há um enunciado concessivo *São muitos os tipos de crimes, desde o ladrão de galinhas, geralmente esquecido nas prisões do Brasil, aos colarinhos brancos e políticos em sua maioria absolvidos nas comissões de ética* seguido de um enunciado restritivo *Agora, com o culto ao crime, em sites como Orkut, You Tube e outros, a preocupação é maior*.

O enunciado concessivo aponta para a conclusão(r): *logo esses tipos de crime são mais importantes do que os crimes da internet*. O enunciado restritivo, no entanto, aponta para a conclusão (r<sup>Q</sup>): *logo esses tipos de crime não são mais importantes do que os da internet*. Deve-se reafirmar que a conclusão r<sup>Q</sup> se opõe à conclusão r e a desqualifica como argumento.

Discursivamente, o operador restritivo não canônico **agora** introduz argumento que determinará a sequência do texto:

...pois o acesso, embora, em tese, seja reservado a maiores de 18 anos, é vulnerável e sem fiscalização. Crianças de todas as idades navegam livremente, ficando diante de páginas como “Todo mundo fuma maconha”, “Sou treinado para matar”, entre tantas de incentivo ao consumo de bebidas, gato de TV por assinatura etc.

A Proposta de um site de relacionamento, propiciando reencontro de colegas e amigos de escola, tornou-se séria ameaça para a sociedade. Re-

centemente o Ministério Público conseguiu desativar algumas delas, mas outras centenas continuam com temas de pornografia e violência.

*Marcos Espínola, Opinião, O Dia, 30/06/06*

Os argumentos introduzidos por operadores não prototípicos determinam a sequência do texto em virtude do texto apresentar sua sequência de acordo com a conclusão (*r*Ⓓ) do enunciado restritivo. Constatou-se que o argumento introduzido pelo operador não prototípico defende a microtese (os crimes da internet são os mais importantes).

### ***O gênero Crônica***

A crônica é um gênero cujo caráter é mais informal. Diz respeito aos fatos cotidianos ou que fazem parte da vida pessoal de quem os escreve. Diferentemente do editorial, é um texto assinado.

Constatou-se que o gênero crônica apresentou maior porcentagem de operadores restritivos não canônicos do que o gênero artigo opinativo.

Enquanto os editoriais de *O Globo* e de *O Dia* apresentaram nenhuma ocorrência de operadores restritivos não canônicos, o gênero crônica, em 100% dos operadores restritivos, apresentou 3,7% de operadores restritivos não canônicos tais como **e, só, só que**. Em 100% dos operadores restritivos, no jornal *O Dia*, 5,0% equivalem aos operadores restritivos não canônicos tais como **e e só que**. Isso confirma a hipótese de que o gênero crônica apresenta maior porcentagem de operadores restritivos não canônicos do que o gênero editorial.

A hipótese, que se cogita se os operadores restritivos não canônicos determinariam a sequência do texto como acontece com os operadores restritivos prototípicos, confirma-se, pois os operadores restritivos não canônicos determinam a sequência do texto. Então, analisar-se-á discursivamente o operador restritivo não canônicos **só**:

A reportagem da última segunda-feira publicada aqui no Segundo Caderno sobre “a falta de espaços” no Rio para a apresentação de shows e peças teatrais, mostra como em tão pouco tempo as autoridades fluminenses ligadas à área da cultura estão acabando com a máxima de que o Rio é a capital cultural do país.

Falta de espaço é um dos argumentos mais ridículos entre os que já tentaram justificar a retirada do Rio da rota dos grandes shows. Espaços

## ANÁLISE DO DISCURSO

mal administrados, porém, é uma razão mais do que lógica. Muitos dos espaços estão aí, onde sempre estiveram. *Só* não recebem mais as atrações. (Artur Xexéo, Crônica, *O Globo*, 26/01/05)

Do recorte acima, destaca-se a sequência: “*Muitos dos espaços estão aí, onde sempre estiveram. Só não recebem mais as atrações*”. Pode-se observar que o locutor introduz o enunciado concessivo “*Muitos dos espaços estão aí, onde sempre estiveram.*” Segundo Ducrot, o locutor, nesse enunciado, argumenta do ponto de vista de E1, que aponta para a conclusão (*r*) logo o Rio é cobijado para realização de shows. Por conseguinte, o locutor introduz o enunciado “*não recebem mais as atrações*”. Nesse enunciado, o locutor argumenta do ponto de vista de E2. Discursivamente, o argumento de E2 se opõe ao enunciado concessivo, desqualificando-o como argumento. É interessante observar que isso ocorre por intermédio do operador restritivo não canônico *só*, que possui o mesmo valor (valor de restrição) que operador restritivo canônico *mas*. Daí, o enunciado introduzido pelo operador *só* apontar para a conclusão (*r*) logo o Rio não é cobijado para a realização de show.

Assim, constata-se que o operador restritivo não canônico *só* confirma a hipótese (d) citada acima, pois determina a sequência discursiva, como se comprova no recorte a seguir:

O Maracanã não saiu do lugar. É o mesmo Maracanã que abrigou o espetáculo de Madonna, o de Paul McCartney, o de Frank Sinatra, o de Tina Turner... Mas parece que não abre as portas para qualquer outro show. A Praça da Apoteose também continua ali, na Marquês de Sapucaí. É a mesma Apoteose utilizada por todas as edições do Hollywood Rock, pelo show de David Bowie, pela apresentação de megashows nacionais, como os de Milton nascimento, o do encontro da Blitz com o Barão Vermelho, o dos Titãs, mas agora se satisfaz em receber “evento de igreja, de música baiana, um torneio de som de automóvel”, como orgulha-se em enumerar o diretor de eventos da Riotur, Bruno Matos. O Maracanãzinho, ao que se saiba, também não saiu do lugar. É o mesmo Naracanãzinho dos festivais da canção, do Queen, da apresentação de Donna Summer. (Artur Xexéo, Crônica, *O Globo*, 26/01/05)

No jornal *O Dia*, tem-se um exemplo com o operador restritivo não canônico:

Um amigo queria desabafar e estava com dificuldades de explicar qual era o problema. Nenhum problema, *só que* ele ficou assustado com a pergunta da minha amiga. (Cláudia Cecília, *O Dia*, crônica, 10/12/06)

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

No recorte acima, tem-se o enunciado concessivo “*Nenhum drama*”. Pode-se observar que o locutor introduz esse enunciado da perspectiva de E1, ou seja, da perspectiva do alocutário, de um terceiro ou da voz pública. Esse enunciado aponta para a conclusão(r) *logo o amigo não precisa ficar constrangido*.

Em seguida, o locutor introduz o enunciado restritivo *ele ficou assustado com a pergunta da minha amiga*. Observa-se que o locutor introduz o argumento do ponto de vista de E2, ou seja, é o argumento que veicula a opinião dele. Esse enunciado aponta para a conclusão (r<sup>2</sup>) *logo o amigo precisa ficar constrangido*.

Por um lado, não se apresenta o operador restritivo prototípico *mas*, por outro lado, no entanto, está presente o operador *só que*, que possui valor restritivo tal como o operador prototípico. Assim, os enunciados não se anulam, mas se opõem com relação apenas ao movimento argumentativo colocado pelo *operador restritivo não canônico só que*.

O argumento introduzido pelo operador defende a microtese *ele ficou assustado*. Além disso, determina a sequência do discurso, confirmando a hipótese já citada (cf. O *corpus*) como se constata neste recorte:

A dúvida dele, e era esse o objetivo de nossa conversa, era se estava errado ou se tinha encaretado ao se assustar com a abordagem pouco sutil. E ficou aliviado quando eu e outra amiga que participava da conversa, talvez erradas, talvez caretas, também demonstramos um certo espanto com a descrição do diálogo.(...) (Cláudia Cecília, *O Dia*, crônica, 10/12/06)

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista tudo o que foi exposto, pode-se chegar à algumas conclusões bastante interessantes acerca dos três gêneros estudados: o *editorial*, o *artigo de opinião* e a *crônica*.

No *editorial*, pode-se confirmar que a formalidade contribuiu para que houvesse menor ocorrência de *operadores restritivos não canônicos* nos jornais *O Globo* e *o Dia*.

Nos artigos opinativos, o jornal *O Dia* apresentou um percentual maior de operadores restritivos não canônicos. No jornal *O Glo-*

## ANÁLISE DO DISCURSO

*bo*, no entanto, apareceu um percentual menor de operadores restritivos não canônicos.

Quanto às crônicas, o jornal *O Dia* apresentou maior frequência de operadores restritivos não canônicos ao passo que *O Globo* apresentou menor frequência.

Esses resultados explicam-se pelo fato de *O Globo* se destinar a um público cujo nível de instrução é mais alto do que o de *O Dia*. Além de o jornal *O Globo* se apresentar mais próximo do português padrão escrito.

A partir desse estudo sobre os *operadores restritivos não canônicos*, observou-se, a formação de um novo quadro de operadores argumentativos com valor de restrição. Além dos operadores restritivos canônicos tais como *mas, contudo, porém, todavia, no entanto, entretanto*, acrescentam-se os operadores restritivos não canônicos *só, e, só que e agora*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSCOMBRE, J. C. e DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelas: Mardaga, 1983.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

GOUVÊA, L. H. M. *Perspectivas argumentativas pela concessão em sentenças judiciais*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação*. Um estudo de conjunções do português. Campinas: Pontes, 1987.

KOCH, I.V. *A inter-ação pela linguagem*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

**OTHON MOACYR GARCIA  
- UM PRECURSOR DOS ESTUDOS DE DISCURSO  
NO BRASIL**

Vera Lúcia Paredes Silva (UFRJ)  
[vparedes@bol.com.br](mailto:vparedes@bol.com.br)

À GUISA DE INTRODUÇÃO

Antes de iniciar minha fala sobre o trabalho do Professor Othon Garcia, gostaria de dizer algumas palavras sobre como se deu meu primeiro contato com sua obra.

Ainda aluna de graduação, já dava aulas particulares e me foi indicado um aluno que precisava de aulas de redação para um concurso. Na altura, aquilo para mim representava um desafio. Por indicação de uma amiga, me chegou às mãos um exemplar do *Comunicação em Prosa Moderna*, cujo subtítulo logo me encantou: *aprenda a escrever, aprendendo a pensar*.

E foi assim que descobri aquele autor de larga experiência no ensino de redação (ou, como hoje dizemos, de produção textual), capaz de desvendar uma série de armadilhas e sugerir caminhos interessantes para professor e aluno. Com sua ajuda consegui dar conta da tarefa que então me desafiava.

Ao longo de meu percurso, primeiro como professora de Língua Portuguesa e depois, de Linguística, em diversas ocasiões me defrontava com temas que já haviam sido abordados pelo Prof. Othon Garcia, que se tornou uma referência constante nas minhas aulas.

Assim, dentro dessa obra tão fecunda que é o livro *Comunicação em Prosa Moderna*, faço uma seleção de alguns tópicos que evidenciam o caráter precursor da obra de Garcia.

Observe-se que a primeira edição deste livro data de 1967, época em que, na Linguística, o Gerativismo representava a grande novidade. Portanto, o foco de interesse dos estudiosos da língua ainda estava muito concentrado nas propriedades da frase. Não havia ainda especial interesse por sequências maiores do que a frase, e menos ainda, pelos gêneros de discurso e tipos de texto, que vemos tão

## ANÁLISE DO DISCURSO

presentes nas pesquisas atuais, especialmente depois da implantação dos PCN's. Nas salas de aula reinava a análise sintática e as redações versavam sobre temas genéricos como *minhas férias* ou *meu tipo inesquecível*.

Ainda neste preâmbulo, é preciso mais um esclarecimento: quando, no título desta palestra, afirmo que considero Othon Garcia um precursor dos estudos de discurso no Brasil, estou tomando o termo *discurso* num sentido bastante amplo, como o faz a linguística de orientação anglo-saxônica (Stubbs, Brown & Yule) e não à chamada análise do discurso de linha francesa (de autores como Mainueneau, P. Charaudeau, para citar apenas alguns). Quero com isso deixar claro que, ao longo desta fala, posso me reportar tanto aos analistas da conversa como aos linguistas de orientação funcionalista americana, que têm buscado no discurso as motivações para a gramática. E também à linguística textual, de orientação sócio-interacionista, praticada no Brasil por Luiz Antonio Marcuschi e Ingedore Koch e seus seguidores. Acrescento ainda os estudiosos dos gêneros de discurso (Bakhtin, Swales), hoje em dia cada vez mais numerosos, e autores que se dedicaram à chamada Linguística aplicada (Halliday *et alii*). Para resumir, diria que estou tomando o termo *discurso* de maneira tão ampla como o faz Schifffrin (1994) em seu livro *Approaches to discourse*, em que reúne várias abordagens que de alguma forma lidam com o discurso, ou seja, com os enunciados produzidos em uma situação comunicativa.

Partindo desse ponto de vista, vai ser necessário fazer um recorte, dada a multiplicidade de aspectos discursivos que poderiam ser abordados da obra de Othon Garcia. Assim, vou me concentrar em três aspectos:

- Os gêneros de discurso
- O parágrafo
- A articulação de orações

### A QUESTÃO DOS GÊNEROS DE DISCURSO

A questão dos gêneros de discurso (e também das tipologias textuais) vem ocupando espaço cada vez mais significativo nos estudos linguísticos atuais, o que se reflete na quantidade de títulos pu-

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

blicados sobre o tema e no grande número de comunicações sobre o assunto nos congressos que se realizam nas áreas de língua e linguística.

Há quarenta anos, quando Othon Garcia escreveu *Comunicação em Prosa Moderna*, a realidade era bem outra. Ao empregar-se o termo *gênero*, o que se tinha em mente, em geral, eram os gêneros literários. Foi necessário um longo percurso para que essa realidade se modificasse. Um linguista da atualidade, John Swales, que pode ser reconhecido como um dos responsáveis pelo campo de pesquisa identificado como Análise de Gêneros, estando mais voltado para o ensino de gêneros acadêmicos, em seu livro de 1990, faz uma retrospectiva do uso do termo *gênero* em vários campos do saber (folclore, literatura, retórica, linguística). Comenta inclusive o desconforto que a palavra – empréstimo do francês “genre” – provoca nos falantes de língua inglesa, muitos deles preferindo evitá-la e utilizando alternativas como *tipos de discurso*. Menciona, ainda, que, de acordo com a primeira definição que aparece no Dicionário Webster, o termo pode ser entendido como “uma categoria ou tipo distinto de composição literária.” Mas essa definição a seguir é expandida para incluir categorias distintas de discurso de qualquer tipo, oral ou escrito, com ou sem aspirações literárias.

Essa expansão do conceito de *gênero* muito se deve à difusão, no ocidente, dos escritos de Bakhtin, autor cuja menção se impõe. Sua obra, que se estende desde a primeira metade do século passado até 1975, data de sua morte, passou a ser discutida no ocidente a partir dos anos 60. Interessa-nos especialmente seu ensaio traduzido como “Os gêneros de discurso”, publicado no livro *Estética da criação verbal* (Martins Fontes, 2003). Sua concepção de *gênero* revela preocupação com o momento da produção e recepção do discurso, seu caráter interacional (não nos esqueçamos de que estamos falando do mestre do dialogismo). Pode-se dizer que ele traz o *gênero* para o centro das questões linguísticas, ao afirmar que todos nós assimilamos formas da língua somente em formas de enunciados. Ou seja, aprender a falar é aprender a construir enunciados: impossível utilizar a língua sem ser através de um gênero.

Esse destaque dado aos *gêneros*, também o vemos no trabalho pioneiro de Othon Garcia.

## ANÁLISE DO DISCURSO

Na tradição dos estudos de língua portuguesa no Brasil, a questão dos gêneros era colocada no âmbito da Estilística. E aqui quero mencionar apenas um autor muito respeitado, o Professor José Oiticica. Ele se dedica ao tema no seu *Manual de Estilo*, cuja primeira edição data de 1925. Ali ele apresenta modelos de descrição, narração e dissertação. Seu propósito declarado é “apresentar as normas fundamentais, apenas, para quem quer escrever satisfatoriamente, com elegância, simplicidade, clareza e vigor”.

A questão dos gêneros é, assim, um problema de estilo, e são fornecidos modelos, de natureza literária, de descrições (de interior, de paisagens, de tipos); de narrações e de dissertações.

Em notas de pé de página, seguem-se considerações do autor francês que o inspirou, Lanson, e o título da obra: *Conseils sur l'art d'écrire*. Seu propósito é, portanto, explicitamente prescritivo.

Othon Garcia nos traz uma abordagem ao tema *gêneros* mais atual e ao mesmo tempo mais crítica, com relação ao que se praticava. Começa por propor relacionar as chamadas “composições” ao dia-a-dia do aluno: sugere que se façam descrições como a do colégio em que estuda, que sejam narrados episódios ou peripécias de sua vida real, à semelhança do que sugerem Halliday *et alii* (1974) em seu texto clássico sobre o ensino de língua materna.

Garcia reúne os capítulos de sua obra referentes à composição dos gêneros numa unidade chamada *Planejamento*. E aqui é impossível não observar que, antes do desenvolvimento de muitas pesquisas psicolinguísticas, Garcia já apresentava uma visão processual de escrita e reconhecia uma série de etapas no processo de elaboração de um texto, etapas essas apresentadas como um desdobramento do ato de escrever, sempre visando a auxiliar o aprendiz. Podemos inclusive fazer um paralelo entre uma visão processual de escrita apresentada em Kato 1987, e a proposta de Garcia. Transcrevo a seguir um pequeno trecho de Kato, escrito vinte anos depois da obra de Garcia em foco:

Há muito não se acredita mais que escrever seja uma simples questão de inspiração, que pode ser expressa pela fórmula mágica *pensou-escreveu*. Sabe-se hoje que até mesmo os produtos mais criativos envolvem uma fase de pré-escritura e também uma fase de pós-escritura.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

O termo pré-escritura faz pensar, contudo, que o processo de escrever é dissociado do processo de pensar e necessariamente posterior a ele. A fase de pré-escritura pode ser entendida, porém, como englobando tudo aquilo que antecede a execução propriamente dita, isto é, o planejamento, que pode envolver anotações, listas, estruturas e esquemas.

Os modelos atuais de escritura admitem uma certa discretização das etapas, mas propõem também uma certa *concomitância de processos e decisões, admitindo uma certa recursividade* (grifo meu) dentro do modelo. (*op. cit.*, p. 86)

Em seguida a autora passa a examinar proposta de Hayes e Flower (1980), baseada na técnica de protocolos verbais, o que “dá a garantia de ser calcada em processos psicologicamente reais.” (Kato *op. cit.* p. 86)

Passo agora a citar Garcia, sobre o processo de “composição”:

Comece o aluno por fazer, mais ou menos a esmo, uma *lista* das ideias que lhe forem ocorrendo. É o estágio preliminar da análise ou divisão. (p. 341)

Em seguida, procure arrumar essas ideias em ordem adequada, de acordo com as afinidades comuns (...) é o estágio da classificação. Atente sempre para a relação de igualdade ou desigualdade entre tópicos e subtópicos. (p. 343)

Na fase de elaboração, alterações poderão ocorrer. Isso é natural: *no desenvolvimento de ideias podem aparecer novas sugestões que justifiquem modificações no plano primitivo* (grifo meu), o qual não deve ser considerado um leito de Procusto, um molde rígido, mas sim como um roteiro maleável (p. 345)

Confrontando-se as citações, podem-se notar as semelhanças na valorização do aspecto processual da escrita e nas etapas nele envolvidas. Veja-se, inclusive, contemplado o caráter recursivo do processo de geração de ideias.

Outra novidade, no que diz respeito aos gêneros, é a preocupação de Garcia com os *gêneros não literários*, chamados *técnicos*. Cito novamente o autor:

Os compêndios e manuais adotados no curso secundário ensinam que há três gêneros principais de composição em prosa: a descrição, a narração e a dissertação. É a classificação tradicional, que leva em conta, precipuamente ou exclusivamente, o feito artístico da composição. Seguindo esses moldes, os professores vimos ensinando como fazer descrições de *pôr-do-sol*, narrações de *minhas férias*, dissertações sobre *meus colegas* ou a *amizade* e temas quejandos. São evidentemente exercícios

## ANÁLISE DO DISCURSO

úteis e indispensáveis, que servem, além do mais, como “abertura de caminhos para outros rumos”, propiciando a revelação de vocações literárias. Mas tais revelações são raras, e ainda que não o fossem, os que as têm acabam mais tarde “abrindo caminho” por si mesmos. E os outros, os que não serão literatos, mas profissionais que exigem preparo mais prático?

Esses outros, futuros técnicos em geral, quer de nível universitário – engenheiros, médicos, economistas, pesquisadores – quer de nível médio – mecânicos, eletricitistas, desenhistas – *terão de fazer outras espécies de composição* (grifo meu), das quais nem sequer ouviram falar nas salas de aula, tanto do curso secundário quanto do universitário: *descrição de peças e aparelhos, de funcionamento de mecanismos, de processos, experiências e pesquisas, redação de artigos científicos, relatórios e teses, de manuais de instrução, de sumários e resenhas científicas e outros tipos de redação técnica ou científica* (p. 375)

Pode-se dar continuidade ao texto, citando agora outro autor:

Não nos damos de modo algum ao luxo de desprezar as exigências linguísticas de pessoas que irão tornar-se enfermeiras, engenheiros, técnicos, desenhistas, trabalhadores em transporte, secretárias particulares, taquígrafas ou membros de qualquer outra das mil e uma ocupações que por uma espécie de milagre alimentam-nos, vestem-nos e abrigam-nos. (...) Como nosso ensino de inglês/português ajuda o engenheiro eletrônico a aprender e a executar seu trabalho? Que podemos dizer ao compilador de um manual de programação para computadores sobre o uso do português nessa língua restrita? (...) A aula de português adiantou ao cidadão para ensiná-lo a escrever instruções para costureiras, a compilar formulários oficiais, a descrever sintomas ao médico ou a ensinar a um aprendiz assuntos relativos a circuitos e a conserto de válvulas de raios catódicos? Valeu lhe mesmo para compreender as instruções e preencher os formulários?

Podem dizer-nos que esses são usos práticos, cotidianos da língua, e não precisam ser ensinados. Mas parece-nos que a maioria das pessoas poderia ser mais bem capacitada do que é no uso do português para estas finalidades, e que este treinamento na aula poderia ser não só eficaz e interessante, mas também ter valor educacional positivo. (Halliday et alii 1974 [1964]), p. 278/279.

Nessa sequência de citações parece que temos uma mesma voz. No entanto, estamos colocando lado a lado as palavras de Garcia 1967 e dos linguistas ingleses Halliday, McIntosh & Stevrens, referência na linguística aplicada ao ensino de línguas.

Quero aqui destacar, portanto, a postura vanguardista de Othon, que foge da abordagem tradicional dos *gêneros*, mais voltada para aspectos literários, e valoriza os gêneros como formas de orga-

nização discursiva presentes no cotidiano. Assim, antecipa, também a nova onda dos estudos de gênero, produzida pela divulgação do pensamento de Bakhtin, através da tradução de seu ensaio *Gêneros de discurso*, em português.

*Ainda dentro do tópico gênero<sup>15</sup>, outro traço de modernidade a destacar: discorre sobre o gênero argumentativo, distinguindo-o do dissertativo.*

Nossos compêndios e manuais de língua portuguesa não costumam distinguir a *dissertação da argumentação*, considerando esta apenas momentos daquela. No entanto uma e outra tem características próprias. Se a primeira tem como propósito principal expor ou explicar, explicar ou interpretar ideias, a segunda visa, sobretudo, a *convencer, persuadir ou influenciar o leitor ou o ouvinte*. (p. 361) (grifo meu)

Segue-se, neste capítulo, uma primorosa descrição de possíveis organizações de texto argumentativo, que reconhecidamente tem fornecido subsídios para pesquisadores até hoje. (cf. Gryner 2000)

Em síntese, com relação à noção de *gênero*/ tipo de texto, pode-se constatar a atualidade de Garcia, pelo próprio fato de dedicar um capítulo ao assunto e, além disso, pela qualidade das descrições que apresenta. Procura trazer, como Bakhtin, do ponto de vista teórico, e Halliday, do ponto de vista da linguística aplicada, o estudo dos gêneros para a vida cotidiana. Afinal, como diz aquele autor, nós só nos comunicamos por meio de gêneros (e não por meio de frases). O que hoje pode parecer um truísmo soava sem dúvida como uma novidade na década de sessenta do século passado.

Passemos agora a outro tema tratado de forma inovadora na obra de Garcia:

## O PARÁGRAFO

Um dos assuntos a que o autor dedica capítulo mais longo no *Comunicação em Prosa Moderna* é o *parágrafo*. Trata-se de noção bastante fugidia, até porque, apesar de facilmente identificável na escrita por marcas gráficas, não apresenta regularidade de uso. Um

---

<sup>15</sup> Não estou, nesta apresentação, voltada para a distinção entre gêneros de discurso e tipos de texto, uma vez que a segunda expressão não é usada por Garcia.

## ANÁLISE DO DISCURSO

mesmo autor (e aqui se podem incluir escritores de nossa literatura) pode variar imenso no uso desse recurso. Um exemplo concreto: na análise de cartas pessoais de escritores da literatura brasileira, é possível encontrar, na correspondência de Otto Lara Rezende, cartas constituídas de um único parágrafo e cartas em que praticamente cada período ocupava um parágrafo separado. (cf. Paredes Silva, 1995) Assim, trata-se de um tema sobre o qual é difícil chegar a um consenso.

Mas Garcia aceita o desafio. A primeira definição apresentada é:

O *parágrafo* é uma unidade de composição, constituída por um ou mais de um período, em que se desenvolve ou explana determinada *ideia central*, a que geralmente se agregam outras, *secundárias*, mas intimamente relacionadas pelo sentido. (p. 185)

E continua:

Trata-se evidentemente de uma definição que a prática nem sempre confirma, pois assim como há vários processos de desenvolvimento e coordenação de ideias, pode haver também diferentes tipos de construção de parágrafo, tudo dependendo, é claro, da *natureza do assunto*, do *gênero* de composição, do *propósito* e idiossincrasias do autor e da *espécie de leitor* a que se destina o texto escrito. (p.185) (grifos meus)

Detenho-me em alguns termos dessa definição, porque vale a pena salientar a atenção do autor aos elementos contextuais: o parágrafo varia conforme o tema tratado, o gênero em causa. Podemos dizer, mesmo, que sua visão é sociointeracional: o propósito do autor (que, segundo Swales, 1990, seria fundamental para a identificação do gênero) e a audiência a que se destina são básicos para a caracterização do parágrafo.

Tomemos para confronto alguns linguistas que se dedicaram ao tema, cerca de dez anos mais tarde, pelo menos. Cito dois textos considerados clássicos sobre o parágrafo, ambos de 1979: R. Longacre (*The paragraph as a grammatical unit*) e J. Hinds (*Organizational patterns in Discourse*). E ainda Brown & Yule (*Discourse Analysis*, 1983).

É consenso entre os autores reconhecer que, apesar das marcas ortográficas, o que deve orientar nossa noção de parágrafo é a

unidade temática. Decorre daí a associação natural do estudo do parágrafo com a noção de *tópico frasal*, tal como faz Othon Garcia.

Numa perspectiva discursivo-funcional, Longacre reconhece no discurso uma estrutura gramatical e afirma que essa estrutura pode ser decomposta em partes, tendo o parágrafo o status de unidade intermediária entre a sentença e o discurso (o todo) e por isso guardando semelhanças com os dois níveis contíguos. (p. 116)

As línguas podem lançar mão de recursos que delimitam o início ou o fim de um parágrafo, mas, mais do que isso, o que importa é sua unidade temática. No caso de um parágrafo narrativo, essa unidade se constrói em torno de um participante; no caso do discurso expositivo, de uma ideia.

Parágrafos argumentativos podem ser construídos por indução ou comprovação (p. 128). Vemos, assim, que para o autor, o *gênero* impõe ao parágrafo certas características.

Ora, voltemos a Garcia: sua preocupação em levar o leitor/aprendiz à boa redação do parágrafo também distingue os tipos de parágrafo conforme o gênero de discurso, mas nesse ponto do texto salienta a “ordem adequada ao propósito da comunicação”, e diferencia os parágrafos conforme sigam uma ordem cronológica (narrativo), espacial (descritivo) ou lógica (dissertativo). Essa seria, inclusive, uma estratégia para obter coerência no texto.

Também no outro autor citado, Hinds (1979), uma das preocupações é justamente mostrar que a organização interna dos parágrafos é variável consoante os diferentes “tipos de discurso” (o expositivo, o procedural, a conversa, que considera um subtipo de narrativa). Insiste em afirmar que parágrafos apresentam partes identificáveis formal e funcionalmente.

Outro conceito em que Garcia se adianta aos demais autores é o de *Tópico frasal*.

A partir da década de 70, mas principalmente nos anos 80 o conceito de tópico tem sido muito explorado nas análises linguísticas, tanto da conversa como da organização do texto escrito. Brown e Yule em 1983, mestres da análise do discurso, dedicam um capítulo de seu livro à discussão do tema, explorando tanto o sentido mais

## ANÁLISE DO DISCURSO

estrito, de tópico frasal, como o sentido mais amplo de tópico do discurso/tema/assunto.

Pois bem, mais uma vez o Prof. Othon Garcia se revela pioneiro, ao destacar a importância de estabelecer com clareza o tópico. Cito suas palavras:

Constituído habitualmente por um ou dois períodos curtos iniciais, o tópico frasal encerra de modo geral e conciso a ideia-núcleo do parágrafo. (p. 188)

Pesquisa que fizemos em muitas centenas de parágrafos de inúmeros autores, permite-nos afirmar com certa segurança que mais de 60% deles apresentam tópico frasal inicial.

Se a maioria dos parágrafos apresenta essa estrutura, é natural que a tomemos como padrão para ensiná-la aos nossos alunos. Assim fazendo, haveremos de verificar que o tópico frasal constitui um meio muito eficaz de expor ou explicar ideias. Enunciando logo de saída a ideia-núcleo, o tópico frasal garante de antemão a objetividade, a coerência e a unidade do parágrafo, definindo-lhe o propósito e evitando digressões impertinentes. (p. 189)

Aqui vemos falar o professor, com sua preocupação em oferecer aos seus aprendizes caminhos facilitadores.

### ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES

Outro tema sobre o qual eu gostaria de dizer algumas palavras, ainda que rapidamente, é o que hoje em dia se tem estudado na linguística de orientação funcionalista sob o rótulo de articulação de orações (*clause combining*, cf. Haiman & Thompson, 1988).

O capítulo de Garcia intitulado “Como indicar as circunstâncias e outras relações entre as ideias” propõe algo inovador para a época: que se trabalhe na contramão da análise sintática tradicional, e ao invés de identificar os processos sintático-semânticos em jogo, classificando orações como subordinadas de tal ou qual tipo, se parta das *ideias* que se quer exprimir para as possibilidades expressivas que a língua coloca a nossa disposição. Desse modo, o autor discute as diferentes áreas semânticas (causa, consequência, condição, oposição etc.) incluindo desde os nomes ou locuções que podem expressá-las até as construções mais complexas. No caso da oposição, por exemplo, reúne as várias construções (coordenadas e subordinadas)

que podem exprimi-la e ainda aponta a superposição de valores opo-  
sitivos a construções condicionais ou temporais.

## PALAVRAS FINAIS

Haveria ainda muitos outros aspectos inovadores a ressaltar na obra de Othon Garcia. Ainda nesta semana, numa mesa-redonda de que participávamos, pesquisadores de diferentes gerações mostraram como foram inspirados por propostas de Garcia na análise de advérbios, de verbos dicendi e dos tipos de discurso, e na análise do que chama de “Feição estilística da frase”. Criativamente, essas últimas são chamadas de frase de arrastão, frase labiríntica ou centopeica, frase de ladainha, frase fragmentária.

Diz o autor:

Os exemplos que apresentamos não abrangem, evidentemente, todos os aspectos estilísticos da frase no português moderno, mas apenas aqueles que ou podem servir de modelo a principiantes ou devem ser evitados pelos menos experientes. Os ocasionais comentários que os acompanham ajudarão o estudante a julgá-los dignos de imitação ou de repúdio quanto a sua eficácia expressiva, objetividade, coerência e clareza, mais do que quanto à sua elegância oca ou seu purismo gramatical estéril.

E nesse ponto posso dar meu testemunho de professora de língua portuguesa voltada para a produção textual, ao longo de vários anos, em curso de formação de tradutores na PUC/RJ, em que se revelou extremamente eficaz o trabalho com tais modelos de frases propostos por Othon Garcia.

Vale, ainda, destacar na citação a crítica do autor aos excessos que em nome da estética desviam o olhar do que realmente importa: a clareza e objetividade na expressão do pensamento.

Muito mais poderia ser ressaltado dessa obra, como eu disse no começo desta apresentação, tão fecunda do Prof. Othon Moacyr Garcia.

Centrei-me em alguns pontos do livro aos quais, ao longo de minha trajetória de professora e pesquisadora, tenho retornado com frequência, para meu próprio esclarecimento ou para indicações a meus orientandos.

## ANÁLISE DO DISCURSO

Sinto-me muito feliz em poder prestar essa pequena homenagem a um autor que, que eu saiba, não se intitulava gramático, linguista ou filólogo, mas acima de tudo professor de português, mas sem dúvida deixou um legado digno de todos esses títulos.

### REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Os gêneros de discurso. **In:** —. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003

BROWN, G. & Yule, G. *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

CHARAUDEAU, P. *Langage et discours*. Paris: Hachette, 1980.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.

GRYNER, H. A sequência argumentativa: estrutura e funções. *Vere-das7*, UFJF, 2000.

HAIMAN, J. & Thompson, S. (eds.). *Clause Combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.

HALLIDAY, M. A. K.; McIntosh, A. & Stevens, P. *As ciências linguísticas e o ensino de línguas*. Petrópolis: Vozes, 1974.

HINDS, J. Organizational patterns in Discourse. **In:** GIVÓN, T. (ed.). *Syntax and Semantics*, vol. XII Discourse and Syntax. New York: Academic Press, 1979.

KATO, M. *No mundo da escrita. Uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1987.

KOCH, Ingedore. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

LONGACRE, R. The paragraph as a grammatical unit. **In:** GIVÓN, T. (ed.). *Syntax and Semantics*, vol. XII Discourse and Syntax. New York: Academic Press, 1979.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. São Paulo: Pontes, 1993.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita. Atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2000.

OITICICA, J. *Manual de estilo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1936.

PAREDES SILVA, V. L. Ao correr da pena. Aspectos da organização tópica em cartas pessoais. **In:** HEYE, J. (org.). *Flores Verbais*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p. 231-246.

SCHIFFRIN, D. *Approaches to discourse*. Cambridge: Blackwell, 1994.

STUBBS, M. *Discourse Analysis*. Oxford: Basil Blackwell, 1983.

SWALES, J. *Genre Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

**ANÁLISE DO DISCURSO**  
**UM LIVRO DE RECEITAS**  
**PARA ENSINAR A DIVULGAR CIÊNCIA?**  
**UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

Ângela Corrêa Ferreira Baalbaki (UFF)  
[angelacf@bol.com.br](mailto:angelacf@bol.com.br)

INTRODUÇÃO

Fundamentamos nosso trabalho na perspectiva da escola francesa de Análise de Discurso (AD) fundada por Michel Pêcheux. Nosso objetivo é apresentar uma análise do “Pequeno manual de divulgação científica”, de Cássio Leite Vieira.

Tal manual pretende oferecer ao jornalista dicas para realizar “a difícil e fundamental tarefa de explicar a ciência para o não cientista ou informar a um cientista de determinada área do conhecimento avanços realizados em uma diferente especialização” (Vieira, 1999, p. 3).

O manual foi produzido na década de 90, um período de grande desenvolvimento da divulgação científica no Brasil. A primeira edição do “Pequeno manual” foi publicada em 1998 pela Universidade de São Paulo. A segunda edição, em 1999, foi publicada pela Faperj com parceria da *Ciência Hoje*, revista do *Instituto Ciência Hoje* – instituição sem fins lucrativos vinculada à *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* (SBPC). E a terceira, em 2007, pelo mesmo Instituto. Para fins de nosso artigo, vale esclarecer que trabalharemos apenas com a 2ª edição.

O “Pequeno manual” está dividido em: *Introdução*; *Parte I: Textos de divulgação científica*; e *Parte II: Relações com o jornalista*. Há também uma apresentação à segunda edição e Referências Bibliográficas. Para a realização do nosso artigo, utilizaremos como *corpus* empírico a apresentação, apresentação à segunda edição, a introdução e a parte I.

Vale ressaltar que a parte I, intitulada “Textos de divulgação científica”, apresenta duas subdivisões: “Linguagem” e “Forma”. A primeira apresenta os seguintes itens: *As diferenças*; *Fisgar o leitor*; *Evite espantar o leitor*; *Use e abuse das analogias*; *Rigor*; *Para*

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

*quem escrevo?; Evite fórmulas matemáticas; Doutores também esquecem; Impessoalidade; Clareza; Desconcentração; Sem rococós; Enxugue o texto; Evite jargões; Explique sempre; Glossário; Isso não dá para explicar; Vá lembrando o leitor; Despertar vocações; Humor; Boxes para o mais complicado; Quem é, o que faz, onde nasceu; Siglas; Nem rodapés, nem esclarecimentos; Sem falsas esperanças.*

A segunda apresenta, por sua vez, apresenta 11 itens: *Ditadura do espaço; Nem 8, nem 80; Títulos; Parágrafos; Laudas; Ilustrações; Gráficos; Legendas; Créditos; O outro lado; Os dez mandamentos da divulgação.*

Escolhemos esse material por suscitar uma possível confrontação de como a atividade de “fazer divulgação científica” é enunciada e como tal atividade se efetiva na revista infantil de divulgação científica (*Ciência Hoje das Crianças*) editada pelo mesmo instituto<sup>16</sup>. Em outros termos, como as dicas apresentadas no manual se materializam na revista.

### O MANUAL

Segunda Silva (2001b), o texto jornalístico é construído a partir de um ideal de clareza, objetividade, concisão, precisão – ilusão de uma “escrita informacional”. Os manuais de imprensa funcionariam, para a autora, como um conjunto de normas, que sob o manto da objetividade e da comunicabilidade, serviriam como uma forma de ajustar a produção textual aos padrões jornalísticos.

A referida autora destaca que, na década de 1950, os primeiros manuais de imprensa foram produzidos. Sua circulação se dava no interior da imprensa, uma vez que eram endereçados apenas aos profissionais da área. A partir da década de 1980, eles começaram a ser publicados e, conseqüentemente, passaram a circular no exterior da imprensa, pois puderam se dirigir àqueles interessados em produzir textos. Desta forma, “os manuais se afirmam, pois, primeiramente, como resultado de uma necessidade interna das empresas jornalísticas, para depois serem publicados” (Silva, 2001a, p. 278).

---

<sup>16</sup> Tanto o manual quanto a revista possuem parceria estatal para suas edições.

## ANÁLISE DO DISCURSO

Antes mesmo de iniciar a análise do material em questão, faz-se necessário apresentar As condições de produção (quem escreve? Para quem escreve? Quem lê? O que se lê?), de forma tentar compreender os efeitos de sentido que se produzem no manual.

Ao buscar o verbete *manual* em um dicionário da língua portuguesa (Houaiss, 2001) encontramos *aquilo que diz respeito à mão; feito a mão; que depende do exercício da mão; relativo ao trabalho de mãos; ou ainda de fácil manuseio ou de simples execução; leve, portátil*. Podemos verificar que a palavra designa atividade realizada pelas mãos. Mãos que tecem tapetes, que pintam quadros, esculpem blocos de pedra, escrevem livros, e também revistas de divulgação científica – muito embora a atividade de imprensa seja toda informatizada.

Mas outros sentidos podem ser atribuídos como: *livro pequeno e portátil, contendo o resumo de alguma ciência ou arte; compêndio; livro dos ritos, pelo qual se devem administrar os sacramentos; ritual*. Podemos verificar pelos usos do termo manual – muitas vezes utilizado como núcleo de um sintagma. Temos *manual de redação, manual do candidato, manual do professor* e tantos mais. Nestes casos, o manual pretende mostrar um modo de fazer, ou melhor, uma maneira de “ensinar” um saber-fazer. Poderíamos dizer que um manual se assemelha a uma “receita” que mostra o *modus operandi* de uma atividade a ser realizada. Ou talvez, uma técnica a ser aplicada visando sempre alcançar os mesmos fins. No trecho que se segue, podemos depreender efeitos de sentido para o termo *manual*. Vejamos:

Despretensioso, este manual é um tipo de livro de receitas para consultas rápidas. É dirigido a cientistas, mas poderá interessar a jornalistas e estudantes de jornalismo e de ciências. Está voltado à divulgação científica na imprensa escrita e não tem a intenção de ensinar estilo ou gramática<sup>17</sup>. (Vieira, 1999, p. 9).

O manual, doravante PMDC, apresenta-se como um livro de receitas que deve servir de consulta para cientistas e/ou jornalistas na

---

<sup>17</sup> Silva (2001b) aponta que a escrita jornalística é configurada na interseção de três conjuntos de normas, a saber: a ética; o estilo (inscreve a produção do texto jornalístico no conjunto de outros textos); e a gramatical (norma geral da língua). Na seqüência acima, qual seria, então, o papel atribuído à ética? Já que o manual não tem intenção de ensinar estilo e gramática, teria a intenção de ensinar ética?

“difícil tarefa” de divulgar ciência para o “grande público”. O termo manual se inscreve em uma rede de sentidos na qual se apresenta como facilitador de determinados saberes que serão transmitidos àqueles que não os possuem.

O PMDC não se diz uma obra de consulta sobre a língua. Contudo, o manual se estrutura a partir de uma determinada visão de língua. Vista como um instrumento para transmissão de informações, a língua deve ser o meio para fazer adaptações (adaptar o texto para cada público) e para produzir impessoalidade. Acaba por produzir um saber sobre efeito das palavras e das construções. Para Ad, no entanto, a língua é entendida como a base material dos processos discursivos.

O adjetivo “pequeno” pode estar relacionado a outros manuais de imprensa já publicados. Existiriam, portanto, outros manuais de imprensa, grandes em sua extensão e importância.

Semelhante aos manuais de redação nos últimos anos apresentados ao público pelos grandes jornais diários do país, o *Pequeno Manual de Divulgação Científica é bibliografia fundamental* para todos aqueles que se engajarem na nobre tarefa de difundir [...] (Vieira, 1999, p. 3).

Além do título (*Pequeno manual de divulgação científica*), observamos o subtítulo “*Dicas para cientistas e divulgadores de ciência*”. No subtítulo, é possível verificar que o manual funciona como um receituário de dicas, informação nova ou pouco conhecida, palpites, dar a alguém a indicação que lhe serve para realizar o que pretende. Tal manual é endereçado para dois leitores: cientistas e divulgadores. Há uma divisão, a saber: de um lado, cientistas que pretendem escrever para um público diferente daquele de seus pares; e de outro, jornalistas que escrevem para o público em geral. No entanto, o modo de intervenção do manual remete para uma posição de sujeito: a de um profissional que deve adequar-se aos padrões da atividade de divulgação científica na mídia impressa.

As subdivisões de cada parte do PMDC são apresentadas como qualidades desejáveis a serem incorporadas nos textos de divulgação e funcionam, sobretudo, como recomendações e/ou aconselhamentos dados ao divulgador.

## ANÁLISE DO DISCURSO

### MATERIALIZAÇÃO DAS DICAS NA CIÊNCIA HOJE DAS CRIANÇAS

Buscaremos, nessa seção, verificar como as dicas apresentadas no PMDC são materializadas na revista *Ciência Hoje das Crianças (CHC)*. Analisaremos, no entanto, apenas dois tópicos: os boxes e o parágrafo introdutório dos artigos *Bicho ou Planta?* e *Bola Rolando, Ciência em Campo*, respectivamente das revistas de número 103 e 109, ambas do ano 2000.

#### *Os boxes*

De forma geral, os boxes são a parte do artigo em que o divulgador destaca algumas noções científicas de maneira diferenciada do restante do texto. Nas dicas PMDC, os boxes são dedicados para os assuntos mais complicados:

Em um texto de divulgação científica, também há lugar para os conceitos mais complicados ou processos mais complexos. Basta que eles sejam descritos em boxes ou textos auxiliares (diagramados à parte) (Vieira, 1999, p. 30).

Para Nunes (2001), “os boxes produzem desligamento da linearidade do texto e apresentam propriedades enunciativas específicas” (p.38). São novos espaços abertos na diagramação que servem para introduzir ilustrações, gráficos, comentários. Vejamos duas seqüências retiradas dos artigos supracitados:

SD1: Para sustentar o peso de seu corpo, as esponjas produzem duas estruturas que funcionam como esqueleto. Uma delas é a esponjina, substância elástica e resistente. A outra é mais dura e chama-se espícula. (*CHC* – nº 103 – *Bicho ou planta?*, p. 5)

SD2: Na física, tanto líquidos como a água, como gases tipo o ar são considerados fluidos. Uma propriedade curiosa dos fluidos é que, quando a velocidades aumenta, a pressão diminui. Em vez de usar palavras, podemos fazer um experimento para explicar melhor esse fenômeno. (*CHC* – nº 109 – *Bola rolando, ciência em campo*, p. 5)

Na seqüência 1, ocorreria uma representação mais pura do discurso da ciência, mais aproximado do discurso científico. Uma certa “objetividade da ciência” (Nunes, 2001, p. 38). Os nomes científicos das estruturas produzidas pelas esponjas – esponjina e espícula – criam a ilusão de que o próprio cientista estaria falando naquele

quadro (com fundo e cor da letra diferentes do restante do texto). Para Nunes, de fato, “é como se uma voz anônima, que não é a do divulgador, falasse diretamente, provocando nos leitores a satisfação do contato efetivo com a ciência, sem mediação alguma” (2001, p. 39).

Na sequência 2, o fenômeno físico não será explicado no bo-xe, uma vez que será indicada uma experiência. O cientista parece falar diretamente para o leitor infantil, mostrando-lhe os passos para a realização de um experimento científico, encenando uma apresentação em um laboratório. Deduz-se que, a partir desse experimento, o leitor entenderá o fenômeno físico.

Os boxes dos artigos trazem uma determinada legitimidade ao texto de divulgação científica. Em outros termos, a encenação da voz do cientista produz um efeito de autoridade.

### ***Fisgar o leitor***

Como fisgar o leitor? A dica do PMDC, diz que

Em um artigo de divulgação científica, a introdução ou o primeiro parágrafo é crucial. Seu papel é agarrar o leitor, fisgá-lo nas primeiras linhas, motivá-lo à leitura de todo o texto. [...] um texto de divulgação científica deve começar com um fato de impacto (Vieira, 1999, p. 15).

Os artigos de divulgação científica da revista *CHC* são iniciados com um parágrafo que tem diagramação diferenciada do restante do texto. Tal parágrafo é “contextualizado” e seus enunciados estão relacionados às atividades cotidianas dos leitores. Em geral, o parágrafo introdutório serve como um convite à leitura do artigo. Vejamos as sequências abaixo:

SD 3: Em mercearias e supermercados, podemos encontrar esponjas artificiais. Algumas servem para lavar louça; outras, para remover a sujeira da gente na hora do banho. Qualquer que seja a finalidade, as esponjas das quais estamos falando são feitas de náilon e imitam estranhos seres que vivem embaixo d’água: as esponjas naturais. (*CHC* – n° 103 – *Bicho ou planta?*, p. 5)

SD 4: O chute do craque mandando a bola para o gol faz a alegria dos torcedores. O efeito que a bola ganha com a cortada é de deixar o time adversário sem reação. O quique da bola e a cesta marcada de longe às vezes levam o próprio atleta a duvidar do que foi capaz de fazer. E aquela bola salva em cima da linha e devolvida numa raquetada firme,

## ANÁLISE DO DISCURSO

não merece os aplausos do público? Os atletas famosos no futebol, no vôlei, no basquete e no tênis têm em comum uma especial habilidade com a bola. Para realizarem jogadas espetaculares eles se valem da física, muitas vezes, sem saber. Quer ver só? (*CHC – n° 109 – Bola rolando, ciência em campo*, p.5)

Na sequência 3, as atividades diárias são trazidas como uma forma de aproximar o divulgador ao leitor: ir ao mercado, lavar louça, tomar banho. As esponjas de náilon, comuns no cotidiano das crianças, são comparadas às esponjas naturais – “estranhos seres que vivem em baixo d’água”. Cria-se uma atmosfera de mistério em relação a tais seres.

Na sequência 4, o mundo dos esportes é chamado a comprovar os fenômenos físicos. As atividades com bola realizadas por atletas de diferentes modalidades (tênis, futebol, vôlei, basquete) só são possíveis graças aos fenômenos físicos. Desta forma, a física sai do laboratório e vai às quadras de esportes para mostrar que até os atletas se valem dela, mesmo sem, muitas vezes, conhecê-la. Os leitores são convidados, por meio da pergunta “*Quer ver só?*”, a constatar que a física está presente nas ações do homem, ou melhor, o homem se vale dela.

Tais parágrafos funcionam como um convite. O leitor é levado a se envolver na argumentação do divulgador. Cria-se, então, um efeito de sedução: seduz-se o leitor a iniciar a leitura do artigo de divulgação científica.

### CONCLUSÕES PARCIAIS

O Pequeno Manual de Divulgação Científica constrói um gesto de interpretação sobre a escrita da divulgação científica, escrita esta atravessada pelo imaginário da adaptação. O divulgador deve adaptar o artigo científico utilizando linguagem acessível para um público não especializado.

No PMDC, o divulgador – seja ele jornalista ou cientista – submete-se a técnica do “como se faz?”/“como se deve fazer” divulgação científica na mídia impressa. Silva (2001a) lembra-nos que “o papel do manual é o de contribuir para uma imagem técnica da imprensa, identificada à produção de textos” (p. 277). Sob esta ótica, a

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

realização da escrita da divulgação científica configura-se uma “capacidade técnica” (*Op. cit.*). O jornalista e/ou cientista adquiriria, por meio do manual, qualificação profissional para escrever textos de divulgação científica.

Tais textos, no entanto, devem seguir as recomendações do PMDC, as quais funcionam, via de regra, como restrições. Fato que possibilita, ao menos imaginariamente, produzir textos dentro de uma determinada configuração – uma ação prévia da edição jornalística.

### BIBLIOGRAFIA

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2001.

NUNES, J. H. Discurso de divulgação: a descoberta entre ciência e não ciência. **In:** GUIMARÃES, E. (Org.). *Produção e circulação do conhecimento*: Estado, Mídia, Sociedade. Campinas: Pontes, 2001b, vol. 1, p. 31-40.

SILVA, T. D. Os manuais de imprensa: da redação à circulação pública. **In:** ORLANDI, E. (Org.). *História das idéias lingüísticas*. Campinas: Pontes; Unemat, 2001a, p. 273-307

———. A língua na escrita jornalística. **In:** GUIMARÃES, E. (Org.). *Produção e circulação do conhecimento*: Estado, Mídia, Sociedade. Campinas: Pontes, 2001b, vol. 1, p. 59-69.

VIEIRA, C. L. *Pequeno manual de divulgação científica*: dicas para cientistas e divulgadores de ciência. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ciência Hoje/Faperj, 1999.

## **ANÁLISE DO DISCURSO**

### **INSTRUÇÕES EDITORIAIS**

1. O textos completos dos trabalhos do Congresso Nacional de Lingüística e Filologia devem ter os mesmos títulos dos resumos correspondentes, que forem enviados com o Formulário de Inscrição.
2. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
  - 2.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows, com extensão .DOC;
  - 2.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
  - 2.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
  - 2.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
  - 2.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
  - 2.6. Mínimo de 05 e máximo de 12 páginas (exceção para os minicursos, que podem ter até 20 páginas);
  - 2.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
  - 2.8. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto;
3. Os trabalhos completos devem ser enviados por e-mail para [eventos@filologia.org.br](mailto:eventos@filologia.org.br) até o primeiro dia do evento (exceção para os textos dos minicursos, que devem ser enviados até o final de junho).

#### **ATENÇÃO:**

**Os textos em língua portuguesa devem ser apresentados segundo as novas regras ortográficas vigentes.**

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico [eventos@filologia.org.br](mailto:eventos@filologia.org.br) ou pelo telefone (21) 2569-0276.